UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

VINÍCIUS PAULINO LOPES DA SILVA

“PARECE QUE A QUALQUER HORA A GENTE ESTÁ DISPONÍVEL”: A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO HOME OFFICE DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO MEDIADO PELAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO CONTEXTO DA COVID-19

Recife
2023

VINÍCIUS PAULINO LOPES DA SILVA

“PARECE QUE A QUALQUER HORA A GENTE ESTÁ DISPONÍVEL”: A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO HOME OFFICE DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO MEDIADO PELAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO CONTEXTO DA COVID-19

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS-UFPE) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ângela Santana do Amaral.

Linha de pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Área de concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Recife

2023

Catalogação na Fonte

Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S586p Silva, Vinícius Paulino Lopes da

"Parece que a qualquer hora a gente está disponível": a intensificação do trabalho home office docente no ensino superior público mediado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS) no contexto da Covid-19 / Vinícius Paulino Lopes da Silva. - 2023.

183 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.ª Dra. Ângela Santana do Amaral.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2023.

Inclui referências.

1. Intensificação. 2. Trabalho docente. 3. Covid-19, Pandemia de, 2020-. I. Amaral, Ângela Santana do (Orientadora). II. Título.

361 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2024 – 024)

VINÍCIUS PAULINO LOPES DA SILVA

“PARECE QUE A QUALQUER HORA A GENTE ESTÁ DISPONÍVEL”: A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO HOME OFFICE DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO MEDIADO PELAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO CONTEXTO DA COVID-19

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS-UFPE) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 30/10/2023.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Ângela Santana do Amaral (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profa. Dra. Juliane Feix Peruzzo (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profa. Dra. Taise Cristina Gomes Clementino Negreiros (Examinadora Externa)
Universidade de Brasília

_____

Prof. Dr. Iuri Tonelo (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Eita, Vinícius! Escrever uma dissertação de mestrado. Ser mestre já foi sonho, realização, foi choro e medo, mas, além de tudo, felicidade e resistência. O filho da trabalhadora doméstica e de um vendedor ambulante, a quem sou grato por tudo, agora é mestre. Por isso, agradeço, primeiramente, à minha mainha, Maria das Dores (Lú), e ao meu pai, Valdeci, que tornaram esse sonho possível. Além deles, também agradeço imensamente:

Às deusas, pela minha trajetória dos poucos vinte e cinco anos de existência e perseverança dia a pós dia.

À antiga escola Jules Ponsinet e às professoras Janaína, Ana Lúcia e tia Bela.

Ao Instituto Alberto de Moura, onde comecei minha vida artística no teatro, na dança e na militância, sempre acreditando numa sociedade mais justa e igualitária.

À Escola Várzea-Fria e à professora Verônica, que me mostrou o caminho.

À escola Conde Pereira Carneiro e a Eliane Santiago, Alexandra Cysneiros, Cleide Gois, Sandra e tia Íris Moura.

À Universidade de Pernambuco (UPE), campus Mata Sul, Palmares, espaço onde iniciei a minha trajetória acadêmica no ano de 2015 e que, neste ano, completa dez anos de existência. Jamais poderei esquecer das professoras, especialmente de Clara Martins e Sheilla Nadíria; e das secretarias e amigas Elitânia e Rita, que até hoje fazem parte da minha vida.

Aos meus ex-alunos do Programa de Línguas e Informática da UPE.

A D. Bezinha (*in memorian*), a quem agradeço pelo seu amor, acolhimento e alteridade.

A todas as professoras do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS-UFPE): Ana Arcoverde, Helena Chaves, Juliane Peruzzo e minha orientadora, Ângela Santana do Amaral.

À banca examinadora, composta pela Profa. Dra. Taise Negreiros e pelo Prof. Dr. Iuri Tonelo, pelas contribuições desde a qualificação.

As colegas do PPGSS/UFPE: Daniele, Isabela, Jéssyca, Róbelia e Wana Lopes.

Ao colegiado do curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação do Ceára (IFCE), especialmente as colegas de profissão: Robertinha Menezes, Cynthia Studart, Iara Fraga e Adriana.

À Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Fasso-Uern), principalmente às minhas colegas e amigas do coração: Gilcelia Góes, Mirla Cisne, Samya Ramos, Glaúcia, Mundinha e meus alunos.

Aos meus amores Fernanda Marques e Ilidiana Diniz, por estarem comigo desde os vinhos, viagens, dentre tantos outros momentos de sociabilidade. Vocês nunca soltaram/soltarão as minhas mãos e eu faço/farei o mesmo.

À Jussara Bernardo e sua maravilhosa família, pelos momentos fraternos em Fortaleza-CE.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por ter me proporcionado as condições objetivas para a realização desta pesquisa.

Por fim, não posso esquecer de agradecer à classe trabalhadora em sua multidimensionalidade.

Olho para as coisas e me revolto!

São tempos difíceis, são tão difíceis esses tempos!
Será que muda?
Tem outro caminho?
Quando ando pela rua ouço aquela juventude de verde e amarelo gritando e pedindo apaixonadamente pela volta da “revolução”.
Foi no mês de abril que em nome de Deus e da família golpearam a democracia e uma presidente mulher eleita pela maioria.
Os poderosos pedem para “passar a boiada” enquanto a pandemia mata milhares de trabalhadores pobres, índios, periféricos e negros como nós.
Meus dois pais ligam a Tv no jornal nacional e me diz que: “a carne aumentou, o gás subiu de novo essa semana, que não tem emprego e cortaram o auxílio”.
Já virou rotina ouvir de madrugada a minha vizinha Dona Madalena que é trabalhadora doméstica pedir socorro porque o marido dela a espancou e quando os vizinhos chamam a polícia, os policiais dizem que “prende hoje, mas depois vai chorar na porta da delegacia. Ah!, ela gosta de apanhar”.
As coisas acontecem tão rápido, ao mesmo tempo são tão confusas...
Quando eu desço o morro para ir à escola fico lembrando dessas coisas...
Desse meu lado falta água, comida e luz lá do outro são prédios tão lindos.
Dizem que: “o meu cabelo é muito duro e ele seria melhor alisado feito o da Angélica”.
Olho para essas coisas e me revolto, fico me perguntando: “Será que um dia tudo isso vai mudar?”
Acredito que sim. Eu acredito na história, uma outra história, para além dessa aqui.
Continuar olhando pra frente, mas sem esquecer do que ficou lá trás e dizendo:
“Contra o conservadorismo, o caminho é resistir!”
Resistir pelas nossas futuras gerações!
Resistir para manter os nossos direitos!
Resistir quando uma mulher é espancada!
Resistir quando matam os nossos pretos, pretas e LGBTQIA+!
Resistir quando dizem que é uma gripezinha!
Resistir pelo SUS público e universal!
Resistir quando tentam calar os nossos professores(as)!
Resistir e dizer que a universidade produz ciência e não é balburdia!
Resistir e lutar por uma educação pública, gratuita, presencial, antirracista e para além do capital!
RESISTIR, contra a essência dessa sociedade desigual!
Resistir para existir e resistir,
É assim que eu grito e me revolto!

(Vinícius Paulino, agosto de 2020, s. p.).

RESUMO

A dissertação em tela pousa no debate mais amplo e internacional sobre as transformações contemporâneas no mundo do trabalho mediado pelas tecnologias digitais. O objetivo geral consistiu em analisar sob quais condições (objetivas e subjetivas) o capital apropriou-se das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no espaço doméstico para intensificar o trabalho *home office* de docentes no Ensino Superior público no contexto da Covid-19. Os objetivos específicos foram: 1) apreender o conceito de intensificação do trabalho (mais trabalho) à luz da teoria social crítica, destacando o trabalho *home office* docente no Ensino Superior público na conjuntura pandêmica; 2) evidenciar as estratégias e disputas político-ideológicas da burguesia no contexto do regime de acumulação flexível para conformar um "novo" tipo de trabalhador a ser explorado pelo capital em tempos de isolamento social; e 3) identificar às mudanças que foram estimuladas pelas TICs e materializadas no cotidiano social dos(as) trabalhadores(as) em estudo, para refletir sobre as condições laborais e suas particularidades na pandemia. As categorias teórico-analíticas que sustentaram à pesquisa se articulam entre intensidade do trabalho (mais-trabalho), jornada de trabalho e tempo de trabalho. O ponto central dessa pesquisa qualitativa foi contribuir no debate crítico sobre o *home office* de docentes universitários no ensino público que estavam realizando as suas atividades presencialmente e no contexto de crise sanitária, passaram a reorganizar os seus processos de trabalho no espaço do lar. A problemática de pesquisa foi: "Sob quais condições (objetivas e subjetivas) o capital apropriou-se das TICs no espaço doméstico para intensificar o trabalho *home office* de docentes no Ensino Superior público no contexto da Covid-19?". Os procedimentos metodológicos valeram-se de pesquisa bibliográfica e documental presente em: Marx (1982, 2006, 2014), Dal Rosso (2006, 2008, 2011), Dal Rosso e Cardoso (2015), Antunes (2009), Tonelo (2019, 2021), Christensen (2013), Morozov (2018), Harvey (2017), Banco Mundial (2003), Baruch (2001), Pratt (1984), Mendonça (2010), Jaakson e Kallaste (2010), Ward e Shabba (2011), a Lei nº 12.551, de 12 de dezembro de 2011 (Brasil, 2011), Lei nº 13.467, de julho de 2017 (Brasil, 2017), as portarias nº 343 e nº 345, de 17 e 19 de março de 2020 (Brasil, 2020b, 2020c), respectivamente, e publicadas pelo Ministério da Educação (MEC), que autorizou a realização do Ensino Remoto Emergencial (ERE), as pesquisas de Brid, Bohler e Zanoni (2020), Emiliano (2022), Undurraga, Simburgürger e Mora (2021) e Bortolan *et*

al. (2021) filtradas no Google Acadêmico e SciELO, além do auxílio do aplicativo *wordclouds* (nuvem de palavras). A sintonia entre o materialismo histórico e dialético com as pesquisas coletadas e sistematizadas revelam, que, tendencialmente, o capital no contexto de crise pandêmica, forjou uma velha/nova cultura da apropriação do espaço privado e da vida social de docentes no Ensino Superior público. Na esteira desse processo, ampliou-se a jornada de trabalho (profissional e doméstica), o tempo de trabalho frente e fora das telas com os estudos e preparação de aulas (*e-mail,* WhatsApp*,* Google Classroom), o descanso converteu-se em tempo de trabalho assalariado improdutivo, responsabilização e controle de docentes pela compra e manuseio dos equipamentos tecnológicos. Portanto, esse cotidiano refletiu em adoecimentos, tais como: exaustão da visão, audição, desgaste físico, intelectual e emocional (depressão e a síndrome de *Burnout*).

Palavras-chave: Intensificação; *home office*; trabalho docente; Ensino Superior público; Covid-19.

ABSTRACT

The dissertation on screen touches on the broader and international debate about contemporary transformations in the world of work mediated by digital technologies. The general objective was to analyze under what conditions (objective and subjective) capital appropriated Information and Communication Technologies (ICTs) in the domestic space to intensify teaching home office work in public higher education in the context of Covid-19. The specific objectives were: 1) understand the concept of work intensification (more work) in the light of critical social theory, highlighting teaching home office work in public higher education in the pandemic situation; 2) highlight the political-ideological strategies and disputes of the bourgeoisie in the context of the flexible accumulation regime to create a “new” type of worker to be exploited by capital in the context of social isolation; and 3) identify the changes that were stimulated by ICTs and materialized in the daily social life of the workers under study, to reflect on working conditions and their particularities during the pandemic. The theoretical-analytical categories that supported the research are articulated between work intensity (plus-work), working hours and working time as a mediation that cannot be separated from the valorization of capital. The central point of this qualitative research was to contribute to the critical debate about the home office of university professors in public education who were carrying out their activities in person and in the context of the health crisis, began to reorganize their work processes in the home space.in the wake of this process, the research problem was:Under what conditions (objective and subjective) capital appropriated Information and Communication Technologies (ICTs) in the domestic space to intensify teaching home office work in public higher education in the context of Covid-19? ”. The methodological instruments use bibliographic and documentary present in: Marx (1982, 2006, 2014), Dal Rosso (2006, 2008, 2011), Dal Rosso e Cardoso (2015), Santos Neto (2013), Antunes (2009), Tonelo (2019, 2021), Christensen (2013), Morozov (2018), Harvey (2017), World Bank (2003), Baruch (2001), Pratt (1984), Mendonça (2010), Jaakson and Kallaste (2010), Ward and Shabba (2011), law 12,551 of December 12, 2011, Law no. 13,467 of July 2017, ordinances nº 343 and nº 345 of March 17 and 19 (Brasil, 2020b, 2020c), published by the Ministry of Education (MEC), which authorized the carrying out of Emergency Remote Education (ERE), the research by Brid, Bohler and Zanoni (2020), Emiliano (2022), Undurraga, Simburgürger and Mora (2021) and Bortolan *et al*. (2021) filtered

on Google Scholar and SciELO, in addition to the help of the wordclouds application (word cloud). The harmony between historical and dialectical materialism with the collected and systematized research reveals that, in the context of the pandemic crisis, capital tended to forge an old/new culture of appropriation of the private space and social life of teachers in public higher education. In the wake of this process, the working day (professional and domestic) increased, the time spent working in front of and off screens with studies and class preparation (e-mail, WhatsApp, Google Classroom), rest became in unproductive paid work time, accountability and control of teachers for the purchase and handling of technological equipment. This daily work resulted in illnesses, such as: exhaustion of vision, hearing, physical, intellectual and emotional exhaustion (depression and Burnout syndrome).

Keywords: Intensification; home office; teaching work; public Higher Education; COVID-19.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desenvolvimento das aulas síncronas e assíncronas 145
Figura 2 – Condições ergonômicas do docente universitário no contexto da pandemia de Covid-19 150
Figura 3 – *Continuum* das jornadas do trabalho e do tempo de trabalho *home office* dos professores universitários no contexto pandêmico 151
Figura 4 – Intensidade das atividades profissionais no espaço doméstico medido pelas TICs 152
Figura 5 – Cotidiano do trabalho docente readaptado ao Ensino Remoto Emergencial (ERE) 154
Figura 6 – Intensidade do trabalho *home office* docente e saúde 159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
Andes	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
apps	Aplicativos
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BC	Banco Mundial
BLB	Banco Lehman Brothers
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
D	Dinheiro
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRU	Desvinculações de Receita da União
EaD	Ensino a Distância
EH	Ensino Híbrido
Enpess	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
EPIs	Equipamentos de Proteção Individuais
ERE	Ensino Remoto Emergencial
FCS	Faculdade de Ciências Sociais
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FT	Força de Trabalho
Gets	Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIAP+	Lésbicas, gays, bi, trans, queer/questionando, intersexo, assexuais/arromânticas/agênero, pan/poli, não-binárias e mais
M	Mercadoria
MEC	Ministério da Educação

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
Opas	Organização Pan-Americana de Saúde
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
Pepss	Projeto Ético-Político do Serviço Social
PIB	Produto Interno Bruto
PIT	Plano Individual de Trabalho
PJ	Pessoa Jurídica
PPGSS-UFPE	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco
Remir-Trabalho	Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista
RF	Receita Federal
Sars-CoV-2	Covid-19
Sobratt	Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades
STF	Supremo Tribunal Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCU	Tribunal de Contas da União
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TST	Tribunal Superior do Trabalho
T1	Tempo 1
T2	Tempo 2
UBS	Unidade Básica de Saúde
Udelar	Universidade da República Oriental do Uruguai
UE	União Europeia
Ufal	Universidade Federal de Alagoas
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UIT	União Internacional das Telecomunicações

Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPE	Universidade de Pernambuco
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....17

2 TRABALHO, INTENSIFICAÇÃO E VALOR: APROXIMAÇÕES HISTÓRICO-CRÍTICAS.....28

2.1 INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO: NA REALIDADE DO QUE SE TRATA? .28

2.2 A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA INTENSIDADE DO TRABALHO ..36

2.3 TRABALHO E TEMPO DE TRABALHO À LUZ DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA 41

2.4 JORNADA DE TRABALHO ENQUANTO CATEGORIA NECESSÁRIA AO CAPITAL.....47

2.5 A FUNÇÃO DO TRABALHO PRODUTIVO E DO TRABALHO IMPRODUTIVO NA (RE)PRODUÇÃO DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA.....56

3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL NO CONTEXTO NEOLIBERAL: A AMPLIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NA POLÍTICA EDUCACIONAL E NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL.....63

3.1 OS FUNDAMENTOS POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS DO NEOLIBERALISMO 63

3.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL NO CONTEXTO NEOLIBERAL 68

3.3 CRISE PÓS-2008 E INDÚSTRIA 4.0: INFLEXÕES NO MUNDO DO TRABALHO.....76

3.4 A RELAÇÃO ENTRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) E A EMERGÊNCIA DA “SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO” E “SOCIEDADE DO CONHECIMENTO”.....96

3.5 O PROCESSO FORMATIVO PARA A CLASSE TRABALHADORA E “INOVAÇÃO DISRUPTIVA”: ELEMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E DISPUTAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS NO CONTEXTO DOS ANOS 2000 115

4 O TRABALHO HOME OFFICE DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE

COVID-19..... 122

4.1 HOME OFFICE: CONCEITUAÇÕES E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO..... 122

4.2 TRABALHO E PANDEMIA NA REALIDADE BRASILEIRA: UM BALANÇO HISTÓRICO-CRÍTICO 132

4.3 O TRABALHO HOME OFFICE NO ESPAÇO DOMÉSTICO DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS DO ENSINO PÚBLICO NO CONTEXTO PANDÊMICO .. 138

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 164

REFERÊNCIAS..... 174

1 INTRODUÇÃO

A dissertação em tela está inserida no debate sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e das metamorfoses atuais no mundo do trabalho docente no ensino público superior no contexto da Covid-19 (Sars-CoV-2). Mas por que estudar o trabalho? Qual é a relação entre *labour* e as determinações da sociabilidade burguesa? O interesse pela temática se gestou ainda no contato com a formação profissional em Serviço Social na Universidade de Pernambuco (UPE) no ano de 2015.

Aquela conjuntura nos oportunizou a participação em projetos de monitoria e iniciação científica. Á luz da disciplina de trabalho e sociabilidade, foram estimuladas possibilidades de estudos, pesquisas e produção de artigos científicos com ênfase na relação entre trabalho e capitalismo. Tal movimento, resultou na socialização do conhecimento coletivo acumulado e produzido em diversos congressos, simpósios, jornadas e seminários acadêmicos no âmbito das ciências sociais e do Serviço Social. A primeira aproximação com o debate sobre o trabalho foi no Programa de Fortalecimento Acadêmico (PFA)[1] da UPE no projeto de iniciação científica intitulado: *Tripalium: a arte representando a vida*[2].

No ano de 2016, fui aprofundando as pesquisas juntamente ao projeto de monitoria *CATARSSE: Cultura, Arte e Serviço Social*[3], coordenado pela mesma professora com o objetivo de desenvolver as habilidades acadêmicas no âmbito do Serviço Social a partir de obras literárias e aproximação com as categorias de trabalho alienado, Lei geral de acumulação capitalista, subsunção real e formal, reestruturação produtiva, trabalho concreto, trabalho abstrato, mais-valia absoluta e relativa, produção e reprodução social, luta de classes, dentre outros.

---

[1] O Programa de Fortalecimento Acadêmico da Universidade de Pernambuco tem como objetivo desenvolver atividades no que tange ao ensino, a pesquisa e extensão universitária com o intuito de contribuir na qualidade de suas ações desenvolvidas na universidade, sobretudo, no fomento de projetos de iniciação científica e monitoria universitária.

[2] O referente projeto foi coordenado pela professora Doutora em Serviço Social, Clara Martins do Nascimento no ano de 2015, com o propósito de estudar as categorias da crítica da economia política através da arte literária.

[3] A materialização do projeto resultou na publicação do artigo intitulado *O romance Vidas Secas e a crítica da economia política* (Nascimento *et al*., 2016), o qual foi apresentado e publicado nos anais do Encontro de Grupos de Estudos e Pesquisas Marxistas (EPMarx) de 2016 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa.

Através desses estudos chegamos a desvelar de forma crítica com base na leitura marxiana, o caráter negativo que o trabalho assume na seara do capital e, particularmente, exposto na obra Vidas secas, de Graciliano Ramos (2013).

Pontua o autor:

> Ele, a mulher e os filhos tinham-se habituado à camarinha escura, pareciam ratos — e a lembrança dos sofrimentos passados esmorecera. Pisou com firmeza no chão gretado, puxou a faca de ponta, esgaravatou as unhas sujas. Tirou do aió um pedaço de fumo, picou-o, fez um cigarro com palha de milho, acendeu-o ao binga, pôs-se a fumar regalado. -Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta (Ramos, 2013, p. 9).

A saga do trabalhador nordestino representado por Fabiano e a sua família, contraditoriamente, reflete a realidade da sociabilidade burguesa na qual o trabalhador é expropriado dos seus meios de subsistência, restando-lhe apenas a venda de sua força de trabalho. Contradição que é fruto do movimento internacional da lei geral de acumulação capitalista (Marx, 2014).

> Conteve-se, notou que os meninos estavam perto, com certeza iam admirar-se ouvindo-o falar só. E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra (Ramos, 2013, p. 9).

Nesta, o trabalhador nordestino na figura de Fabiano e sua família estão imersos na típica exploração do trabalho no modo de produção capitalista que no movimento desigual e combinado do capitalismo periférico e dependente, é forjada nos moldes da propriedade latifundiária, de base *plantation* colonial, superexploração e rebaixamento brutal da força de trabalho (Marini, 1977).

Tal processo, antagoniza as trilhas da luta de classes e suas frações na luta por hegemonia no movimento da história (Gramsci, 2015). Particularmente, num país marcado historicamente pela escravização da população negra reproduzindo o racismo estrutural e as relações de subserviência e mandonismo *pelo alto* (Fernandes, 2005).

O avanço da produção acadêmica no campus da UPE-Mata Sul me possibilitou uma experiência de intercâmbio em Serviço Social na Universidad de La República

Oriental do Uruguay, Facultad de Ciências Sociales[4] (Udelar-FCS) no ano de 2018 em Montevideo na condição de bolsista do Programa Ibero-Americano. Aquele período de quatro meses no exterior foi substancial para fundamentar as minhas inquietações a respeito dessa temática e prosseguir com a pesquisa, tendo a categoria trabalho como eixo central. Diversas atividades de pesquisa, ensino e extensão foram realizadas naquela conjuntura. Dentre elas, o contato com a disciplina intitulada *La producción y la reproducción contemporânea: la centralidade del trabajo en la vida cotidiana*.

A participação nessas aulas, aproximação com as leituras e debates foram fundamentais para pensar e amadurecer a proposta de estudos que tinha a realizar no país e articular aquela experiência com a futura produção do trabalho de conclusão de curso no Brasil. A disciplina cursada, tinha o objetivo de refletir sobre o trabalho na perspectiva ontológica marxiana, suas particularidades e transformações a partir da consolidação da sociabilidade burguesa, diga-se capitalista.

O intercâmbio na Udelar deu continuidade à minha trajetória acadêmica e profissional. Na volta ao Brasil, esse acúmulo resultou na minha monografia intitulada: "Entre Prédios e casarões: Trabalhadora doméstica, desafios e possibilidades de enfrentamento na cidade do Recife"[5] que teve como objetivo de analisar a exploração das trabalhadoras domésticas na Região metropolitana do Recife.

A referente produção, explorou as categorias superexploração da força de trabalho, a divisão sexual do trabalho, bem como a cultura patriarcal que incide sobre a vida social dessas trabalhadoras. Tais elementos, sintetizam a "questão social" na formação social brasileira.

Essas tendências nos acompanham até a contemporaneidade contribuindo para a desvalorização da força de trabalho da mulher negra, intensificação do trabalho na esfera doméstica reforçando estruturalmente o seu lugar na reprodução nas tarefas dos cuidados e a apropriação do seu tempo de trabalho pelo Estado (Ferreira, 2017).

Ampliando as leituras e as discussões, desde agosto de 2019 pós-defesa da monografia, ficaram mais perceptíveis as inúmeras transformações contraditórias que vinham e ainda estão em curso no mundo do trabalho, sendo objeto de estudos de

[4] Criada em 1849, a Udelar é uma instituição de Ensino Superior pública uruguaia sendo a maior e mais importante do país possuindo convênios com diversas universidades latino-americanas e em todo o mundo.

[5] O Trabalho de Conclusão de curso em questão foi orientado pela professora Drª Sheilla Nadíria Rodrigues Rocha da UPE.

vários pesquisadores no mundo inteiro, inclusive, no Brasil. Particularmente, com o aprofundamento do regime de acumulação flexível em que o princípio de “empresa enxuta” ganha força e aprofunda as suas formas de acumulação (Antunes, 2020).

Com a aprovação e o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS-UFPE)[6] em 2020 através da disciplina trabalho na contemporaneidade[7], e na busca por conhecimento, tive a oportunidade de participar do Observatório da Precarização do Trabalho e da Reestruturação Produtiva[8].

O objetivo do grupo é estudar os novos fenômenos da precarização do trabalho, ligados a reestruturação produtiva, que se gestam a partir da crise de 2008 e que trazem novas formas de trabalho como a conhecida indústria 4.0, o novo proletariado de serviços, particularmente, com o capitalismo de plataforma e trabalhadores de aplicativos (Antunes, 2020).

O observatório se propõe a produzir materiais teóricos, investigações cientificas, produção de audiovisual, pesquisa de campo, editoriais desenvolvidos por diversos pesquisadores da área e afins. Além disso, o grupo conta com o apoio e suporte acadêmico-político do Esquerda Diário, um dos maiores sites de esquerda brasileiro com mais de cinco anos de vitalidade e se expande com a sua rede diário em 12 países e desde o início soma forças na construção deste estudo coletivo.

A minha condição de docente universitário e estudante de pós-graduação em uma universidade de Ensino Superior pública no contexto de pandemia e ensino remoto emergencial também me estimulou a pesquisar, refletir e apreender na perspectiva crítica sobre a apropriação das TICs pelo capital para intensificar os processos de trabalho *home office* do professor universitário no ensino público na atualidade.

Apreendemos que é particular e universal do capital a expressão singular de sua crise sócio-histórica e a partir de conjunturas específicas, conformam elementos de continuidades e descontinuidades, isto é, a estrutura da sociabilidade burguesa combina suas clássicas formas de expropriação do trabalho e da vida social para

---

[6] O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco teve a sua criação ainda em 1979 fruto da intenção de ruptura profissional sendo um dos Programas de Pós-Graduação de referência no país. O programa é marcado também pelo seu de prestígio internacional sendo reconhecido pela Capes-Proex com nota 6.

[7] A disciplina foi ministrada pelo professor Sebastién Antonie.

[8] O grupo de estudo é coordenado pelo Prof. Dr. Iuri Tonelo, Doutor em Sociologia pela Universidade de Campinas (Unicamp).

extração avassaladora do lucro com novas transformações societárias e demandas em curso nunca antes experimentada pelo ser social: a crise sanitária do novo coronavírus *(*Sars-CoV-2).

Foi no bojo dessa crise contemporânea do capital que fez o "novo" surgir na aparência do real, intensificando suas nefastas contradições permanentes, acirrando as expressões da "questão social", as desigualdades, a fome, a pobreza relativa e absoluta, as múltiplas violações e retiradas de direitos das diversas populações (negros, mulheres, LGBTQIAP+, indígenas, quilombolas), a disputa draconiana do capital financeiro pelo fundo público nas políticas sociais dos diversos Estados nacionais, além do histórico desemprego estrutural que reflete na totalidade da vida social da classe-que-vive-do-trabalho no mundo (Antunes, 2020).

A materialização e proliferação do novo corona vírus (Sars-CoV-2) implicou o fechamento do comércio, escolas, instituições, afetando a dinâmica econômica e diversos setores da sociedade. No dia 11 de março ano de 2020, foram tomadas medidas de isolamento social pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em nível global que, por um lado, buscou salvar vidas, de outro, contraditoriamente, abriu espaço para a ofensiva do capital contra o trabalho, chegando ao ponto de sugá-los como "vampiros", ou seja, extrair ao máximo o trabalho vivo sob o crivo da valorização do valor (Marx, 2014).

Apenas, as atividades consideradas essenciais continuaram em funcionamento (serviços de saúde, farmácias, alimentação, transporte, financeiro etc.). Segundo Antunes (2020), os trabalhadores essenciais foram obrigados a trabalhar no contexto da pandemia somados aos cerca de 40 milhões de brasileiros(as) no campo da informalidade. Pois, as trabalhadoras (es) necessitavam sobreviver mesmo em condições de desalento social. Antes da pandemia no Brasil, tínhamos 40% e mais de 5 milhões de trabalhadoras (es) faziam parte do trabalho com a utilização das TICs, inclusive, uberizado (Abílio, 2019)[9].

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os reflexos da pandemia na vida da classe trabalhadora revelou que no segundo semestre de 2020 a perda de emprego integral girou em torno de 195 milhões e a perda de renda chegou

[9] Segundo Abílio (2019, 2020), o termo uberização tem uma relação direta com as diversas modalidades de trabalho no bojo do sistema *just-in-time* e a sofisticação dos algoritmos a partir dos anos 2008 com a empresa Uber.

a 80% dos trabalhadores informais, particularmente, na África e América Latina (OIT, 2021).

A partir da divulgação desse relatório as condições de trabalho para a América Latina e Caribe, o número de desocupação em 2020 cresceu 2,5% percentuais fazendo uma comparação com o ano de 2019 passando de 8,01% para um total de 10%, ou seja, o número de pessoas que buscavam algum trabalho e não conseguiram aumentou em 5,4 milhões e chegou a 30,1 milhões (OIT, 2020).

Segundo a nota da Pnad-Covid-19, cerca de 7,3 milhões de trabalhadores(as) estavam trabalhando em *home office*. Além disso, essa modalidade de trabalho contribuiu em cerca de 17,4%da massa total de rendimentos gerados no mês de outubro de 2020 na economia do país. Além disso, majoritariamente eram do setor formal os trabalhadores que estavam em *home office*, com nível superior completo, do sexo feminino e do ponto de vista étnico/racial eram trabalhadores(as) brancos(as) que tinham em média 30 e 39 anos de idade (IBGE, 2020).

Os dados em questão nos evidenciam a desigualdade social e no mercado de trabalho, em que pessoas com baixa escolaridade, negros e negras, LGBTQIAP+ não tiveram a oportunidade de realização do trabalho *home office*.

Esse cenário do sócio-metabolismo do capital em crise (Mészáros, 2011) ampliou “o fogo cruzado” no mundo do trabalho (Antunes, 2020). O *marketing* digital difundido[10] pela mídia, redes sociais, instituições financeiras e influenciadores digitais a partir das medidas de isolamento social, o momento pandêmico teve adaptação ao “novo normal”[11].

Na disputa entre as classes sociais e suas frações, a conjuntura de isolamento social, paralização das escolas, universidades, esgarçou a busca da sociedade por serviços, atividades laborativas com o auxílio das tecnologias digitais tais como: teleconferências, teleconsultas, inclusive, o *home office* dos docentes (nosso universo da pesquisa) quando o seu trabalho passou a ser realizado e explorado pelo capital no espaço doméstico.

[10] No período pandêmico as ideias de inovação, superação, autossuficiência e empreendedorismo se intensificaram através da mídia e pelo Sebrae.

[11] A expressão “novo normal” foi utilizada pelos grandes meios de comunicação, particularmente, a mídia, para propagar o fetiche de uma “nova era de adaptações” em decorrência da pandemia da Covid-19, mas, ao mesmo tempo, serviu como um laboratório da ofensiva do capital contra o trabalho e a sociabilidade humana acirrando as expressões da “questão social” (aumento das desigualdades sociais, fome, desemprego estrutural, violência, precarização extrema das condições de trabalho, miséria, dentre outros) escancarando o caráter classista e desigual de quem poderia estar em isolamento social ou não.

Podemos refletir sobre essa lente crítica na contemporaneidade que o trabalho *home office* é um conceito difuso nas mais diversas áreas do conhecimento, tais como: engenharia, administração, sociologia, dentre outras. Trata-se de uma modalidade do teletrabalho em que as atividades são realizadas pelo trabalhador fora das dependências da empresa/local formal de trabalho com o uso das TICs. O *home office* emergiu nos marcos do regime de acumulação flexível (1970) e nos últimos anos foi bastante realizado no contexto da pandemia (Araújo; Lua, 2021; Brid; Bohler; Zanoni, 2020).

O *home office* caracteriza-se por um *continuum* de exploração entre vida privada e trabalho remunerado, cuja jornada não tem uma dinâmica fixa. Tais processos ocorridos nessa dinâmica produtiva, foram agravados com a pandemia da Covid-19 subsumindo praticamente todas as suas condições de existência da classe trabalhadora docente no contratempo entre vida laboral e pessoal.

A partir de aproximações sucessivas, tentaremos desvelar em nosso estudo que na atual fase da reestruturação produtiva neoliberal pós-crise capitalista de 2008 essa modalidade de trabalho adquire particularidades no movimento mais geral da acumulação de capital. Assim, faremos um esforço de contribuir teoricamente (sem pretensão de exaurir o debate) com base na tradição marxista sobre a intensificação do trabalho *home office* docente no Ensino Superior público num momento histórico-conjuntural específico do capitalismo contemporâneo: a Covid-19.

A nossa pesquisa tem como objeto de estudo: a intensificação do trabalho *home office* docente no Ensino Superior público mediado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação no contexto da Covid-19 (Sars-CoV-2).

É importante destacar que a perspectiva de trabalho *home office* que apresentamos em nosso pesquisa é direcionada à modalidade laboral realizada, especificamente, na residência, nas dependências do espaço privado do trabalhador em que o capital se apropriou de forma mais intensa dos meios tecnológicos, pessoais, da vida íntima e social de docentes universitários no contexto pandêmico.

Com isso, tivemos enquanto *objetivo geral:* analisar sob quais condições (objetivas e subjetivas) o capital apropriou-se das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no espaço doméstico para intensificar o trabalho *home office* de docentes no Ensino Superior público no contexto da Covid-19. Os *objetivos específicos* foram: 1) apreender o conceito de intensificação do trabalho (mais trabalho) à luz da teoria social crítica, destacando o trabalho *home office* docente no

Ensino Superior público na conjuntura pandêmica; 2) evidenciar as estratégias e disputas político-ideológicas da burguesia no contexto do regime de acumulação flexível para conformar um “novo” tipo de trabalhador a ser explorado pelo capital em tempos de isolamento social; e 3) identificar às mudanças que foram estimuladas pelas TICs e materializadas no cotidiano social dos(as) trabalhadores(as) em estudo, para refletir sobre as condições laborais e suas particularidades na pandemia.

A problemática de pesquisa consistiu em: “sob quais condições (objetivas e subjetivas) o capital apropriou-se das TICs no espaço doméstico para intensificar o trabalho *home office* de docentes no Ensino Superior público no contexto da Covid-19?”.

Partimos do conceito de intensificação do trabalho (Dal Rosso, 2008), articulando-o ao movimento mais geral e internacional do capital e do conjunto de elementos em transformação no mundo do trabalho nos últimos anos, que se aprofundaram durante o contexto da pandemia da Covid-19 e que levaram tendencialmente a um grau de intensidade maior do trabalho na modalidade *home office* docente no Ensino Superior público.

Por isso, focamos o nosso estudo para esses professores que estavam trabalhando presencialmente e que passaram a (re)organizar os seus processos de trabalho em *home office* mediado pelas TICs no contexto da pandemia. No que tange ao método investigativo e de análise da realidade, tivemos como base o materialismo histórico e dialético de Marx no esforço de nos aproximarmos sucessivamente do objeto a partir da abstração teleológica e de retorno a sua síntese mergulhada nas condições concretas e espirituais do fenômeno (Netto, 2012).

O método em questão, nos proporcionou desvelar a aparência singular do trabalho *home office* docente no Ensino Superior, particularmente, apreender as múltiplas determinações mais gerais, internacionais, sociais, econômicas, políticas e culturais que se acirraram no contexto da pandemia da Covid-19. Acirramento esse, sintonizado ao movimento da totalidade, historicidade e contradição na sociabilidade burguesa (Netto, 2012).

Na tentativa de materializar os objetivos propostos nessa pesquisa qualitativa em dois momentos foram realizados os seguintes procedimentos I) leitura flutuante: que consistiu nas primeiras aproximações com as pesquisas teóricas realizadas sobre a intensidade do trabalho, tempo de trabalho e jornada de trabalho na perspectiva marxiana e marxista; reestruturação produtiva, crise capitalista, indústria 4.0,

“sociedade da informação” e sociedade do conhecimento”; além dos estudos mais atuais sobre o *home office* e trabalho docente buscados e encontrados nas plataformas Google Acadêmico e SciELO para auxiliar na construção do corpus do estudo (Gil, 2008).

Em seguida, por meio do filtro de pesquisa nessas plataformas: “Trabalho *home office* docente do Ensino Superior público no contexto da Covid-19”, foram encontrados um total de 11 publicações, sendo 7 artigos científicos, 2 relatos de experiência, 1 monografia e 1 dissertação, levando em consideração o marco temporal 2020, 2021 e 2022.

A análise bibliográfica e documental foi feita a partir dos seguintes estudos pré-selecionados e coletados, dialogamos com Marx (1983, 2014, 2006), Dal Rosso (2006, 2008, 2011), Dal Rosso e Cardoso (2015), Santos Neto (2013), Antunes (2009), Tonelo (2019, 2021), Christensen (2013), Morozov (2018), Harvey (2017), Banco Mundial (2003).

Sobre o conceito de *home office* utilizamos os seguintes autores: Baruch (2001), Pratt (1984), Mendonça (2010), Jaakson e Kallaste (2010), Ward e Shabba (2011), dentre outros, o documento: “orientação para a implantação e prática do teletrabalho e *home office*” da Sociedade Brasileira de teletrabalho e teleatividades (Sobratt), a Pesquisa *home office* 2022 da Soluções em Remuneração em parceria com a Sobratt, a Lei nº 12.551, de 12 de dezembro de 2011 (Brasil, 2011), a Lei nº 13.467, de julho de 2017 (Brasil, 2017), a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Referente à amostra dialogamos com as portarias nº 343 e nº 345, de 17 e 19 de março de 2020 (Brasil, 2020b, 2020c), respectivamente, publicadas pelo Ministério da Educação (MEC), que autorizou a realização do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Na tentativa de nos aproximarmos do cotidiano de docentes universitários do ensino público e as suas percepções sobre a intensidade do trabalho *home office* no contexto da COVID-19 com base em pesquisas secundárias, utilizou-se Brid, Bohler e Zanoni (2020) que correspondeu aos entrevistados 1A, 1B, 1C e 1D; Emiliano (2022) refere-se aos entrevistados 2A, 2B, 2C, 2D; Undurraga, Simburgürger e Mora (2021) e Bortolan *et al.* (2021) refere-se às ilustrações.

Os critérios de elegibilidade desse corpus de pesquisa consistiram em: 1) período de realização e coleta de dados da pesquisa (2020 a 2022); 2) o vínculo empregatício dos professores (com foco no setor público); e 3) modalidade de ensino (presencial). Recorremos também ao auxílio do programa *wordclouds* (nuvem de

palavras) para aproximar-se da realidade de trabalho através da filtragem dos discursos dos professores no Ensino Remoto Emergencial (ERE) via *home office* à luz das categorias analíticas: intensidade, jornada de trabalho e tempo de trabalho.

A referente dissertação contará com a sustentação de alguns capítulos, para além desta Introdução. No primeiro capítulo, intitulado *Trabalho, intensificação e valor: aproximações histórico-críticas*, discutiremos à luz da teoria social crítica marxista o conceito de intensificação do trabalho com base em Dal Rosso (2008), e da sua relação entre trabalho e tempo de trabalho Marx (1989) enquanto mecanismo de valorização do valor, considerando, as determinações mais gerais, apreendendo as suas particularidades no movimento contraditório entre as classes na sociabilidade burguesa.

O fio condutor do segundo capítulo, intitulado *Reestruturação produtiva e acumulação flexível no contexto neoliberal: a ampliação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na política educacional e na sociabilidade do capital*, consistirá em apreender a relação entre reestruturação produtiva, neoliberalismo e o ideário pós-moderno na conformação dessa nova dinâmica do capital e suas inflexões na educação para consolidar um “novo” perfil de alunado e de trabalhador a ser explorado pelo capital no regime de acumulação flexível. Assim, a burguesia utiliza historicamente estratégias para demarcar disputas político-ideológicas no sentido de deslegitimar o espaço de ensino público, gratuito, presencial, socialmente referenciado e intensificar o trabalho docente mediado pelas TICs.

O terceiro capítulo, intitulado *O trabalho home office docente no Ensino Superior público e a intensificação do trabalho no contexto da pandemia de Covid-19*, buscará contribuir no debate sobre o trabalho *home office* dos professores universitários do ensino público que estavam trabalhando presencialmente e que no contexto pandêmico de isolamento social em 2020, passaram a (re)organizar os seus processos de trabalho e dinâmica da vida social mediado pelas TICs.

Por fim, apresentarei as considerações finais com base na pesquisa realizada, articulada a todo o seu percurso teórico-metodológico, as percepções materializadas no processo investigativo, cujo intuito foi chegar no ponto de síntese do objeto em sua totalidade social, além das possíveis contribuições desse estudo para os(as) pesquisadores(as) do mundo do trabalho, áreas afins e para à produção do conhecimento crítico do Serviço Social brasileiro.

Espero que a sistematização dessa dissertação, cuja temática é a intensificação do trabalho *home office* de docentes no Ensino Superior público, possa contribuir na unidade da luta contra a exploração do trabalho pelo capital, na busca por melhores condições salarias e de vida desses trabalhadores(as), além de apreender tal dinâmica laboral como uma dimensão intrínseca da “questão social” particular da sociabilidade burguesa, e, portanto, é lócus de atuação profissional do Serviço Social na formulação, implementação e avaliação de políticas sociais e direitos sociais.

2 TRABALHO, INTENSIFICAÇÃO E VALOR: APROXIMAÇÕES HISTÓRICO-CRÍTICAS

Neste capítulo faremos um esforço de discutir à luz da teoria social crítica marxista a relação entre trabalho, o seu processo de intensificação e o valor, considerando, as determinações mais gerais da sociabilidade capitalista, apreendendo as suas particularidades no movimento contraditório entre as classes.

2.1 INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO: NA REALIDADE DO QUE SE TRATA?

É perceptível, nas produções teóricas de Sadi Dal Rosso[12], a discussão mais recente sobre a intensificação do trabalho especificamente, na obra intitulada *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*, publicada em 2008 (Dal Rosso, 2008), além de artigos científicos como *Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde* (Dal Rosso, 2006), *Ondas de intensidade do labor e crises* (Dal Rosso, 2011) e *Intensidade do trabalho: questões conceituais e metodológicas*, em parceria com Dal Rosso e Cardoso (2015), dentre outros(as) autores(as).

Intensificar o trabalho sempre foi o intento histórico da sociedade capitalista para manter os mecanismos de exploração da classe trabalhadora. De acordo com as pesquisas do autor, "[...] a mais recente onda de intensificação do trabalho no âmbito internacional começou por volta de 1980 e se estende até os dias de hoje" (Dal Rosso, 2008, p. 19). Tal condição, nos leva a refletir e analisar sob uma lente crítica o que aconteceu no dinâmico mundo do trabalho nos últimos anos e o que entendemos por intensidade do trabalho.

Para uma apreensão qualificada sobre o conceito de intensificação do trabalho é fundamental ressaltar que qualquer trabalho é realizado a partir de um determinado grau de intensidade, seja ele realizado em maior ou menor empenho. Se analisarmos sócio-historicamente, as condições de trabalho escravizado ou servil, camponês, autônomo, assalariado, intelectual, dentre outras formas de realizá-lo, de alguma maneira esses trabalhadores(as) exerceram algum esforço para a objetivação de trabalho num tempo determinado (Dal Rosso, 2008).

---

[12] Professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e Doutor em Sociologia pela University of Texas System.

Apreendemos que a intensidade do trabalho está ligada a relação de homens e mulheres com a natureza, e, na medida em que os(as) mesmos(as) se relacionam com o meio natural, transformam a natureza, sua própria história e a sociabilidade em que vivem, ou seja, é na mediação entre o ser social com o trabalho que a intensificação ganha materialidade nas múltiplas dimensões que compõe a totalidade da vida social (Marx, 1982).

Nessa relação:

> Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 1982, p. 149).

Na compreensão de Dal Rosso (2008), a partir da leitura de Marx, para concretizar o trabalho, o ser social se afasta das barreiras naturais (diferenciam-se dos animais que intervém sobre a natureza por meio instintivo), a partir da prévia ideação entendida enquanto um movimento de antecipação em sua consciência, dotada de projeção racional para determinado objeto a ser materializado.

Assim, “[...] quando um projeto mental se atualiza na prática, os sujeitos que o realizam gastam um volume variável de suas energias físicas ou psíquicas” (Dal Rosso, 2008, p. 20), sendo necessária a utilização de instrumentos e técnicas de trabalho pra objetivá-lo em seu cotidiano concreto.

Na esteira desse movimento, o ser humano ao realizar qualquer processo de trabalho utiliza-se de sua capacidade física e mental relacionando “a ideia de que todo o ato de trabalho envolve gasto de energia, e, portanto, exige esforço do trabalhador, está na raiz da noção de intensidade”. Dito isto, “[...] a intensidade tem a ver com a maneira como é realizado o ato de trabalhar” (Dal Rosso, 2008, p. 20).

Segundo Dal Rosso (2008), a noção de intensidade deve-se a alguns aspectos indispensáveis: primeiro, ao dispendido de energias realizado pelo(a) trabalhador (a) na atividade concreta; o segundo elemento, diz respeito a centralidade do trabalhador (condição de classe), em sua coletividade não deixando se sobressair outros elementos que compõe o processo de trabalho, cuja finalidade é a capacidade do ser humano alterar os resultados do trabalho, como as condições tecnológicas, por

exemplo. Por isso, “[...] não se trata de examinar o desempenho das máquinas ou outras coisas quaisquer. A atenção está centrada sobre quem trabalha para examinar qual o dispêndio qualitativo ou quantitativo de energias” (Dal Rosso, 2008, p. 20).

Falar de intensidade do trabalho é partir do pressuposto de quem trabalha, ou seja, do (a) trabalhador (a). É dessa capacidade de desenvolvimento social das forças produtivas que lhe é exigido um determinado empenho, seja do ponto de vista físico, intelectual, psicológico, ou até mesmo a articulação entre esses três elementos. O autor, amplia o debate em questão levando em conta a intensidade enquanto um processo de totalidade que envolve o ser social.

Vejamos:

> É o trabalhador em sua totalidade de pessoa humana que desenvolve a atividade, não apenas o trabalhador enquanto parte, força física, capacidade intelectual ou emocional. A intensidade é, portanto, mais que esforço físico, pois envolve todas as capacidades do trabalhador, sejam as de seu corpo, a acuidade de sua mente, a afetividade despendida ou os saberes adquiridos através do tempo ou transmitidos pelo processo de socialização (Dal Rosso, 2008, p. 21).

Tal apreensão, nos auxilia a refletir sobre a intensidade articulada a totalidade de elementos que compõe o ser humano, não somente limitada pela condição de trabalhador(a) subordinado por um regime de trabalho exigindo múltiplos esforços (físicos, mentais, intelectuais e emotivos) e aptidões para manter a sua subsistência, mas, direcionar o debate para as inflexões do mundo do trabalho na dinâmica da sua vida social marcada por um conjunto das relações sociais antagônicas (capital x trabalho).

Queremos dizer que a intensidade do trabalho requer troca de conhecimentos para além da esfera produtiva, seja com a sua família, amigos, vizinhança, dentre outros, ou seja, construindo a sociabilidade. No capitalismo contemporâneo, a base da intensidade do trabalho está direcionada para os resultados. De acordo com Dal Rosso (2008, p. 21), “[...] há intensificação do trabalho quando se verifica maior gasto de energias do trabalhador no exercício de suas atividades cotidianas”.

Podemos refletir com base nessa ideia, por exemplo, quando aparece na singularidade do cotidiano um maior número de veículos montados num dia por pessoa na montadora *Jeep*, ou no quantitativo de bolos feitos diariamente por trabalhador (a) numa grande indústria alimentícia etc.

Quando o trabalho não é físico, como por exemplo, é o caso do trabalho intelectual tais como pesquisador (a), professor (a), que envolve condições emocionais como o educador (a) e enfermeiro (a), os resultados materializados tendem a parecer na melhoria da qualidade que se sobrepõe sobre o quantitativo de pessoas atendidas (Dal Rosso, 2008).

O autor afirma que:

> A manipulação do grau de intensidade tem por objetivo elevar a produção quantitativa ou melhorar qualitativamente os resultados do trabalho. Em princípio, a alteração da intensidade para mais aumenta os resultados do trabalho e a alteração para menos diminui. Em resumo, podemos afirmar que quanto maior é a intensidade, mais trabalho é produzido no mesmo período do tempo considerado (Dal Rosso, 2008, p. 21).

De acordo com esses apontamentos, a intensidade do trabalho quer dizer mais trabalho realizado e objetivado em um determinado tempo constituindo-se como força de crescimento. O esforço a mais, um empenho mais constante de trabalho, leva o(a) trabalhador(a) a "[...] um desgaste também maior, uma fadiga mais acentuada e correspondentes efeitos pessoais nos campos fisiológicos, mental, emocional e relacional" (Dal Rosso, 2008, p. 23), fazendo com que se tenha um grau de intensidade superior as condições normais no processo de trabalho de alguma forma.

Intensidade são aquelas circunstâncias de trabalho que determinam a relação com o trabalhador no que diz respeito ao seu esforço, empenho, consumo de energia pessoal em processo para efetivar as suas tarefas. Processos esses, de qualquer natureza que tem por objetivo elevar quantitativamente ou melhorar, de forma qualitativa os resultados.

Em síntese, "[...] na sociedade capitalista o grau de intensidade laboral desempenha a função de um poderoso instrumento de acumulação. Como é mais trabalho, também é mais valor" (Dal Rosso; Cardoso, 2015, p. 634). Na perspectiva inversa, o autor designa de "redução" da intensidade do trabalho, ou até mesmo "menos" trabalho. A intensidade e redução da intensidade são conceitos para comparar aumento ou redução de resultados levando em consideração o tempo. Assim, utiliza-se T1 (antes) e T2 (depois) para saber se houve intensificação ou redução da intensidade do labor (Dal Rosso, 2008).

No decorrer de sua exposição, o autor faz uma menção a Alain Fernex (2000), que buscou esclarecer o conceito de intensidade do trabalho. Fernex (2000) utiliza o

termo “carga total de trabalho” com base nos escritos de Marc Bartoli. O conceito de carga total de trabalho está direcionado a todos os componentes ligados ao trabalho humano “[...] seja no sentido fisiológico, mental, relacional ou psíquico. Tal visão ampla de intensidade objetiva superar uma concepção simplória fundada apenas no esforço físico” (Dal Rosso, 2008, p. 24).

Segundo Dal Rosso (2008), ao analisar o grau de intensidade de um ato de trabalho é importante salientar que existem distinções necessárias que possuem particularidades. A mensuração da intensificação vai depender de cada tipo, vínculo com o trabalho ou subordinação que se estabelece entre o (a) trabalhador (a) e o ser que o controla.

A primeira situação: a intensidade do trabalho pode ser definida pelo (a) próprio (a) trabalhador (a) como no trabalho autônomo, familiar ou cooperativo ou por outros sujeitos. A segunda situação: podemos ter como exemplo, o modo de produção baseado no trabalho escravizado ou capitalista em que o controle da intensidade do trabalho aparta-se do (a) trabalhador (a) e é, parcialmente, ou totalmente, controlado e definido desigualmente pelo empregador ou capitalista.

Na sociedade capitalista, “[...] o grau de intensidade resulta de uma disputa, de um conflito social que opõe o interesse dos trabalhadores ao dos empregadores” (Dal Rosso, 2008, p. 24). Portanto, é no palco da luta de classes entre burguesia e proletariado e na relação entre essas com o Estado que a intensidade do trabalho ganha materialidade social.

A classe que vende a sua força de trabalho em troca de um salário está subordinada ao proprietário dos meios sociais de produção que estabelece e dita o grau de intensidade e as metas a serem realizadas pelo trabalho para concentrar e acumular o lucro para a sua empresa, ou seja, no bojo do trabalho assalariado “[...] a determinação do grau de intensidade é transferida com o ato de compra e venda da força de trabalho das mãos do vendedor para as mãos do comprador” (Dal Rosso, 2008, p. 24).

Nas linhas até então aqui traçadas, destacamos que Marx (1982) direcionou a sua lente de análise no processo histórico intensificador, utilizando os termos *gasto aumentado do trabalho em um mesmo intervalo de tempo*, *elevada tensão da força de trabalho*, *preenchimentos dos intervalos dos dias de trabalho*, *condensação* e *densidade laboral*, mas não o fenômeno intensidade (Dal Rosso; Cardoso, 2015).

As expressões anteriormente mencionadas, trata da intensidade do trabalho articulada ao trabalhador, da força de trabalho (FT) e não dos resultados esperados, com a utilização da tecnologia, organização, gestão e controle objetivados. Segundo Dal Rosso e Cardoso (2015), há uma distinção fundamental entre o conceito de intensidade e de outros fenômenos que envolvem o processo de trabalho.

É necessário que o “gasto de trabalho aumentado” seja desenvolvido no “mesmo intervalo de tempo”. Com base no critério de “em um mesmo intervalo de tempo” temos uma distinção do conceito de intensidade e o conceito de alongamento de jornada. Nesse debate é importante prestarmos esclarecimentos sobre a diferenciação de intensidade e produtividade do trabalho.

A perspectiva de intensidade é parte integrante da produtividade. A produtividade é um conceito advindo do campo da economia, e, por, sua vez, podemos dizer que um trabalho é classificado enquanto produtivo na medida em que os resultados materializados no segundo tempo T2 (depois) são maiores do que no primeiro tempo T1 (antes).

Quando temos um aumento nos resultados do trabalho podendo ser obtido de diversas maneiras temos o aumento da produtividade. Quando o desenvolvimento tecnológico – ou não – demanda exponencial envolvimento e degradação do trabalhador em sua totalidade social classifica-se como elevação da intensidade.

Há casos em que as transformações no processo organizacional não necessariamente precisam de consumo de energia do trabalhador, tais como os procedimentos burocráticos realizados nos serviços públicos que “[...] fornecem um exemplo desse caso em que a racionalização do processo poderia envolver aumento de produtividade sem aumento de intensidade” (Dal Rosso, 2008, p. 26) do trabalho. Existem situações em que o trabalho é reorganizado não exigindo um maior gasto de energia do trabalhador (reorganização com intensificação).

Os dois conceitos acima trabalhados são distintos e devem ser analisados de forma separadas para saber se um trabalho foi/está em processo de intensidade ou não. Essa distinção começou a ser reconhecida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade de influência global que unifica os países de capitalismo central para propor estratégias de crescimento da produtividade do trabalho.

O manual da OCDE intitulado *Medindo a produtividade* traz o conceito de produtividade enquanto “[...] uma razão da medida do volume do produto para a

medida do volume de uso de insumo” (OCDE, 2002, p. 11). Sob essa definição, Dal Rosso (2011) afirma ser limitada e genérica por não levar em consideração que a produtividade tem raízes e se processa sob condições de trabalho que desumaniza os(as) trabalhadores(as). Concordamos com as críticas realizadas pelo autor por apreender que a definição da OCDE (2002) busca hegemonicamente a reprodução e manutenção da ordem do capital em seus movimentos expansivos de acumulação com base na exploração da força de trabalho social.

Fernex (2000) evidencia diferenças entre intensidade e produtividade do trabalho. Em sua apreensão, é necessário verificar as transformações em determinado período nos resultados do trabalho para atribuir as características de produtividade, intensidade ou a articulação entre ambas direcionando os seus estudos a ambientes mais restritos, estudos de casos em fábricas, propriedades rurais como fazendas, serviços, empresas comerciais, dentre outros campos de trabalho.

Enfatiza o autor:

> Um crescimento da produção no curso de um período dado para um número de homens-hora determinado, pode resultar de três fatores: 1. ou resulta do aumento da produtividade do trabalho, se a quantidade de trabalho dispensado não mudou; 2. ou é proveniente estritamente de uma intensificação do trabalho, se todas as circunstâncias permanecerem iguais, o único elemento suscetível de explicar esse crescimento sendo o aumento da quantidade de trabalho contido no mesmo número de homens-hora; 3. ou existe a combinação dos dois efeitos, e esta situação parece ser a mais plausível, mas também a que apresenta maior dificuldade (Fernex, 2000, p. 10-11).

Na perspectiva analítica de Cardoso (2013), o conceito de intensidade está em processo de construção “[...] dada a sua extrema complexidade, associada à variedade de causas e formas de manifestação” (Cardoso, 2013, p. 9). A “[...] intensidade do tempo de trabalho significa o esforço físico, psíquico e mental dos trabalhadores para darem conta das exigências do posto, durante o tempo de trabalho (Cardoso, 2013, p. 11).

Assim, trata-se de um conceito para designar o esforço realizado pelo (a) trabalhador (a) que visa atender tanto as demandas impostas pelos gestores e as suas demandas em um determinado tempo. É importante reforçar que nessa concepção, o conceito ainda não está sintetizado por estar aberto as mudanças e novas condições que refletem sobre o mundo do trabalho na realidade contemporânea.

Com base nos diálogos de Green (2001), a intensificação do trabalho não se limita à elevação da carga horária de trabalho desenvolvida pelo conjunto de trabalhadores(as) e do aumento proporcional de horas de trabalho produtivo efetivado. Para explicar o conceito de intensificação, o autor aborda a diferenciação entre esforço extensivo e esforço intensivo: o primeiro quer dizer o tempo gasto com o trabalho, o segundo está ligado a intensidade que o trabalho tem durante as horas realizadas na jornada de trabalho. Assim, ambos os esforços em questão realizados contribuem para a intensificação, e, portanto, a exploração mais aguda do trabalho social.

A discussão da intensificação do trabalho a dinâmica pode ser conceituado como um fenômeno de amplitude mundial que se desenvolve em diversos países como o Brasil, Japão e França, setores, bens e serviços (público e privado) e categorias profissionais até os dias atuais. É consenso entre os autores que o fenômeno em questão tem sua gênese histórica assentada nas contradições e conflitos da acumulação capitalista recente, especialmente, nas metamorfoses desencadeadas no processo produtivo em crise na segunda metade do século XX. Nesse contexto, a intensidade do trabalho espraia desigualdades sociais, políticas e culturais operadas pelo mercado que estão em constante disputas.

Para reforçar esta análise:

> O processo de intensificação do trabalho em curso nas últimas décadas é um fenômeno global, abrange inúmeras categorias profissionais, em diversos países e setores produtivos de bens e de serviços privados ou públicos. Como problemática contemporânea, a intensificação do trabalho e saúde do trabalhador emerge enquanto um problema científico das condições históricas do desenvolvimento capitalista, a partir da crise dos anos 1970, período em que as mudanças no processo de trabalho geram uma acentuada piora das condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores nos EUA e na Europa (Pina; Stotz, 2014, p. 151).

Pina e Stotz (2014), Hirata (2011) e Benfatti e Dantas (2017) compreendem a intensificação do trabalho articulada a dinâmica da crise estrutural do capitalismo e as inflexões na saúde da classe que vive do trabalho. Para os autores, a intensificação do trabalho é sinônimo de degradação dos trabalhadores(as). Degradação essa marcada pela complexidade do mundo do trabalho, como, por exemplo, falta de tempo para atividades rotineiras e de lazer com a família, pausas para realizar as suas necessidades biológicas (beber água, comer, banhar-se), dentre outros aspectos que se aprofundam com o excesso de trabalho.

Portanto, destacamos que esses estudos expressam os reflexos negativos da intensidade do trabalho na sociedade capitalista envolvendo a totalidade do ser social (suas dimensões da saúde física, mental e social). Isto, é, o aumento cada vez mais constante das atividades laborativas, dispendido de esforço físico e mentais para a sua elaboração, o sentimento de culpa por parte de trabalhadores quando não consegue finalizar aquela meta excessiva imposta pelos empregadores e gestores, o cansaço, além da baixíssima remuneração que não equivale ao esforço e a dinâmica de trabalho realizados, cuja síntese é a exploração cada vez mais constante do trabalho de mulheres e homens.

2.2 A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA INTENSIDADE DO TRABALHO

Partimos da compreensão de que a intensidade do trabalho tem relação com qualquer atividade laboral e não está limitada ao trabalho assalariado da sociedade burguesa, ou seja, a intensidade do trabalho antecede o capitalismo mas se aprofunda com esse modo de produção. O debate em questão, inicialmente, fora discutido por Marx (2014) no livro I de *O capital*, publicado no ano de 1864, especificamente, na seção IV, capítulo 13, intitulado: “Maquinaria e Grande Indústria” articulado a teoria do valor. Assim, “[...] durante a Revolução Industrial Inglesa, Marx captou com extrema clareza o processo de intensificação e teorizou sobre ele” (Dal Rosso, 2008, p. 46).

O filósofo alemão, apreende a intensidade enquanto um fenômeno sócio-histórico, na qual as máquinas na mediação com o trabalho tendencialmente eleva a produtividade quanto a intensidade do trabalho. Primeiro, porque o maquinário altera substancialmente a velocidade média das atividades realizadas pelo (a) trabalhador (a), e, segundo, por conta do fenômeno da divisão social do trabalho que criou uma nova organização laborativa no chão de fábrica e demais espaços de trabalho (Marx, 2014).

Diferentemente de Adam Smith que foca o conceito de valor ao trabalho industrial e David Ricard, relaciona a teoria do valor com base no tempo médio de produção. Marx (2014) supera os dois primeiros e se preocupa em compreender como o valor e a mais-valia são produzidos a partir da perspectiva crítico-analítica de totalidade tendo como objeto de estudo o processo de gênese, desenvolvimento e superação da sociedade burguesa (e não a sua manutenção como pensou Ricard e

Smith). É essa escolha teórica e política que nos permite aprender o real sentido da intensidade do trabalho.

Marx vivenciou o período histórico das revoluções industriais inglesa e norte-americana (séc. XIX) e das profundas metamorfoses sobre a sociedade até então. Falar de intensidade sob a ótica da crítica da economia política, é falar de exploração do trabalho na sociabilidade capitalista. O autor, faz alusão ao termo “porosidade” para designar a atividade intercalada por momentos de não trabalho, ou seja, a jornada de trabalho corresponde a dois momentos: de trabalho e não trabalho. Durante a jornada de trabalho existe um momento de “porosidade” do trabalho, como uma espécie de intervalo, pausa na qual o trabalhador deixa momentaneamente de produzir valor.

Na esteira desse processo, o valor, para Marx (2014), é uma categoria analítica inserida nas relações sociais de produção e reprodução social que sintetiza a troca entre quantidades de mercadorias diversas e ainda aponta a relação entre os detentores de mercadorias que as movimentam na dinâmica do mercado.

Além disso, o valor se insere no movimento dispendido de energia humana contidas no processo de produção de mercadorias. Pois, é o valor que gesta as bases concretas para que distintas mercadorias possam circular e serem trocadas no mercado de capitais tendo como eixo norteador o tempo de trabalho socialmente necessário ao capital na produção de mercadorias (Marx, 2014).

> O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da foça de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor [...]. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal [...]. Em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral (Marx, 1982, p. 141).

Então, a mercadoria só adquire sua expressão no movimento mais geral de valor, porque, socialmente, todas as outras mercadorias têm o seu valor no mesmo equivalente. Nesse processo, as mercadorias à luz da lei do valor, são elementos sociais e apenas podem expressar e materializar a sua forma de ser através da

totalidade de relações mútuas e socialmente validadas no chão do cotidiano material para a continuidade da reprodução do capital (Marx, 1982).

Essa reprodução social tem base na forma de circulação direta de mercadorias D-M-D (Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro) e se transforma historicamente na fórmula geral do capital D-M-D'. A primeira situação, aponta para o movimento da circulação simples de mercadorias cujo objetivo é a troca de mercadorias intermediada pelo dinheiro enquanto equivalente geral que adquire valor de uso, e, consequentemente, atendendo as necessidades humanas (Marx, 1982).

Na segunda, tem-se como ponto de partida, um acumulo de dinheiro expropriado do trabalho social produzido, a compra e venda de mercadoria com a finalidade obter-se mais dinheiro ou mais valor (mais-valia) D', em relação ao processo de trabalho inicial, mantendo – se e reforçando a circulação ampliada de mercadorias, e, portanto, o insaciável espaço de acumulação e valorização do valor do capital com base no D (dinheiro) -M (mercadoria-meios de produção e força de trabalho) -P(produto) -M' (mercadoria linha fruto da exploração da força de trabalho) -D' (dinheiro linha acrescido de mais-valor) (Marx, 1982).

Dada essas condições, estamos falando do cidadão trabalhador que vende a sua força de trabalho explorada em troca de um salário (equivalente geral da produção) para manter as suas condições de subsistência, ou seja, é como se vive e se reproduz a sociabilidade na dinâmica do capital industrial. Na fase industrial do capitalismo, tivemos a implementação do maquinário na produção. Na realidade,[13] "[...] a 'máquina' sempre existiu e esteve em ação, ela é o próprio sistema nervoso humano que criou a máquina até agora conhecidos e se reproduz a si mesmo no processo genético de multiplicação da espécie" (Pinto, 2005, p. 95).

Álvaro Pinto (2005) destaca o conceito de tecnologia articulado ao trabalho socialmente realizado. É através do contato direito de trabalhadores com os meios sociais existentes para a objetivação do trabalho que possibilita a criação de novos conhecimentos, saberes, potencializa a ciência e abre um campo de possibilidades de desenvolvimento tecnológico na sociedade.

[13] Segundo Marx (1984), a dinâmica do capital pode ser sintetizada a partir do Valor de Uso (riqueza produzida socialmente com base no trabalho) V.U; Mercadoria: M; Mercadoria-Mercadoria: M-M; Mercadoria-Dinheiro: M-D; Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria: M-D-M; Mercadoria-Dinheiro-Dinheiro-Mercadoria: M-D-D-M; Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro: D-M-D; Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro + Mais-Valia ('): D-M-D'. No desenvolvimento da obra marxiana essa fórmula vai tornando-se mais complexa.

Em seu livro, intitulado: “O conceito de tecnologia”, o autor pontua criticamente os diversos os aspectos que estão no processo de implemento tecnológico do capital na vida social: 1) a tecnologia e sua relação com a teoria, a ciência, o estudo e o debate técnico; 2) a tecnologia apreendida enquanto um elemento puramente técnico (conceito mais utilizado e difundido no cotidiano social); 3) variadas técnicas que determina a sociedade, independentemente, de sua construção histórica; e 4) a tecnologia enquanto ideologização da técnica.

Tal discussão, nos aponta o significado social da tecnologia e valor no movimento de produção e reprodução desigual da sociabilidade burguesa. Sobretudo, na medida em que o papel da tecnologia e da ciência se torna uma relação de valorização do capital na produção de mercadorias (Marx, 1982).

> Como máquina, o meio de trabalho logo se torna um concorrente do trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. Todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria (Marx, 1982, p. 48).

Esse movimento, nos elucida a pensarmos a gênese, desenvolvimento, consolidação e incorporação da tecnologia na base de organização material da sociedade em divergentes momentos históricos, ou seja, a tecnologia adquire na história do capitalismo diferentes fases de processos de trabalho para conservação do valor no processo de produção de extração da mais-valia de uma forma mais intensa (Marx, 1982).

> Mas essa não é em absoluto a finalidade da maquinaria utilizada de modo capitalista. Como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela deve baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele dá gratuitamente para o capitalista. Ela é meio para a produção de mais-valor (Marx, 2014, p. 416).

A partir das leituras de Marx (2014), toda maquinaria é desenvolvida com base em três movimentos fundamentais: a máquina-motriz, o mecanismo para realização de transmissão, e, por último momento, a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho. A primeira, atua como força motora do mecanismo em sua totalidade (máquina a vapor, máquina calórica etc.), sendo impulsionada por outra força que lhe antecede (pás do moinho, vento, queda d’água); a segunda, diz respeito a volante, eixos, polias, hastes, cabos, engrenagens que regula o movimento distribuindo para

máquina-ferramenta se apoderando do objeto de trabalho e o processa modificando e alcançando a sua finalidade.

> É dessa parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que nasce a revolução industrial no século XVIII. Ela continua a constituir um ponto de partida, diariamente e em constante renovação, sempre que o artesanato ou a manufatura se convertem em indústria mecanizada (Marx, 2014, p. 417).

Com as transformações ocorridas no processo de trabalho, particularmente, na conjuntura sócio-histórica do século XVIII, a indústria moderna é a tendência de o capital produzir exponencialmente a valorização do valor sob o implemento tecnológico das grandes fábricas, suas intensivas jornadas de trabalho, as insalubres condições de vida e trabalho da totalidade da classe trabalhadora (Marx, 2014).

> Embora a maquinaria descarte tecnicamente o velho sistema da divisão do trabalho, este persiste na fábrica, num primeiro momento, como tradição da manufatura fixada no hábito, até que, sob uma forma ainda mais repugnante, ele acaba reproduzido e consolidado de modo sistemático pelo capital como meio de exploração da força de trabalho (Marx, 2006, p. 457).

A incorporação da maquinaria proporciona uma brusca redução dos custos para o capitalista, reduz o valor das mercadorias produzidas ampliando-se para diversas cadeias produtivas globais reduzindo de forma significativa o trabalho vivo (mas não o findando). Uma vez que o trabalho assalariado é fruto da exploração do capital, por um lado, os(as) trabalhadores(as) tendencialmente procuram aumentar os tempos de não-trabalho para diminuir o seu desgaste físico, mental e emocional, por outro, os capitalistas, ao contrário, buscam eliminar totalmente a diminuição do tempo de “porosidades” da jornada de trabalho (Dal Rosso, 2008).

Se todos as jornadas de trabalho de alguma maneira não se findam, alguns desses podem ser reduzidos, e, consequentemente, aumentar a intensidade do trabalho por parte do capital. Essa alusão à “porosidade” nos permite apreender criticamente como o trabalho na sociabilidade do capital pode se tornar mais denso, concentrado, no mesmo intervalo de tempo, e, portanto, sem aumento de jornada.

É historicamente apresentado em *O capital*, de Marx (2014), que a maquinaria fez com que a classe trabalhadora tivesse o contato frequente com os meios tecnológicos nos processos produtivo. Nesse caso, a dinâmica do capital passou a exigir do conjunto de trabalhadores um ritmo de produção intenso. Entretanto, essa não significava melhores condições de subsistência para o proletariado. Eram

inúmeras as expressões de desigualdades sociais na medida em que a produção era cada vez mais abundante (fome, pobreza, proliferação de doenças, não acesso à água e saneamento básico etc.).

Tal situação, conduziu substancialmente a formação de um ambiente marcado pela organização política e coletiva de trabalhadores (consciência de classe em si para si) que resultara em revoltas na Inglaterra. Revoltas essas que tornaram públicas às suas demandas perante a sociedade civil e o Estado, exigindo desses, a redução das extensas jornadas de trabalho de crianças, jovens, adultos, mulheres, pessoas idosas e demais direitos trabalhistas, cujo objetivo era a materialização de melhores condições de vida e trabalho.

2.3 TRABALHO E TEMPO DE TRABALHO À LUZ DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

No livro II de *O capital*, Marx (2006) buscou examinar as múltiplas formas que envolve o capital nos processos de constituição, realização e ampliação do valor na qual assume as formas de capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital produtivo enquanto mecanismos específicos de constituição do capital industrial. Essa relação assume no contexto do capitalismo uma organicidade entre o ciclo de produção, distribuição, circulação e consumo. Assim, um pressupõe o outro.

Marx (2006) aponta que o foco da produção capitalista não está somente ligada a produção de mercadorias, isto é, a sociabilidade do capital tem como objetivo central a produção de mais-valia. Sendo assim, faz-se necessário um tempo para transformar um significativo número de trabalhadores produzindo diretamente para que permaneça um contingente de mão-de-obra alijada dos meios sociais de produção indispensáveis à reprodução de sua vitalidade (Marx, 2006).

Afirma o autor:

> O tempo de trabalho é sempre tempo produção, tempo durante o qual o capital está preso a esfera da produção. Mas a reciproca não é verdadeira. O tempo durante o qual o capital fica no processo de produção não é necessariamente tempo de trabalho (Marx, 2006, p. 271).

Podemos raciocinar que o tempo de produção se diferencia não somente do tempo do trabalho que é realizado, mas também do tempo em que os meio de

produção se desenvolvem para ativar o processo de produção exponencial de mercadorias e do tempo em que os meios estão paralisados nas dependências da fábrica.

O tempo de produção tem a ver com: 1) a temporalidade funciona como meios de produção servindo para o processo de produção; 2) os intervalos que proporcionam interrupções no processo de produção, e, consequentemente, o funcionamento dos meios de produção que se incorporam a esse; e 3) o tempo, que, por sua vez, já estão disponíveis no processo de produção (capital produtivo), embora não tenham ainda inserido na produção (Marx, 2006).

É necessário pontuar que no processo de produção pode acontecer interrupções independentemente da intervenção humana. Segundo Marx (2006, p. 138), “[...] as interrupções normais de todo o processo de produção, e, portanto, os intervalos em que não funciona o capital produtivo não produzem valor nem mais-valia”. Pode tendencialmente acontecer de o tempo de produção extrapolar o tempo de trabalho utilizado no processo produtivo, e, o capital produtivo, permanecer inerte sem a participação do processo de trabalho.

Esse capital em inercia representa prejuízo ao capitalista, por isso, que a classe detentora dos meios sociais da produção busca incansavelmente “[...] intensificar a produção eliminando os intervalos entre a jornada diária e a jornada noturna, entre um intervalo de tempo e outro” (Santos Neto, 2013, p. 102). O capital denominado latente (o capital investido em edifícios, equipamentos, tecnologia, máquinas, instalações etc.) transfere o valor através da contabilidade do tempo médio despendido porque cada mercadoria/produto (fruto do trabalho social) representa um desgaste proporcional do capital que fora investido nesse processo.

É o trabalho que transfere valor aos meios de produção na medida em que o primeiro modifica/transforma o segundo. Com isso, os meios de produção isolados não produzem mais-valia. O tempo de produção que extrapola o tempo de trabalho não compõe valor ao produto, entretanto, em nenhum momento da produção capitalista o tempo excedente que fora objetivado tem a capacidade de efetivar mais-valia (Marx, 2006).

O tempo de produção é composto pelo tempo de trabalho e pelo tempo em que o capital produtivo permanece em potencial ou até mesmo pelo tempo em que ele produz sem gerar mais-valia. Na produção capitalista, existe um tempo que não depende unicamente do tempo de trabalho. Nessa reflexão, a metamorfose do

material de trabalho necessita considerar elementos inerente ao mundo físico, químico e biológico (Marx, 2006).

Segundo Santos Neto (2013), podemos pensar a diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção na agricultura. As estações temporais passaram a ter um papel relevante no desenvolvimento da produção agrícola, interferindo no processo de colheitas por conta das condições climáticas, dos aspectos naturais como a fertilidade do solo na qual esses são imprescindíveis para esse processo. Não devemos esquecer de que as condições climáticas desfavoráveis reduzem o tempo de trabalho anual dos campesinos aumentando as dificuldades nas suas condições de vida.

O mau tempo trava todo o preparo de cultivo do solo e, portanto, resulta numa colheita sem êxitos. Sob essas condições, os camponeses necessitam realizar outras atividades para além das atividades agrícolas, como, por exemplo, o artesanato, tecelagem, sapataria, serralharia, dentre outras. Com a emergência e o desenvolvimento da indústria articulada e consolidação do modo de produção capitalista essas atividades foram dizimadas (Marx, 2006).

Mesmo assim, percebemos algumas distinções entre eles. Tanto no primeiro modo de produção quanto no segundo, nem sempre a coincidência entre o tempo de trabalho com o tempo de produção. Na produção agrícola, o aumento do investimento na aquisição de animais reflete nas despesas com alimentação, abrigo, pastagem, água para a plantação etc.

No capitalismo industrial, o prejuízo torna-se maior para o burguês devido ao tempo de interrupção do capital fixo que fora investido na compra de instrumentos e maquinaria. Isso significa dizer, o encarecimento da produção “[...] não pelo tempo que perde em que funciona o capital fixo, mas pelo tempo em que perde valor” (Marx, 2006, p. 275). Na indústria, existem diversas situações em que a classe trabalhadora precisou aguardar um determinado tempo para que a mercadoria pudesse ter a sua interferência.

A diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção é bastante expressa na indústria de sapatos, por exemplo, na qual a matéria prima, no caso do couro necessita de tempo para a matéria tivesse em boas condições para a produção (adaptação a sua forma necessária). O que determina a etapa de rotação do capital é o tempo de trabalho fundamental para a execução do fabrico de sapato e pelo tempo

de espera para que esses estejam em boas condições para a comercialização (circulação).

Nessa linha de pensamento:

> O produto só está pronto, feito, capaz de passar de forma de capital produtivo para a de capital-mercadoria, depois de percorrer o período de produção. O período de rotação do capital aumenta com a duração do tempo de produção em que não entra tempo de trabalho. Quando o tempo de produção que excede o tempo de trabalho não está sujeito a leis naturais irremovíveis o período de rotação pode frequentemente ser mais ou menos abreviado por meio da redução artificial do tempo de produção (Marx, 2006, p. 272).

Tal discussão, é fundamental para o capitalista, o desenvolvimento e apropriação da ciência, pesquisas científicas que, por sua vez, proporciona um maior domínio sobre a classe trabalhadora e a natureza. Com isso, o capital busca e materializa cada vez mais mecanismos de controle sobre a força de trabalho e da sociedade superando períodos históricos anteriores.

A produção têxtil sintetiza magistralmente esse fato, na medida em que se utiliza de elementos de coloração química para estabelecer um branqueamento ou acentuação de uma determinada cor em produtos via exposição solar, no contato com a água em certa temperatura etc. Mais adiante, a apropriação da ciência pelo capital passou a ser algo extremamente indispensável pelo fato do crescimento dessa técnica (coloração) na indústria de algodão fazendo com que eles brotassem da terra na tonalidade desejada pelo proprietário dos meios de produção.

Houve, então, um aprimoramento dos processos de trabalho e uma mensuração do domínio maior sobre a natureza, avançando nos processos de cunho natural refletindo na otimização do tempo de trabalho. Esse avanço proporcionou uma velocidade maior no ciclo de produção de produtos (Marx, 2006).

Segundo Marx (2006), a indústria siderúrgica sintetizou o aprimoramento dessas técnicas científicas na qual os capitalistas não findaram o investimento na ciência para superar os limites do campo natural e resultou no aumento do tempo de produção. A diferença entre o tempo de trabalho e tempo de produção não apresenta nenhum benefício a classe que vende a sua força de trabalho. Todavia, o ritmo do tempo de trabalho é sempre alheio ao (a) trabalhador (a), isto, é, o tempo de trabalho é sempre a favor do capitalista indo contra os interesses do trabalho.

Essa relação torna-se fundamental no processo de luta de classes, especificamente, como um instrumento para articular de novas formas dominação e

controle sobre o trabalho. No campo da produtividade é necessário diminuir o ciclo de cada tarefa específica. Em vez de realizar apenas um ciclo em determinado espaço temporal anual, efetiva-se dois, três ou mais ciclos num mesmo espaço de tempo. Assim, o capital passa a aprimorar as forças produtivas investindo em conhecimento científico e tecnologia, cujo objetivo é num mesmo espaço de tempo expropriar o tempo de trabalho excedente da classe trabalhadora em vários ciclos de produção.

A questão central do capital está no fato de reduzir cada circuito produtivo em menor tempo possível, na sociabilidade burguesa “tempo é dinheiro”’ (Santos Neto, 2013). Por isso, devemos trazer para o debate que extensão do tempo de produção não depende somente dos aspectos naturais (solo, questões climáticas etc.), mas das determinações sociais e econômicas que influenciam na produção.

Por, exemplo, uma mercadoria só é objetivada pelo trabalho social a partir de um clima propício para a sua produção. Caso não exista uma demanda para o seu consumo, o estoque dessas existentes durante um longo prazo, acarretaria prejuízos ao lucro do capitalista. Não é sempre possível a diminuição do tempo de estocagem a zero e o prolongamento do tempo de mercadorias paralisadas (fora da esfera da circulação no mercado) no estoque. Para o capital, essa condição significa em elevado custo de produção.

O que está em articulação nesse ambiente é:

> A intensificação da concorrência entre capitalistas e a determinação social do preço das mercadorias influem na constituição dos limites de repasse dos custos da estocagem pode representar desgaste do produto e acarretar prejuízos indevidos ao capitalista (Santos Neto, 2013, p. 106).

Segundo o autor, a concorrência intra-capitalistas fomenta algumas expressões de desigualdades na condução de circulação de mercadorias/produtos. Quanto mais perecível é uma mercadoria, mais rapidamente tem de ser vendida e consumida após o processo de produção, “[...] o tempo corrói como verme os produtos que brotam da atividade industrial” (Santos Neto, 2013, p. 107); por isso, quanto mais tempo é estocada uma mercadoria, mais fácil é a sua deterioração (estrago) trazendo prejuízos a figura do capitalista.

Conhecedor de suas necessidades, o capitalista intencionalmente só estoca aqueles produtos que são mais robustos/resistentes ao tempo. Nesse contexto, o vendedor só levaria para o mercado tais mercadorias estocadas em tempos de

escassez favorecendo a elevação do preço das mercadorias compensando as despesas com a estocagem a longo prazo. Quando todos os capitalistas resolvem realizar essa mesma atividade de uma só vez, as mercadorias tendem a baixar de preço e a vantagem de acumulação privada com a estocagem se esgota.

A orientação do capitalismo se dá também pela redução expressiva do tempo de estocagem das mercadorias que foram produzidos pelos intensos processos de transporte e da distância geográfica para chegar a venda final. O capital busca investir em ciência e tecnologia para encurtar essa extensão territorial. Já que a economia do tempo é a razão de ser do capital, a questão central está na busca por produtividade, e, consequentemente, a redução de trabalhadores ativos.

Na realidade, para o capital, “[...] o tempo é tudo, o homem é nada-quando muito, é carcaça do tempo” (Marx, 1982, p. 58), ou seja, é de interesse estrutural do capital a maior exploração da força de trabalho e a apropriação do seu tempo seja no âmbito da produção e da reprodução de quem trabalha. Dada essas questões, é preciso cada vez mais economizar, reduzindo os custos com o pessoal e os custos da produção (tecnologia, máquinas, edificações, matéria prima etc.).

Cada capitalista tem a sua expertise na questão de aproveitamento do tempo para acumular seus lucros. O sentido está em aprimorar a produção privada para dizimar os concorrentes do mercado, e, assim cumprir a função social do capital: manter a “guerra” da concorrência.

Dessa maneira, o trabalhador passa a ser cada vez explorado e alienado no que tange aos determinantes do controle do tempo de trabalho na produção capitalista. Além do controle do tempo de trabalho e de produção, o tempo de rotação é inseparável dessa discussão. Enquanto, o espaço produtivo é controlado pelo burguês, o campo da circulação tem relação com forças exógenas aos ditames do capitalista.

A esfera da circulação materializa-se em dois momentos do ciclo geral do capital (D-M... P... M’ – D’). No primeiro momento, o capital é o tempo em que o dinheiro se transforma em mercadoria, no segundo, diz respeito a mercadoria-capital que deve ser convertida em capital-dinheiro. Sem a existência do tempo de mudança da forma dinheiro para a forma mercadoria não há produção, e, portanto, sem essa fase o dinheiro não pode criar mais dinheiro.

Essa questão explica o porquê da necessidade de o capitalista ir novamente ao mercado. Nessa segunda etapa, o capitalista deve apresentar um comportamento

de um vendedor que quer a sua mercadoria vendida o mais breve e em maior quantidade possível e não mais como aquele comprador da força de trabalho (mercadoria) no início do processo de exploração. Para vender a sua mercadoria, o trabalhador tem que demonstrar uma capacidade de persuasão aos seus clientes para que seja concretizada a venda das mercadorias, principalmente, quando os produtos não foram encomendados anteriormente para a venda.

O tempo de espera para a venda pode significar prejuízos para a realização de D (dinheiro) em D’ (mais-dinheiro). O tempo gasto para a conversão de dinheiro em mais dinheiro, tendencialmente, pode apresentar diferencialidades, para diferentes capitalistas dentro de um mesmo setor de produção: enquanto alguns podem passar pouco tempo para modificação do ciclo, enquanto, outros, podem levar mais tempo para tal na qual significa um maior gasto/investimento dos custos do armazenamento das mercadorias.

De acordo com as experiências de Marx, o objetivo do capital é reduzir seu tempo de rotação a zero ou o mais próximo de zero. Isso pode ocorrer quando o capitalista produz por encomenda requerendo um preparo prévio para a venda direta. Assim, a prévia organização do capitalista para as encomendas implica também num limite que impede a expansão do capital. Isso representa, segundo Santos Neto (2013), um grande impasse para o capital, já que este é incontrolável. O crescimento expansivo dos capitalistas depende da capacidade dos mercados para captar a produção socialmente realizada pelos trabalhadores ao mesmo tempo em que a capacidade é limitada aprofundando as contradições desmedida do capital.

Quando esse ciclo não consegue se materializar de formas articulada, um adentrando o outro, na qual o mercado em vez de expandir-se passa a reduzir-se na atividade que lhe é inerente, o capital entra em um processo profundo de crise estrutural porque a capacidade de expansiva de produção não está alinhada a capacidade de compra e consumo em massas. A partir disso, percebemos o grave problemas que o capital vivencia na atualidade quanto mais ele se amplia, passa por momento de crises, reestruturando-se e buscando dar repostas a seus próprios antagonismos explorando o trabalho.

2.4 JORNADA DE TRABALHO ENQUANTO CATEGORIA NECESSÁRIA AO CAPITAL

No capítulo oito do livro I de *O capital*, intitulado “Jornada de trabalho”, Marx (2014) realiza as seguintes indagações: No que consiste uma jornada de trabalho? Por quanto tempo a jornada laboral pode ser prolongada e até que ponto chegar? O autor, responde que uma jornada de trabalho contém vinte e quatro horas, nas quais pequena parte dela é direcionada ao tempo de descanso da força de trabalho.

A força de trabalho ativa é, por natureza, tempo de trabalho, “[...] que pertence, portanto, à autovalorização do capital” (Marx, 2014, p. 337), tempo esse gasto também com a formação do ser social, desenvolvimento intelectual, cumprimento de suas funções sociais, até mesmo no seu tempo “livre” nos finais de semana. O capitalismo apreendido enquanto um modo de ser e viver das classes sociais reproduz, nas palavras de Marx (2014, p. 337), “[...] sua veracidade de lobisomem por mais-trabalho” em que o capital não só viola os limites da jornada de trabalho, mas também os limites físicos da classe trabalhadora em sua totalidade social.

Reforça o autor:

> Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo do ar puro e de luz solar. Avança sobre o horário das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de alimentos do mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão, e a maquinaria, de gracha ou óleo (Marx, 2014, p. 337-338).

A incontrolabilidade do capital extrapola o campo da jornada de trabalho e espraia o seu domínio para as condições individuais do trabalhador, como, por exemplo, o seu lar, os momentos de foro privado da classe trabalhadora e sua família, a sua qualidade de vida, inclusive o bem-estar físico e social. Esse processo de interferência do capital reflete tanto do ponto de vista do desempenho do trabalhador no chão do processo de trabalho, extensão de horas, exploração etc., quanto na dimensão da sua saúde física e mental.

> O sono saudável, necessário para a restauração, renovação e revigoramento da força vital, é reduzido pelo capital a não mais que um mínimo de horas de torpor absolutamente imprescindíveis ao reavivamento de um organismo completamente exaurido (Marx, 2014, p. 338).

Dada essas questões, segundo Marx (2014), o que determina socialmente os limites da jornada de trabalho não é manutenção normal da força de trabalho, mas, o oposto, isto é, o maior gasto diário possível da força humana que trabalha. Com isso,

o capital ignora as condições insalubres de trabalho, o assédio, a exploração intensa, o caráter precário que tem esse trabalho.

É inerente a lógica do "[...] capital não se importar com o tempo de vida da força de trabalho. O que lhe interessa é única e exclusivamente o máximo da força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho" (Marx, 2014, p. 338). Para atingir esse objetivo, esse modo de produção reduz a duração da jornada de trabalho. No movimento de aproximações sucessivas com as leituras de Marx, o autor faz uma alusão desse processo entre o agricultor e a terra. "Um grande agricultor ganancioso que obtém uma maior produtividade da terra roubando dela sua fertilidade" (Marx, 2014, p. 338).

O capital tem em sua essência a produção de mais-valor, a sede por mais-trabalho, produz estruturalmente o prolongamento da jornada de trabalho, que não se reduz a exploração intensa da força de trabalho na qual lhe são roubadas as condições normais, morais e físicas, mas produz um esgotamento "[...] e a morte prematuros da própria força de trabalho" (Marx, 2014, p. 338).

Marx (2014), parte do pressuposto de que a força de trabalho é comprada e vendida pelo seu valor como qualquer outra mercadoria, e, portanto, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução. Se a produção média de um trabalhador requer seis horas diárias para manter a sua subsistência, então, ele necessita produzir diariamente seis horas por meio de sua força de trabalho e reproduzir o valor produzido em seu processo de venda. Com isso, a soma de sua jornada de trabalho é seis horas.

Podemos refletir, por exemplo, que a linha a_____b represente o tempo de duração ou a extensão do tempo de trabalho socialmente necessário ao capital num total de seis horas. Na medida em que o trabalho vai sendo prolongado seja para mais uma, três ou seis horas, poderemos obter como resultado três outras linhas (tempo de duração) que, por sua, vez representam jornadas de trabalho de sete, nove e doze horas:

- Jornada de trabalho I: a_____b__c;
- Jornada de trabalho II: a_____b_____c;
- Jornada de trabalho III: a_____b_____c.

De acordo com a ilustração acima, o tempo marcado entre o prolongamento bc representa a duração do mais-trabalho e nesse processo a jornada de trabalho = ab + bc ou ac, sofre variações de acordo com a grandeza variável entre bc. Na jornada de trabalho I, por exemplo, ela equivale 1/6, na jornada de trabalho II é igual a 3/6 e na jornada de trabalho III é 6/6 de ab.

A jornada de trabalho não é uma grandeza constante, mas sim, variável. Uma de suas partes é determinada pelo tempo de trabalho requerido para a própria sobrevivência do trabalhador (reprodução), mas a sua grandeza total modifica de acordo com a extensão (maior ou menor grau) ou duração do mais-trabalho. A jornada de trabalho é determinável socialmente e varia de acordo com determinados limites imposto pelo capitalista.

Se a lógica do capital é cada vez mais explorar a força de trabalho, “[...] seu limite mínimo é, no entanto, indeterminável” (Marx, 2014, p. 306). O trabalho necessário só pode fazer parte de uma jornada de trabalho na medida em que esta não pode ser prolongada de forma que extrapole certo limite. Marx (2014) destaca que durante um dia de vinte e quatro horas, um trabalhador apresenta um certo limite de horas trabalhadas. Com isso, há necessidade de descanso, tempo para dormir, comer, limpar-se, vestir-se além de realizar as suas demais necessidades básicas.

Além da limitação física (corporal), existem limites morais que de certa forma impedem a jornada de trabalho prolongada, ou seja, o trabalhador necessita de tempo para realizar as necessidades cognitivas (intelectuais) e sociais (família) que são determinados pelo nível geral de determinado contexto histórico e cultural. Por isso, que a jornada de trabalho se movimenta no centro de limites físicos e sociais permitindo cada vez mais variações de trabalho. “Desse modo, encontramos jornadas de trabalho de 8, 10, 12, 14, 16, 18 horas, ou seja, das mais distintas durações” (Marx, 2014, p. 306).

Já que estamos falando de jornada de trabalho é nesse momento que o capitalista compra de forma alheia a força de trabalho por seu valor diário. Pertence ao capital o seu valor de uso durante a jornada de trabalho realizada, e, “[...] ele adquiriu, assim, o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele durante um dia” (Marx, 2014, p. 306). O burguês tem a sua própria noção sobre o limite da jornada de trabalho (ele é a personificação do capital).

O capitalista enquanto *persona* do capital se apoia na lei de troca de mercadorias, como qualquer outro comprador, se apropriando privadamente da força

de trabalho no desenvolvimento de sua jornada para extrair, tirar o máximo proveito do valor de uso de sua mercadoria. Se por um lado, o capital busca à valorização do valor através do trabalho alienado, por outro, temos a condição da classe trabalhadora que passou a exigir melhores condições de trabalho:

> Paga-mes pela força de trabalho de um dia, mas consomes a de 3 dias. Isso fere nosso contrato e a lei da troca de mercadorias. Exijo, portanto, uma jornada de trabalho de duração normal, e a exijo sem nenhum apelo ao teu coração, pois em assuntos de dinheiro cessa a benevolência [...] Exijo a jornada de trabalho normal, porque, como qualquer outro vendedor, exijo o valor da minha mercadoria" (Marx, 2014, p. 308).

Essa é a histórica materialidade da luta de classes em processo. Aprofunda-se o embate entre capital e trabalho, onde o primeiro expropria o segundo, não tendo nenhum pudor a redução da jornada de trabalho e, portanto, longe da possibilidade de limitação para extrair mais-trabalho. O capital se utiliza de seus direitos privados para comprar e "[...] tenta prolongar o máximo possível a jornada de trabalho em duas" (Marx, 2014, p. 309).

O caráter específico da mercadoria que é vendida tem um limite de ser consumida por quem a compra, e o trabalhador luta para fazer valer o seu direito (quem vende a sua força de trabalho) quando busca uma jornada de trabalho em condições normais, ou seja, temos a comprovação histórica de um direito contra o outro, na qual ambos estão ancorados no movimento da troca de mercadorias. É assim, que ocorre a luta pela jornada de trabalho na construção histórica, econômica e política do capitalismo. Lutas essas marcadas pelo conflito do contingente de capitalistas e trabalhadores(as).

Falar em jornada de trabalho é falar também de avidez do capital por mais trabalho. Haja o que houver, em qualquer parte da sociedade que detenha privadamente o domínio dos meios de produção, seja a condição do trabalhador livre ou não, "[...] tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua auto-conservação um tempo de trabalho excedente a fim de produzir os meios de subsistência para o possuidor dos meios de produção" (Marx, 2014, p. 309), ou seja, o tempo despendido pelo trabalhador na jornada de trabalho passa a ser comprado pelo capitalista.

Em toda formação econômica da sociedade onde não existe o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o mais-trabalho apresenta limites "[...] por um ciclo

mais amplo ou mais estreito de necessidades, mas nenhum carecimento descomedido de mais-trabalho surge do próprio caráter da produção" (Marx, 2014, p. 309). Por essa questão, o sobretrabalho na Idade Antiga só é banido na medida em que o seu objetivo é obter valor de troca, na figura do dinheiro, na produção do ouro e prata. O trabalho forçado que exige um desgaste físico até levar a morte do ser humano era considerado nesse contexto a oficialidade do sobretrabalho.

Ainda na transição da sociedade feudal para a emergência da sociedade capitalista articulada ao mercado mundial na qual realiza a venda de seus produtos socialmente produzidos no exterior, segundo Marx (2014), o seu interesse efetivo é a escravidão e a barbárie, inclusive, o sobretrabalho.

O avanço do capital sobre todas as formas de existência, a mão de obra negra escravizada passou a se intensificar e chegar a sete anos de trabalho explorado, e, em seguida, passou a fazer parte de um sistema extremamente ganancioso. "O objetivo não era extrair deles uma certa quantidade de produtos úteis. O que importava, agora, era a produção do próprio mais-valor" (Marx, 2014, p. 310).

Marx (2014) traz em sua pesquisa essa capacidade de avidez do capital por mais-trabalho com base no que ocorria nos Principados do Danúbio através da corveia, relacionando esse contexto para buscar melhor apreender a exploração do proletariado pela burguesia nas fábricas inglesas. O autor exemplifica: uma jornada de trabalho com um total de 6 horas de trabalho necessário e 6 horas de mais trabalho. Nesse caso, o trabalhador fornece ao capitalista durante a semana 36 horas de mais-trabalho.

Um trabalho necessário no caso de um camponês que realiza seu labor para manter a sua sobrevivência, está apartado do seu mais-trabalho (pertence ao capital) para o boiardo. Um momento efetivou-se trabalho em sua própria terra e outro nas terras do senhor. As duas partes do tempo de trabalho concomitantemente.

Na forma da corveia, o mais trabalho está totalmente separado do trabalho necessário, mas, essa forma particular de distinção não modifica absolutamente nada em relação quantitativa entre mais-trabalho e trabalho necessário. Assim, se pensarmos em três dias de trabalho na semana, esses mesmos dias continuam sendo três dias de trabalho que, por sua vez, não passa a criar equivalente algum para quem está realizando a jornada de trabalho, seja na modalidade da corveia ou do trabalho alienado no capitalismo.

A partir do alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e a divisão social do trabalho, o comércio e as fábricas passaram a ser o espaço de maior apropriação do capital sobre as jornadas de trabalho.

> Na maioria das fábricas, em virtude da depressão do comércio, trabalha-se apenas meio período, continuo a receber a mesma quantidade habitual de queixas de que ½ ou ¾ de horas são diariamente furtados (*snatched*) dos trabalhadores por meio da usurpação das pausas para refeições e descanso que a lei lhes garante (Marx, 2014, p. 315).

De acordo com o trecho acima, o capital já estava passando por momentos de colapso, mas isso não significou o seu fim, pelo contrário, as violações das jornadas de trabalham passaram a crescer de forma exponencial, principalmente, se apropriando do tempo que deveria ser de "não trabalho" como, por exemplo, o caso das refeições e o descanso do trabalhador.

É emblemático quando Marx (2014) sintetiza a condição da classe trabalhadora inglesa no episódio da crise do algodão entre os anos de 1861 e 1865 destacando a invasão do capital sobre as horas livres do trabalhador no interior fabril.

> Muitas vezes, quando flagramos pessoas trabalhando durante a hora da refeição ou em outras horas ilegais, ouvimos a evasiva de que esses trabalhadores não querem de modo algum deixar a fábrica e precisam ser forçados a interromper o seu trabalho (limpezas das máquinas etc.), "especialmente aos sábados". Mas se os braços permanecem nas fábricas depois de as máquinas terem parado, isso só acontece porque nenhum tempo lhes é concedido para tarefas nas horas de trabalho estabelecidas por lei, isto é, entre 6 horas da manhã e 6 horas da tarde (Marx, 2014, p. 315-316).

A lógica que o capitalismo construiu nesse contexto histórico foi tentar se eximir do processo de exploração do trabalho naturalizando o prolongamento das jornadas de trabalho, sob condições aviltantes de reprodução social do proletariado, refletindo em condições de desgaste físico, psicológico e de vida social em sua totalidade.

No desenvolvimento dos seus estudos, Marx (2014) registra ainda no debate sobre a jornada de trabalho a capacidade do capital intensificar o trabalho diurno e noturno. Na esteira desse processo, o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites diários, que adentrava também o horário da noite e a madrugada "[...] pois não faz mais do que abrandar a sede vampírica por sangue vivo de trabalho" (Marx, 2014, p. 329), apropriando-se de vinte e quatro horas por dia de trabalho para impulsionar a produção do capital.

Como o capital não pode levar aquela força de trabalho que passou o dia todo na produção (exaurimento físico), ele cria estratégias de controle e métodos de trabalho para manter a sua reprodução e acumulação através do revezamento distintos entre as forças de trabalho no processo produtivo. Por exemplo, parcela de trabalhadores realizam durante uma semana a jornada de trabalho diurno, outro grupo de trabalhadores o trabalho noturno, e, assim, por diante.

Esse processo de revezamento (economia de alternância), era bastante comum na vida social da classe trabalhadora juvenil, crianças a partir dos oito anos de idade (em alguns casos já iniciavam o seu trabalho aos seis anos), adultos de ambos os sexos no período da revolução industrial inglesa, especificamente, na produção de algodão. “O método de fazer meninos trabalhar alternadamente de dia e de noite leva ao prolongamento maléfico da jornada de trabalho [...] esse prolongamento, não só cruel [...] (Marx, 2014, p. 331), mas fundamental para a manutenção da dinâmica do capital que até então se instaurava, sobretudo, nos processos de revezamento da jornada de trabalho.

Além disso, o autor destaca os relatos das crianças:

> Vim para cá na sexta-feira passada. No dia seguinte, tivemos que começar as 3 horas da manhã. Por isso, fiquei aqui a noite inteira. Moro a 5 milhas daqui. Dormi no chão sobre um avental e coberto com uma pequena jaqueta. Nos dois outros dias, cheguei aqui as 6 horas da manhã. Sim! Este lugar é quente! Antes de vir pra cá trabalhei durante um ano inteiro num alto-forno, uma grande usina no campo. Nos outros dias, eu começava às 6 horas da manhã e terminava às 6 ou 7 da noite (Marx, 2014, p. 332).

Houve experiências de meninas e mulheres trabalhando também no período noturno e pela madrugada com os trabalhadores masculinos. O filósofo alemão, apontou que o prolongamento da jornada de trabalho ultrapassava as vinte e quatro horas dos seis dias da semana, também chegava as vinte e quatro horas do domingo. Nesse contexto sócio-histórico, a jornada de trabalho chegava na maioria das vezes entre doze e dezoito horas diurnas e noturnas.

A materialização da jornada de trabalho em condições dignas é fruto do confronto entre a classe trabalhadora e o capital na qual remonta quatrocentos anos. A legislação trabalhista inglesa tem sua existência desde o século XIV até meados do século XVIII e a legislação do trabalho moderna reduz de forma compulsiva a jornada de trabalho enquanto os estatutos as prolongam. Destacamos a presença do Estado

que nesse período embrionário teve um papel importante na legitimação política, econômica e jurídica do capital.

Em meio as diversas lutas travadas entre capital e trabalho, houve a necessidade de se esperar por muitos anos para que o trabalhador assalariado vendesse a totalidade do tempo de vida em sociedade-inclusive, a sua capacidade física para trabalhar em troca de um prato de lentilhas.

Essas condições de precarização do trabalho e da vida social da força de trabalho ativa era resultado da própria lógica estrutural do capital, ao mesmo tempo em que o Estado se fazia omisso a tais questões se utilizando da coerção, o poder da força para impor aos trabalhadores adultos as jornadas de trabalho cada vez mais aviltantes. Era “normal” entre o início do século XIV e o fim do século XVII essa desumanização do prolongamento da jornada de trabalho (Marx, 2014).

O primeiro Estatuto dos Trabalhadores (Statute of Labourer) foi criado por volta de 1349 na Inglaterra. A materialização dele resultou da organização política dos trabalhadores além da agudização da grande peste que se instaurou na Europa e dizimou milhares de pessoas refletindo nas relações trabalhistas e econômicas. Essas transformações intensificaram o processo de crise e a dificuldade do capital empregar trabalhadores por preços “razoáveis”, ou seja, um valor razoável que fosse de apropriação privada de mais-trabalho.

O estatuto do trabalho de 1946 regulamentava que a jornada de trabalho para todos os artesãos (*artificers*) e os demais trabalhadores agrícolas deveria durar entre às cinco da manhã até entre às sete e oito da noite sendo que nessa jornada era destinada apenas uma hora para o café da manhã, 1 ½ hora para o momento do almoço 1 ½ hora para o lanche da tarde. No período do inverno era exigida uma jornada de trabalho entre cinco da manhã até a noite prevalecendo os mesmos intervalos, não levando em conta as condições climáticas desfavoráveis para a classe trabalhadora com o frio e desalento.

Sob o domínio da rainha Elisabeth em 1562, o estatuto não mudou nada do que já havia sido regulamentado em legislações anteriores. Permaneceu à duração da jornada de trabalho para a totalidade dos trabalhadores. O que se teve de mudança fora a restrição dos intervalos a 2 ½ horas no verão e 2 horas no inverno. O intervalo do almoço era de uma hora e só era liberada a meia hora de sono pós-almoço apenas no período de maio a metade de agosto. No que se referia ao controle sobre as

jornadas, em caso de falta de uma hora de trabalho realizado, a penalidade era o desconto de 1 *penny* (equivalente a oito centavos) do salário do trabalhador.

Diante do exposto (sem o objetivo se esgotar o debate), percorremos o caminho para apreender à luz da crítica da economia política, a articulação entre o trabalho, intensidade e valor para demonstrar os processos de exploração que afeta a totalidade da classe trabalhadora levando em consideração a jornada de trabalho e tempo de trabalho na sociedade capitalista. Pensamos que tal discussão, apresenta também os fundamentos para lançar mediações e refletir sobre a intensificação do trabalho *home office* de professores no Ensino Superior público, revelando o legado e a atualidade dos escritos de Marx na pesquisa e produção do conhecimento crítico.

2.5 A FUNÇÃO DO TRABALHO PRODUTIVO E DO TRABALHO IMPRODUTIVO NA (RE)PRODUÇÃO DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

O conceito de “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo” foram objetos de debate anterior aos estudos de Marx. Primeiramente, eles se situavam no campo da fisiocracia[14] e da economia política clássica. Na dimensão da economia política clássica houveram diálogos entre Adam Smith e Thomas Malthus. Smith defendia que o trabalho produtivo era aquele trabalho realizado para atender as necessidades do indivíduo. Esse trabalhador também produzia uma quantidade a mais de trabalho que era apropriado “naturalmente” por outra classe.

> Adam Smith define o trabalho produtivo como sendo o trabalho que, ao produzir, além de reconstruir a sua própria subsistência, produz também algo a mais, que é apropriado na situação dada, na situação capitalista que, aliás, constitui para A. Smith uma situação natural-por outra classe. Esse conceito se reencontra na definição bastante explicita de Malthus, que chama de trabalho produtivo o trabalho que, além de produzir o próprio salário, produz também lucro para o patrão (Napoleoni, 1981, p. 96).

Esses conceitos eram em sua maioria discutidos na França no contexto de consolidação da sociedade burguesa. Para além dessa definição, havia uma outra

[14] Economia científica fruto do Movimento Iluminista Europeu. A mesma surgiu em oposição ao mercantilismo e defendia que a riqueza do mundo era produto da agricultura, da terra. O idealizador da teoria fisiocrata foi o médico François Quesnay em seu livro *Tableau economique* (Tabela econômica) no ano de 1758. Quesnay era a favor da ordem natural da sociedade. Para o autor, não seria necessário alterar as leis, as normas e os comportamentos humanos, e, portanto, o Estado não deferia intervir na economia (*laissesz faire*).

concepção de que o “[...] trabalho produtivo é o trabalho que, ao produzir, gera algo útil, produz um valor de uso; seria improdutivo, ao contrário, o trabalho que produz coisas inúteis” (Napoleoni, 1981, p. 97). O centro da questão era em torno do trabalho que produzia coisas úteis (produtivo) e o que “não tinha” em si utilidade social.

Posteriormente, tais conceitos são retomados dialeticamente por Karl Marx (2014), e consolidada na obra *O capital*, particularmente no capítulo VI inédito e nos capítulos V e XIV do livro I. Marx (2014) se preocupou em investigar o trabalho numa dada formação sócio-histórica. Conforme elucida o autor, elas devem ser entendidas enquanto dimensões constitutivas do modo de (re) produção capitalista em sua dinâmica histórica, processual e contraditória que atravessa a totalidade da vida social.

O autor inicia a discussão considerando o trabalho produtivo enquanto trabalho concreto (aquele trabalho que busca atender as necessidades de reprodução social) e na particularidade da sociabilidade capitalista “[...] é produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se realiza numa mais-valia” (Marx, 1982, p. 109).

Trabalho produtivo é estruturalmente aquele que guerra lucro diretamente para as mãos do capitalista (D-M-D’). O trabalhador produtivo não se limita a reprodução de suas condições de existência. Nessa sociedade é também parte da classe trabalhadora que produz um significativo excedente (um quantitativo a mais), e, assim, mantem a subsistência dos detentores da propriedade privada e dos meios sociais de produção, a burguesia. Dito isto, o fundamento do modo de produção capitalista está inserido no processo de extração de mais-valia a partir da exploração da força de trabalho assalariada.

Santos Neto (2012), com base nos estudos de Marx, afirma que “[...] é do preço da força de trabalho que ele retira o seu lucro. Os meios de produção, enquanto trabalho morto, são vivificados pela força de trabalho viva, desse modo ocorre o processo de valorização do capital, ou seja, do valor que se valoriza” (Santos Neto, 2012, p. 8). Dito isto, é inerente a lógica capitalista maximizar cotidianamente os seu lucros às custas do trabalho socialmente produzido.

Portanto, os trabalhadores produtivos são aqueles que objetivam com o suor de seu trabalho diretamente “[...] a riqueza imediata, material, consistente em mercadorias, todas as mercadorias, excetuada e constituída pela própria força de trabalho” (Marx, 1982, p. 140). Por isso, de acordo com a perspectiva marxiana é

indivorciavel a relação entre “trabalho produtivo” e a necessidade orgânica do capital de retirar ao máximo a mais-valia de trabalhadores.

Vejamos:

> A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital (Marx, 1989, p. 106).

Nessa perspectiva, podemos destacar alguns aspectos fundamentais para apreender o significado do trabalho produtivo na valorização do valor: 1) é um trabalho realizado no processo imediato da produção capitalista, isto, é, trabalho produtor de mais-valia, e, portanto valoriza o capital; e 2) no trabalho produtivo não importa a natureza em si da mercadoria, porque não será necessariamente concretizado um objeto tangível/produto. O fato está nas relações sociais antagônicas entre capital x trabalho estabelecidas na reprodução da sociedade burguesa madura.

Para evitar equívocos teóricos, é importante ressaltar que “[...] todo trabalhador produtivo é um assalariado, mas nem todo o assalariado é um trabalhador produtivo” (Marx, 1989, p. 111). Isso acontece porque quem detém privadamente os meios sociais de produção (a classe capitalista) pode também comprar e apropriar-se de trabalho improdutivo, ou seja, da força de trabalho de cantores, professores, artistas, atores, músicos, dentre outras profissões que não atuam diretamente no processo produtivo (externos a produção) tendo como fim uma mercadoria para a venda, mas que estão internos a dinâmica da reprodução social capitalista.

Pode-se pensar, a venda de serviços desses trabalhadores improdutivos ao público consumidor que além de serem pagos pelo trabalho realizado por meio de um salário, também proporciona a apropriação de lucro para o capitalista na medida em que “[...] esses serviços capacitam-no a comprá-los de novo, isto é, por meio deles mesmos renova-se o fundo por que são pagos” (Marx, 1989, p. 145). Essa também é

a realidade do trabalhador que auxilia um advogado num escritório, o trabalho doméstico de uma faxineira pago pelo dono de um hotel e que não descarta “ao fato de que esses serviços foram pagos com a renda ou derivaram do trabalho produtivo” (Santos Neto, 2012, p. 10).

Logo, uma parcela desses serviços pode estar sob o julgo da mais-valia, e, a outra, pode estar longe dessa extração de mais-valia. A esteira dessa exploração da força de trabalho contribui dialeticamente para o processo de reprodução das relações sociais capitalistas a partir da renda pessoal de quem comprou o serviço. Em vez de D-M-D (trabalho produtivo), temos M-D-M (trabalho improdutivo).

Por isso, os trabalhadores que estão fora da esteira produtiva não produzem mais-valia, como, por exemplo, os trabalhadores do comércio, o autônomo, os funcionários públicos, dentre outros segmentos da classe trabalhadora, mas contribuem para a reprodução social da dinâmica global do capital. Na verdade, “[...] tanto o trabalho produtivo como o improdutivo correspondem à relação de trabalho assentadas sobre princípios capitalistas” (Teixeira, 1988, p. 8-9).

Os servidores públicos em sua totalidade, principalmente, os docentes do Ensino Superior federal e estadual, por exemplo, estão fora da produção interna (não produz mais-valor para o capital), todavia, esses trabalhadores(as) estão inseridos na dimensão do aparelhamento de Estado, que, em sua particularidade é essencial ao funcionamento de reprodução coercitiva e ideológica para garantir a manutenção as desigualdades estruturais da sociedade burguesa. O pagamento dos seus salários origina-se de “[...] impostos, que correspondem a uma parte dos rendimentos (salários, lucros e renda da terra) apropriada pelo Estado” (Teixeira, 1988, p. 10) que converte essa massa de dinheiro no pagamento dos serviços sociais públicos.

Sobre essa dimensão da realidade, Teixeira (1988, p. 18-19) nos elucida que:

> Seu trabalho se troca por rendimentos e não por capital. Rendimentos que só podem provir do valor novo, anualmente criado pelo processo de produção. Assim, um empregado doméstico, se contratado por um trabalhador, seus salários serão parte dos salários deste trabalhador; se contratado por um empresário, seus salários serão parte da mais-valia, que se destina ao consumo de seus possuidores; se contratado por um proprietário de terra, terá como salário parte da renda fundiária (Teixeira, 1988, p. 18-19).

Logo, o trabalho improdutivo tem relação com o pagamento advindo dos rendimentos pessoais do capitalista apropriado pelo trabalho produtivo direito, ou seja, o dinheiro pago ao trabalho improdutivo funciona unicamente como intermédio de

circulação e não como capital. O que determina se o trabalho é produtivo ou improdutivo é lugar onde o trabalho se insere nas relações sociais de acumulação e reprodução global do capital (Marx, 1989). Segundo Marx (1989), o que qualifica cada tipo de trabalho é a forma social determinada em que ele se realiza. O autor nos mostra tal condição através de mais um exemplo sobre o trabalho improdutivo:

> Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois produz diretamente capital. Um mestre-escola que ensina outras pessoas não é um trabalho produtivo. Porém, um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento é um trabalhador produtivo (Marx, 1989, p. 115).

Vejamos outra situação:

> O mesmo trabalho – por exemplo jardinagem, alfaiataria-pode ser realizado pelo mesmo trabalhador em serviço de um capitalista industrial ou ao de um consumidor direito. Em ambos os casos estamos perante um assalariado ou um jornaleiro, porém num caso trata-se de um trabalhador produtivo e no outro um trabalhador improdutivo, porque no primeiro caso esse trabalhador produz capital, e, no outro, não: porque no caso o seu trabalho constitui um elemento do processo de valorização do capital, e no outro, não é assim (Marx, 1989, p. 116).

Através dessas reflexões, não podemos excluir a premissa de que trabalho produtivo e improdutivo são dialeticamente articulados (embora cada um assuma particularidades), a estrutura do desenvolvimento capitalista, isto é, de sua própria anatomia historicamente contraditória para a valorização do valor, e, que, portanto, nenhuma forma de sociabilidade humana pode continuar existindo sem o trabalho (relações de mulheres e homens com a natureza que buscam atender as suas necessidades de reprodução da vida em sociedade).

Nos dias atuais, o caso dos docentes universitários do Ensino Superior público (estadual ou federal) articulada a reestruturação produtiva, as transformações no mundo do trabalho, a contrarreforma do Estado, a impulsão do capital financeiro trouxeram rebatimentos no âmbito da educação, sobretudo, nas instituições de Ensino Superior, em especial as universidades, que passaram a produzir o saber científico sob a lógica flexível, baseada em metas, no produtivismo pressionados pelas agências de fomento, as parcerias público/privadas.

A partir do século XX vivenciávamos um processo de inserção e expansão do setor de serviços na sociabilidade capitalista aprofundando também as formas de trabalho improdutivo. Tal setor é marcado por modificações na esfera da produção, distribuição e circulação que redefine as necessidades de acumulação de capital em escala mundial através do crescimento substantivo dos serviços e mercantilização de serviços sociais. Essas transformações societárias tornaram-se alvo de várias discussões.

Assim, a questão do trabalho produtivo e improdutivo iniciou com a economia política clássica, passou por Marx, e, portanto, se espraiou para o debate acadêmico contemporâneo. Antunes (2009) ancorado no pensamento de Marx, utiliza a expressão “classe-que-vive-do-trabalho” para dar densidade e validade teórico-metodologia a totalidade da classe trabalhadora que vende a sua força de trabalho em troca de um salário, seja na esfera produtiva, improdutiva, de trabalhadores rurais e de serviços. O autor, categoriza os trabalhadores de serviços, de bancos, do comércio, até aqueles que realizam serviços nas fábricas mas não produzem valor de improdutivos.

Antunes (2009) afirma que o proletariado de serviços não está à margem da exploração e valorização capitalista. Essa fração da classe trabalhadora é refém da informalidade, da precarização, da terceirização e instabilidade do trabalho cotidianamente. Na percepção do autor, a relação entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é fulcral para refletir sobre o mundo do trabalho em sua totalidade social no sentido de fortalecer a luta coletiva contra a expropriação do capital.

Já o professor Sérgio Lessa (2011), da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), se opõe à concepção de Antunes ao afirmar que existe uma dificuldade do autor denominar apenas como núcleo central da “classe-que-vive-do-trabalho” o proletariado industrial. Lessa (2011) aponta que essa denominação não pode ser utilizada somente para o trabalhador que produtor de mais-valia direta, tampouco, a existência de um proletariado de serviços dentro dessa classe.

Indaga Lessa (2011, p. 88):

> Como seria concebível definir o proletariado como núcleo central dos trabalhadores produtivos, e, concomitantemente, afirma-se a existência de um proletariado de serviços, sendo os serviços definidos como trabalho improdutivo? (Lessa, 2011, p. 88).

Através dessa indagação, o autor afirma haver uma inconformidade no trato dado por Antunes sobre o trabalho produtivo e improdutivo. Ele avalia que o crescimento da classe trabalhadora no mundo dos serviços responde a uma necessidade vital do capital em seu processo de reprodução e acumulação, ou seja, é da essência estrutural do modo de produção capitalista a bisca por novos setores de exploração da força de trabalho, e, portanto, acumular a mais-valia.

A partir da consolidação do capitalismo monopolista/imperialista, houve um alargamento do setor terciário formado pela significativa parcela de trabalhadores improdutivos através da oferta de serviços, ou seja, esses trabalhadores são inevitavelmente assalariados, porém, tem uma funcionalidade diferenciada da classe trabalhadora braçal: não produzem mais-valia para o capital.

Foi nesse contexto histórico-conjuntural determinando “[...] quando ele começou a pagar as pessoas para efetuar serviços como atividade lucrativa, como parte de seu negócio, como forma de produção no modo capitalista” (Braverman, 1981, p. 306). O autor defende que os trabalhadores improdutivos estarem na seara de bens necessários a reprodução do capital (assim como o trabalho produtivo), não haveria mais diferencialidades entre eles, perderia o sentido social de tal diferencialidades (Braverman, 1981).

Em síntese, para conceituar trabalho produtivo e trabalho improdutivo à luz da teoria social crítica é fundamental saber se eles produzem ou não produzem de mais-valia, isto, é, identificar a relação do trabalhador com a propriedade dos meios sociais de produção e o ciclo de reprodução social. Esse é um caminho para desvelar a função social que cada um exerce no cotidiano da sociabilidade burguesa. Tomamos como exemplo, o mestre escola (docente), o alfaiate, a cantora, os trabalhadores autônomos e do comércio além daqueles trabalhadores que exercem uma função de controle dentro das fábricas em relação aos trabalhadores produtores diretos de mercadorias (engenheiros, administradores, encarregados, supervisores, chefes de setor, dentre outros).

3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL NO CONTEXTO NEOLIBERAL: A AMPLIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NA POLÍTICA EDUCACIONAL E NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL

Neste capítulo, buscaremos apreender a relação entre reestruturação produtiva, neoliberalismo, o ideário pós-moderno e suas inflexões no âmbito da educação. Pensamos que a mediação entre tais dimensões da realidade social sustenta o fio condutor para discutirmos na perspectiva de totalidade os processos de intensificação do trabalho *home office* de professores no Ensino Superior público.

Na medida em que o regime de acumulação flexível transformou a esfera produtiva (fragmentação dos processos de trabalho, sistema *just-in-time* (por demanda), Círculos de Controle de Qualidade etc.,) e a dinâmica da vida social, no campo ideológico, o capital passou a difundir um “novo” perfil de alunado e de trabalhador (a) a ser explorado. Assim, a classe dominante vem utilizando historicamente novas/velhas estratégias para demarcar valores baseados na difusão da “sociedade da informação” e “sociedade do conhecimento” que descarta à centralidade do trabalho enquanto dimensão fundamental na construção da tecnologia e nas relações sociais.

É nesse terreno, que se encontra o trabalho docente através da reestruturação no processo de ensino-aprendizagem para intensificar seu cotidiano laboral. Sob essa condição, aparecem novos modelos e métodos de ensino, tais como: ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), o ensino a distância (EaD), ensino híbrido (EH), dentre outros espaços virtuais, na tentativa de deslegitimar e substituir o ensino público, presencial, diverso e socialmente referenciado, fruto das lutas históricas travadas pela classe trabalhadora e supervalorizar espaços de aprendizagem cada vez mais mediado pelo uso das TICs (plataformas digitais).

3.1 OS FUNDAMENTOS POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS DO NEOLIBERALISMO

É fundamental primeiramente contextualizar que o neoliberalismo não refere-se apenas a uma forma de produção a partir de um dado momento histórico de acumulação de valor. O mesmo perpassa o campo da cultura, da ideologia, da arte, do Estado, dentre outras, cuja articulação entre tais dimensões atravessam a

totalidade da vida. Além disso, ganha forma no campo de disputas entre projetos societários antagônicos de classes nesta sociabilidade para justificar o seu sistema permanente de crise. Embora muita se fala na década de 1990 do século passado, o projeto neoliberal emergiu bem antes disso, por volta da década de 1940.

De acordo com a literatura especializada, a sistematização de seus preceitos estavam presentes no histórico texto do teórico e economista austríaco Friedrich Vonh Hayek (1994), intitulado *O caminho da servidão*, cuja primeira publicação foi realizada no ano de 1944. Em seus escritos o autor afirmava que:

> O governo democrático funcionou de modo satisfatório nos casos em que, por força de uma convicção amplamente difundida, as funções governamentais se restringiram aos campos em que se podia alcançar um acordo de maioria pelo livre debate – e só funcionou enquanto isso foi possível. O grande mérito da doutrina liberal é ter reduzido a gama de questões que dependem de consenso a proporções adequadas a uma sociedade de homens livres. Muitos dizem, no atual momento, que a democracia não tolerará o "capitalismo". Se na acepção dessas pessoas "capitalismo" significa um sistema de concorrência baseado no direito de dispor livremente da propriedade privada, é muito mais importante compreender que só no âmbito de tal sistema a democracia se torna possível (Hayek, 1994, p. 83).

A partir disso, o objetivo de Hayek (1994) era o combate direito ao *New Deal* nos Estados Unidos e a intervenção do Estado na promoção de bem-estar social da classe trabalhadora europeia, ou seja, Hayek (1994) desde então já sinalizava a destruição da justiça social, da redistribuição da riqueza socialmente produzida pelo trabalho e da democracia, e, portanto, o autor defendia a necessidade da sociedade baseada nas leis individuais, da propriedade e do mercado capitalista. Nesse direcionamento ideológico, Hayek (1994) defendia com todas as letras o sistema ditatorial, a propriedade privada e a manutenção da ordem capitalista. Tais preceitos fomentaram com mais força a implementação do projeto neoliberal na América Latina.

Vejamos:

> Não queremos dizer, contudo, que a ditadura leva inevitavelmente à abolição da liberdade, e sim que a planificação conduz à ditadura porque esta é o instrumento mais eficaz de coerção e de imposição de ideias, sendo, pois, essencial para que o planejamento em larga escala se torne possível. O conflito entre planificação e democracia decorre, simplesmente, do fato de que esta constitui um obstáculo à supressão da liberdade exigida pelo dirigismo econômico (Hayek, 1994, p. 84).

Enquanto os princípios do neoliberalismo surgiram no decorrer dos anos 1940, o Estado em sua face neoliberal só vai aparecer pós 1970 no Chile no contexto ditatorial do general *Pinochet* e nos anos 1980, na Inglaterra com *Margareth Teacher* e Estados Unidos *Ronald Reagan*. Os ideais neoliberais defendidos e sustentados pela burguesia através de Hayek (1994) afirmava (presente até os dias atuais) que desigualdade é um preceito indissociável da vida e, assim, não era necessária uma sociedade de igualdade para todos os indivíduos.

O neoliberalismo se distingue do liberalismo clássico porque: 1) pelo contexto sócio-histórico de sua gênese. O liberalismo tinha como questionamento os privilégios da nobreza feudal, dos estamentos acoplados no Estado, defendia a igualdade jurídica entre os indivíduos sociais, cuja ideologia estava num viés mais progressista que bebia da economia, da filosofia e da política; 2) a vertente liberal clássica defendia a liberdade e a igualdade (mesmo com a limitação política burguesa); e 3) o neoliberalismo está baseado numa teoria que subordina todas as dimensões da vida social em nome do mercado como a única saída possível de reprodução da vida em sociedade. Tal concepção, oculta a ideologia intrinsicamente excludente.

O receituário neoliberal aparece na realidade contemporânea em sua face mais reacionária, violenta que visa abolir as conquistas históricas das lutas da classe trabalhadora em sua totalidade. Os governos que adotam os preceitos neoliberais materializam reformas na perspectiva de reduz significativamente a intervenção do Estado na economia, no âmbito dos direitos sociais para aumentar a taxa de lucros, supervalorização do capital financeiro, agudização do desemprego estrutural e estruturante das relações sociais, cooptação da organização e luta unificada dos sindicatos e partidos de cunho progressistas.

O surgimento do Estado neoliberal apareceu não de forma mecânica, tampouco, em segundos (ele surgiu enquanto resposta à crise estrutural do fordismo/keynesianismo). Os primeiros sinais de sua materialização na sociedade deram-se com as contrarreformas no âmbito da previdência social chilena a partir da agenda do capital imperialista. Agenda essa guiada pelo Consenso de Washington em 1989 ocorrido nos Estados Unidos da América.

Tal convenção foi considerada historicamente um momento indispensável para a implementação da dominação capitalista em âmbito global na contemporaneidade, especialmente, nos países de economia periférica e dependente a saber: Argentina,

Brasil, Venezuela, Caribe, Uruguai, dentre outros Estados Nacionais aprofundando as expressões da “questão social”.

O mesmo consistiu na articulação econômica e político-ideológica dos organismos multilaterais do grande capital, tais como: Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), tesouro Norte-Americano para acelerar o pacote de desregulamentação no âmbito da economia, de privatização e terceirização do Estado, de flexibilização no âmbito do trabalho, de mudanças estruturais na educação da classe trabalhadora em todos os seus níveis (básico, médio, superior).

A perspectiva econômica e ideológica neoliberal não há consenso entre os intelectuais que se debruçaram sobre o assunto, considerada muitas vezes uma categoria muito propagada socialmente, e, portanto, longe de ter uma definição precisa (Salama, 1995). O Estado no contexto neoliberal esteve longe de ser uma doutrina pura, fechada a um único campo do conhecimento, na realidade tem se uma mescla de elementos teóricos, econômicos e culturais para ser objetivado (Anderson, 1995).

Na concepção de Anderson (1995, p. 150), “[...] do ponto de vista histórico, sempre que o capitalismo enfrentou uma crise fundamental ou dificuldades estruturais na sua operação, na prática ele sempre foi tateando e encontrando soluções às cegas” para manter-se pulsando cotidianamente.

Já Wood (2014) aponta que a onda neoliberal retirou a atuação do Estado na promoção do bem-estar social forjando um consenso de “isenção” política e econômica. Na verdade, não é bem assim que acontece. O Estado passa a cada vez mais a atuar enquanto aparelhamento de dominação na medida em que participa veemente na criação de condições objetivas e subjetivas de reprodução e acumulação globalizada do capital socorrendo através do fundo público as empresas, os bancos e multinacionais diversas.

Enquanto nos países de capitalismo central ainda no contexto Pós-guerras, o Estado priorizava: a tributação e a taxação das grandes fortunas para transferir esses recursos a população mais pobre e desfavorecida; a retirada das mãos do mercado no monopólio da riqueza produzida socialmente. Pela primeira vez, os ricos passaram a pagar impostos (impostos sobre patrimônios, renda e heranças). Esse montante consolidou uma nova estrutura secundaria de distribuição de renda (o fundo público) e a população pobre passou a receber benefícios através de serviços públicos básicos

para a sua subsistência (saúde, educação, alimentação, transporte, bolsas de estudos, aposentadoria, seguro-desemprego).

Na realidade brasileira, os rebatimentos universais da agenda neoliberal apareceram no contexto que data do final dos anos 80 e início dos anos 1990 considerado pelos economistas como “a década perdida”, marcados pelo pacto de classes, através do perdão político dos governos militares para a possível redemocratização do país baseada numa transição “lenta”, “segura” e gradual” de João Baptista Figueiredo.

Tal contexto, por um lado, gestou as condições objetivas para a formulação da Constituição Federal Cidadã de 1988, a construção da seguridade social (Saúde, Assistência Social e Previdência Social), a volta da liberdade de expressão, da democracia e dos direitos sociais e políticos. Por outro, é no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que as mudanças neoliberais foram implementadas e devem ser analisadas enquanto um processo de “contrarreforma”, isto, é, uma contrarrevolução na qual o capitalismo busca constantemente impedir a participação de novos atores e forças políticas na disputa do Estado (Behring, 2008).

No governo de FHC, houve o adensamento da fortuna dos mais ricos além da regressividade do sistema tributário que extingue a prioridade do financiamento das políticas de seguridade social e aprofunda-se a ortodoxia neoliberal contra todos os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora no Governo de Michel Temer fruto do golpe contra a ex-presidenta Dilma, em 2016.

O Estado brasileiro legitima a barbárie da concentração de renda enquanto uma exploração econômica via Instrumentos de desvinculações, desmonte DRU (Desvinculações de Receita da União), realização do superávit primário, a PEC n 95 que congelou e reduz por vinte anos o investimento do Estado no campo social. Segundo Boschetti (2003), tal medida tem materializado um *draconiano ajuste fiscal* que paralisa a expansão do orçamento público e das políticas sociais que afeta diretamente o trabalho e a vida da classe trabalhadora.

País de capitalismo periférico e dependente, o orçamento público no Brasil é financiado pelos mais pobres através dos impostos de seus salários, tributos indiretos e são apropriados pelos mais ricos direcionado para o mercado financeiro e acumulação de capital. Tais questões, adensa a superexploração da força de trabalho, aumento das jornadas de trabalho e a desvalorização dos salários, e, portanto

condições desumanas de reprodução da vida estimulando o desenvolvimento desigual e combinado do capital.

O orçamento público expresso pela Lei Orçamentária Anual (LOA) é também espaço de disputa em que parcela significativa é para o pagamento do juros da dívida, menor valor para o financiamento da seguridade social (Saúde, Assistência Social e Previdência Social). São despesas obrigatórias: 1) benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS); 2) benefícios concedidos pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas)-como, por exemplo, o Benefício de Prestação Continuada destinado a pessoas idosas e com deficiência de baixo poder aquisitivo-e pela Renda Mensal Vitalícia (RMV); e 3) os gastos mínimos com a política de saúde.

A particularidade do fundo público no Brasil tem um caráter restrito, conservador, pelo “alto”, em relação ao financiamento dos gastos sociais, principalmente, quando falamos em garantia das condições mínimas para a reprodução da força de trabalho das classes subalternas e a sua cidadania. Estas medidas contribuem para o esgarçamento das expressões da “questão social”, espaço no qual está inserido o trabalho de assistentes sociais. Profissional assalariado que interfere ideo-politicamente na esfera da produção e reprodução da vida social pensando, implementando, executando e avaliando as diversas políticas, programas, serviços e benefícios sociais públicos e privados diretamente com a população usuária dessas ações do Estado capitalista no sentido de viabilizar os seus direitos sociais. Não existe política social sem orçamento.

Em síntese, a ofensiva neoliberal no capitalismo brasileiro é historicamente aliada ao rentismo financeiro que trava a construção de um sistema de proteção social universal de enfrentamento às antigas desigualdades sociais ainda hoje presentes. Há um inversão, os ricos não pagam impostos (isentos de tributação), enquanto a classe trabalhadora mais pauperizada, preta e periférica, arca com o ônus ao mesmo tempo em que parcela desses recursos capturadas pelo Estado capitalista é direcionada ao pagamento dos juros da dívida.

3.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Carlito, interpretando o famoso *Charles Chaplin* na exposição fílmica norte-americana *Tempos modernos*, em 1936, sintetizou magnificamente a chegada das

máquinas na sociedade de classes e a sua implantação no processo de trabalho a partir da Revolução Industrial no século XVIII. O referido momento histórico fora marcado não apenas pela inovação tecnológica no mundo do trabalho, mas a expressão singular da dominação capitalista que se espraiou para todas as dimensões da vida em sociabilidade.

Para além da arena do trabalho o *americanismo* e *fordismo*, [15]em termos gramscianos[16], extrapolou o campo da produção industrial em série, dos produtos em massa, de cada trabalhador realizando de forma repetitiva as suas atividades na esteira produtiva, da produção rígida, com uma extensa planta fabril e passou a interferir também na força espiritual do trabalho (Antunes, 2009).

A data emblemática que marcou a gênese do fordismo foi em 1914 com as inovações tecnológicas e organizacionais de Henry Ford na linha de produção automobilística nos Estados Unidos. A obra "Os princípios da Administração Científica" de F. W. Taylor sistematizou a importância da produtividade do trabalho para as organizações das tarefas na produção capitalista. Esse cenário gestou as bases concretas para um *new social being*, ou seja, um novo sujeito social que refletia as condições, racionalizações e inovações do processo material para a manutenção da acumulação do capital (Harvey, 2017).

Segundo Harvey (2017), o aspecto central para a legitimação do regime fordista era o contato dos trabalhadores com a grande fábrica, a produção e o consumo em massa, novos condicionantes para a reprodução da força de trabalho, "[...] uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista, populista" (Harvey, 2017, p. 125).

O fordismo refletiu sobre as "[...] questões de família, das formas de coerção moral, de consumismo, e de ação do Estado estavam vinculadas, ao ver de Gramsci, ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador" (Harvey, 1998, p. 122), ou seja,

---

[15] Regime de produção e reprodução da vida social que surgiu nos anos 1914 por Henry Ford nos Estados Unidos da América baseado na produção rígida e massiva de mercadorias, intensificação da força de trabalho mediado pelo desenvolvimento tecnológico fabril. O Fordismo também foi responsável pela criação de um novo estilo de vida, principalmente, com o *American Way Of Life* (estilo de vida norte-americano) e o *New Deal* (Novo Acordo) do ex-presidente Roosevelt, cuja intervenção do Estado foi marcada pela intervenção de políticas sociais (Harvey, 1998).

[16] O intelectual e comunista Antônio Gramsci (2015), em seus *Cadernos do cárcere*, avaliou o período Fordista enquanto um processo histórico que exigia maior esforço coletivo dos trabalhadores tanto na criação quanto na velocidade do trabalho em que esses novos métodos de trabalho são "[...] inseparáveis de um modo específico de viver e pensar e sentir a vida" (Harvey, 1998, p. 120).

um “novo” tipo de trabalhador que se adaptasse as condições de reprodução social impostas pela disciplina capitalista de produção.

Para dar continuidade a esse “novo” projeto capitalista fora necessário a intervenção do Estado para reproduzir de forma objetiva e sistemática a hegemonia fordista e seu caráter de expansão. Essas medidas, consistiram em uma política de aumento exponencial de consumo dos trabalhadores, investimento em diversas políticas sociais (habitação, educação, transporte etc.), acesso à crédito e financiamento para o acesso aos bens produzidos socialmente alocados no mercado bem como a fácil transferência de capital para as indústrias.

Na esteira desse processo, a mediação política do Estado fora indispensável para a manutenção das estruturas de acumulação, interferindo também na articulação política-organizativa da classe trabalhadora. Ou seja, o contexto de crescimento de produção e acesso ao consumo massivo fora um plano de dominação para “acalmar” os ânimos na relação conflituosa entre burguesia x proletariado, fazendo com que a classe-que-vive-do – trabalho não conspirasse contra o capital (Antunes, 2009).

A exigência por alta produtividade e controle sobre a força de trabalho era tanta que Henry Ford em 1916 “[...] enviou um exército de assistentes sociais aos lares dos seus trabalhadores ‘privilegiados’ (em larga medida imigrantes) para ter certeza que o novo homem da produção em massa” (Harvey, 1998, p. 122), apresentava “probidade moral” em sua vida familiar e de um suposto “consumo prudente em relação ao alcoolismo”, exigindo um homem racional para atender às necessidades das indústrias.

É importante levar em consideração que esses aspectos, por um lado, levara o processo de expansão de valorização e concentração de capital ao mesmo tempo em que se mantinha o *bem-estar social* da classe trabalhadora. Não é novidade que o capitalismo é marcado por suas crises, sobretudo, em momentos de grande concentração e acumulação, buscando novas formas de manter os seus nichos de valorização do valor, sendo, portanto, necessário um processo de reestruturação das forças produtivas (Antunes, 2009).

Fora, particularmente, entre o período entre 1965 e 1973 que a hegemonia do capital internacional norte-americano veio mostrando sinais de esgotamento (Antunes, 2009; Harvey, 2017). O problema era a rigidez fordista, o investimento de capital fixo em larga escala permeado por um prazo longo de duração que freava a capacidade de flexibilidade e expansão do capitalismo. Havia impasses no movimento

dos mercados, nos contratos de trabalho (particularmente no campo monopolista) e a alta inflação, ampliando as ondas de greves dos trabalhadores no período (Harvey, 1988).

> O modo como o sistema fordista se estabeleceu constitui, com efeito uma longa e complicada história que se estende em quase meio século. Isso dependeu de uma miríade de decisões individuais, corporativas, institucionais e estatais, muitas delas escolhas políticas feitas ao acaso ou respostas improvisadas às tendências de crise do capitalismo (Harvey, 1998, p. 123).

O modo de produção capitalista apresenta em sua estrutura uma contradição que lhe é própria: o movimento de expansão e socialização da produção que cada vez mais é apropriada privadamente por quem detém os meios de produção. Esse processo contraditório do capital nos aponta dois elementos: 1) a concentração e centralização de capital; e 2) um contingente expulsão da força de trabalho, resultando em uma população nas margens do desemprego estrutural (Marx, 2014).

No bojo de tal contradição e seus reflexos, o capital enquanto relação social passa a se desenvolver a partir de seus ciclos de crise reproduzindo-se nas seguintes fases: estabilidade, animação crescente, momentos prósperos, excesso de produção, estagnação e estabilidade (Marx, 2014). Nesse movimento, o capitalismo em sua essência sempre passará por uma crise geral, ou seja, início de um ciclo e a finalização de outro no conflito entre as classes sociais e suas frações.

O significado da crise na atualidade é o seu caráter de crise estrutural que se generaliza com base nos processos de trabalho e se expandem para todas as dimensões que compõe a totalidade da vida social. Dito isto, o capitalismo, tem como raiz de suas fissuras o excesso da produção que não encontra demanda para compra e venda no mercado.

Porém, a crise não se apresenta como um momento de “esgotamento” ou “exaurimento” desse modo de produção hegemônico, pelo contrário, ela primeiramente é consequência do seu próprio *modus operandi*, e, em segundo lugar, a crise é o elemento norteador da recuperação econômica para a retomada da valorização e reprodução ampliada da taxa de lucros, seja a crise por superprodução e crise de superacumulação (Mandel, 1982).

Na perspectiva de Mandel (1982), a crise de superprodução é um momento de estagnação do processo de reprodução ampliada do capital tendo como causa a queda na taxa de lucro, que consequentemente, reflete na redução de investimentos

e na capacidade do emprego, isto é, uma contradição expansiva na capacidade de produção de mercadorias, *versus* o baixo poder de consumo da população no mercado capitalista. Ampliando o debate, o autor defende que a crise de superacumulação, tem uma relação com o excesso de capital que não pode ser utilizado como fundo de investimentos de forma generalizada, garantindo a forma de lucro esperada (Mandel, 1982).

Na transição histórica dos anos 1960 para a década de 1970, o capitalismo adentra em uma nova fase de crise, iniciada com a crise do petróleo em 1973 e 1975. A conjuntura em debate, fomenta alguns resultados: a) a retração do capital acumulado, da atividade comercial transita para a esfera financeira, de forma mais líquida e flexível; b) um aumento exponencial de investimento externo (principalmente nos países denominados de “Tigres Asiáticos”) do capital dos Estados Unidos da América; c) crise de planejamento nacional no regime de regime de regulação norte-americano (Harvey, 2011).

Tais processos ficaram denominados por Chesnais (1996) como *mundialização do capital* e por Harvey (2005) de *capital imperialismo*, fazendo referência ao forte processo de investimento do capital financeiro para a manutenção da acumulação desenfreada via processos expansivos, como por exemplo, a internacionalização da produção, cujo objetivo é a valorização do valor em tempos de crise.

A financeirização do capital, é, por sua vez, resultante da queda da taxa de lucros advindos da produção e do comércio e fez com que houvesse uma disponibilidade maior de capital no âmbito da circulação (capital-dinheiro). Esse capital-dinheiro é remunerado através dos juros (bancos, instituições de investimentos, seguros privados, fundos de pensão) e não tem investimento na produção, que de forma contraditória, faz crescer cada vez mais a fortuna dos capitalistas rentistas.

Além do capital dinheiro, o processo de financeirização do capitalismo contemporâneo tem como uma de suas bases o capital fictício, isto é, mercado com base nas ações de empresas capitalistas, títulos de dívidas públicas e propriedade de cotas em diversos investimentos. Na esteira dessa acumulação, os rendimentos originados desses investimentos apresentam um caráter especulativo (não se aplica na produção), que se reproduz circulando por onde mais encontrar nichos de acumulação com base nos juros). Consolidada a mundialização da economia, os grandes grupos industriais e transnacionais com relação direita as instituições

rentistas passam a dominar os mecanismos de produção e reprodução ampliada de acumulação de capital.

Estamos falando de coligações hegemônicas de um bloco imperialista mundial tendo representações como: a) Estados nação que historicamente controlam os demais países do globo; b) entidades intergovernamentais e de representação do grande capital para a manutenção de acumulação de capital (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Clube de Paris, O Tesouro Norte-Americano, dentre outros); c) grandes corporações mundiais e empresas monopolistas transnacionais.

Nesse contexto particular, a partir das novas reconfigurações da geopolítica mundial, o capital passa historicamente a se adequar e exercer sua hegemonia na modalidade financeirizada. O Estado e suas instituições passam por contrarreformas seja pela via econômica ou de políticas sociais para responder à crise estrutural.

Atrelado a esse processo, o resultado não seria outro a não ser uma contagiosa crise materializada pelos baixos níveis de produtividade, queda da taxa de lucro, hipertrofiamento do capital financeiro, fissuras do modelo taylorista-fordista de produção, um aumento exponencial no que tange a concentração de capital em razão da formação de monopólios, derrocada do Estado de Bem-estar Social (*Welfare State*) nos países de capitalismo central, um movimento de intensa privatização, flexibilização, concorrência e desregulamentação do mercado e da proteção trabalhista em todo o mundo reforçando a condição de dependência dos países periféricos (Harvey, 2017).

Em meados do século XX, década de 1970, experimentávamos transformações na história da sociedade de classes na qual se disseminou a mundialização do capital, agudizando a subordinação do trabalho de homens e mulheres e todas as formas de vida em sociedade.

Esse momento marcou também a crise do modelo fordista-keynesiano, desgastando em suas antigas estruturas – “estado de bem-estar social’’, materializado pelo acesso a moradia, aos bens socialmente produzidos (automóveis, aço, alimentos industrializados, garantias trabalhistas, acesso a crédito, pleno emprego etc.) (Mészáros, 2011).

Os aspectos que marcaram a crise desse regime de acumulação foram: a perda da hegemonia norte-americana na regulamentação do sistema financeiro em esfera global; competição acentuada no que tange a corrida para a retomada econômica com

os países europeus e da Ásia e a sua inserção no mercado mundo; crise fiscal do Estado capitalista; aumento do preço das matérias primas (sobretudo, o petróleo); maior concentração de capital sem atender as necessidades de expansão no mercado de investimentos; aumento do preço da força de trabalho e organização política; queda exponencial de vendas dos bens de consumo duráveis produzidos pelo fordismo americano como automóveis, eletrodomésticos, industrializados etc. (Harvey, 2017).

No âmbito da produção, o capitalismo em desgaste no contexto pós-Segunda Guerra Mundial adota como estratégia de expansão o sistema Toyotista. O Toyotismo de origem japonesa traz a experiência produtiva da empresa Toyota como uma nova estratégia de gestão e controle do trabalho ampliando-se para todos os países do mundo (Harvey, 2017). Com base em Antunes (2009), o sistema de produção toyotista diverge no fordismo apresentando as seguintes particularidades:

1 A produção passa a ser regulada pelas demandas do mercado consumista. A forma de se produzir supera a antiga base da planta fabril, que tinha foco na produção em larga escala com um maior número de trabalhadores na esteira para o consumo em massa. Os produtos no Toyotismo se dão para as demandas do mercado individual na qual passa a garantir a produtividade de mercadorias cada vez mais diferenciadas com a exigência de estoque mínimo;
2 A materialização de um modelo produtivo flexível com a produção de mercadorias cada vez mais heterogêneas (com o incremento de novos aparatos tecnológicos, garantindo uma produção ainda mais sofisticada), sendo necessária uma mão de obra (força de trabalho) diversa. Assim, o trabalhador passa a ser um operador das máquinas para a expansão da produção alterando as suas relações de trabalho e com esse novo maquinário;
3 Os princípios do trabalho em equipe, defendendo os valores de integração entre os trabalhadores e da multiplicidade de suas funções (polivalência), fragmentando assim a rigidez da divisão do trabalho como no fordismo;
4 A materialização do sistema *just-in-time*, ou seja, busca o melhor aproveitamento do tempo do trabalhador em sua jornada laboral (realizar mais trabalho no menor tempo possível);

5 A produção torna-se nesse regime de acumulação mais horizontalizado e descentralizado. A empresa concentra o processo produtivo no aspecto que compreende como mais significativo e passa a gerir outras empresas que nessa forma de produção passam meramente a prestar serviços (abrindo espaço para a terceirização e a concorrência entre as empresas de maior ou menor porte); e

6 A utilização dos Círculos de Controle de Qualidade (CQCs), onde se criam grupos de trabalhadores que passam a ser regulados e avaliados pela sua capacidade individual de desempenho e qualidade dos serviços prestados naquele processo produtivo, controlando e regulando o trabalhador em sua subjetividade. O que marca a atualização Toyotista é a subsunção real do trabalhador ao capital na medida em que aumenta o grau de exploração da força de trabalho a partir da revolução tecnológica e intensifica a extração de mais-valor relativo (Marx, 2014).

Além disso, o Toyotismo ampliou a exploração da força de trabalho, as múltiplas formas de rotatividade do trabalho, incremento da terceirização, jornadas extras, banco de horas e dias extras de trabalho (fins de semana) a chamada “jornada flexível”, onde houve um aumento de seis e sete dias de trabalho na semana, com folgas reduzidas e até mesmo retiradas além de intensificar as atividades laborativas com uma nova tecnologia e maquinários cada vez mais sofisticados (Antunes, 2009). Esses mecanismos que buscam de certa forma “neutralizar” a crise tem uma articulação dialética com a chamada reestruturação produtiva do capital.

A reestruturação produtiva ocorrida no contexto dos anos 1970 tem uma base assentada no regime de acumulação flexível no contexto neoliberal. Não devemos entender essas transformações apenas do ponto de vista do sistema produtivo onde se produz e reproduz a exploração do trabalho assalariado, mas ampliar a perspectiva de leitura do real levando em consideração as determinações políticas e sociais.

Nos princípios do neoliberalismo, amplia-se a ofensiva do capital sobre o trabalho (retirada dos direitos trabalhistas historicamente conquistados, abominação das lutas dos trabalhadores e da esquerda coletivamente organizada), a reestruturação produtiva e a contrarreforma do Estado. As medidas tomadas pelo Estado contra o trabalho são: o enfraquecimento dos sindicatos, abstendo-se da negociação das greves, repressão direta de qualquer forma de manifestação e

reinvindicação coletiva, redução e cortes de salários, a abolição da condição de classe trabalhadora e sua publicidade na arena política, a desregulamentação e precarização do trabalho.

Essas medidas são implementadas inicialmente nos governos de Margareth Thatcher na Inglaterra (1979-1990) e Ronald Reagan nos Estados Unidos da América (1981-1989), ou seja, no palco da luta de classes, o neoliberalismo enquanto regime de acumulação hegemônico busca aniquilar os cinquenta anos de avanços sociais construídos pela social-democracia fordista. A contrarreforma do aparelhamento de Estado é justamente o mecanismo jurídico e político utilizado pelo capital financeiro para a reprodução das estratégias de sua mundialização e acumulação constante.

3.3 CRISE PÓS-2008 E INDÚSTRIA 4.0: INFLEXÕES NO MUNDO DO TRABALHO

O período pós-crise dos *subprimes*[17] nos Estados Unidos da América em 2008 acarretou inúmeras transformações na base material e reprodutiva do capital. Esse momento ficou marcado pela derrocada do banco *Lehman Brothers* devido a bolha imobiliária, bem como a criação e expansão da *gig economy* ou *freelance economy* na qual há um direcionamento das atividades econômicas e de trabalho para o ramo dos serviços expandindo a informalidade para todas as dimensões da vida em sociedade (Tonelo, 2021).

O fenômeno da crise não é simplesmente econômico, no sentido marxiano, os momentos de instabilidade do capital nascem na produção e incorporam os elementos da economia e da política, perpassando pelas determinações sociais, geopolíticas, ideológicas, culturais, a relação contraditória entre capital e trabalho, numa dimensão histórica da totalidade (Marx, 2014). É através desta lente crítica e dialética que adotamos a perspectiva de apreender as múltiplas determinações que perpassa a realidade do capitalismo contemporâneo e suas constantes metamorfoses.

Esse cenário trouxe a derrocada das instituições financeiras, bancos de investimentos, seguradoras, disputa entre capitais, contrarreformas e intervenções draconianas dos Estados nacionais, a disputa entre os monopólios e oligopólios,

[17] Termo socializado em inglês e utilizado para designar um sistema de crédito no setor imobiliário que entrou em crise juntamente com o sistema financeiro nos Estados Unidos da América no contexto dos anos 2007 e 2008 (Tonelo, 2021).

planos de austeridade contra os povos e a agudização dos conflitos entre as classes sociais (Tonelo, 2021).

A busca incessante do capital por meio dos seguros imobiliários aparece enquanto resposta as fissuras que se concretizavam em décadas anteriores e se intensificam nos anos 2000, com a crise das chamadas empresas *ponto.com.* Naquela conjuntura sócio-histórica, fora bastante expressiva o nicho de especulação e valorização do capital, vejamos: o valor dos imóveis nos Estados Unidos da América chegou a aumentar 126%; o PIB do país chegou a oscilar em torno de 1% a 3% entre o ano 2000 e 2008, ao mesmo tempo em que as ações imobiliárias chegava a 3 e 4 trilhões de dólares marcando 35% do PIB norte americano no ano de 2003 (Tonelo, 2021).

Na base destes conflitos históricos, estava o elemento-chave para a crise de 2008, a hegemonia do capital financeiro a partir da mundialização do capital advindos desde a década de 1970 com a acumulação flexível neoliberal (Harvey, 2011). A crise de 2008 seguiu o mesmo receituário, ou seja, foi por um lado, marcada pelo aquecimento imobiliário norte-americano a partir dos *subprimes*, e, por outro, trouxe o colapso intenso em seu processo de reprodução e acumulação via capital financeiro que refletiu na sua forma de reorganização econômica (bolha imobiliária).

O processo de gestação da chamada bolha imobiliária apresenta dois elementos centrais: 1) o caráter expansivo de financiamentos imobiliários que fez permitir a concessão de créditos para as famílias que não tinham histórico de consumo e empréstimo, tampouco, de renda que comprovasse tal ação bancária (originando os empréstimos *Subprimes*); e 2) a sofisticação financeira através de securitização dos ativos e seguros (Tonelo, 2021).

Nesse processo, podemos apontar enquanto aspecto fundamental para a formação da bolha financeira o protagonismo dos bancos de investimento para potencializar a venda desenfreada de imóveis concedendo créditos. Nessa conjuntura, houve um aumento exponencial no setor, sendo ofertadas hipotecas, ao mesmo tempo em que as famílias aumentavam a sua margem de endividamento, inadimplência e supostamente a crise (Tonelo, 2021).

> O endividamento das famílias aumentou progressivamente em função das políticas expansivas no setor de créditos que os bancos praticaram durante o período, como parte da política de manter sua rentabilidade. Foi nesse contexto que os títulos de securitização e de seguro contra a inadimplência,

> em função da desregulamentação financeira neoliberal, atingiram níveis inimagináveis (Tonelo, 2021, p. 32).

De acordo com Tonelo (2021), entre os anos de 2001 e 2006 as hipotecas do *subprimes* eram de 8,6% das novas hipotecas geradas para chegar ao valor de 20% delas anualmente. Por exemplo, eram cotidianamente realizados empréstimos em variações de 2/8 ou 3/27, isto é, nos primeiros dois ou três anos as prestações do financiamento tinham um menor teor de juros, diferentemente das praticadas no mercado financeiro. Com o passar dos anos, as prestações tornavam-se “flexíveis”, a partir das taxas de juros com o reajuste do mercado.

A crise de 2008 ganhou notoriedade a partir da inadimplência e endividamento das famílias que iniciara em 2006, que, contraditoriamente, fora expandido pelas taxas básicas de juros dos Estados Unidos da América. Houve um aumento de 1% para 5% entre os anos de 2004 e 2006. Nesse mesmo ano, presenciou-se uma queda no ramo de materiais da construção civil que, em fevereiro, era de 683 milhões de dólares, e no período de agosto de 2008 (ano da crise) esse valor despencou pela metade (Tonelo, 2021).

Entre crescimento e queda, os investidores do setor passaram a perder os seus juros dos *subprimes* (alimento fundamental do capital financeiro, conforme pontuamos em linhas anteriores) daqueles que não tinham condições de efetivar o pagamento e foram perdendo também o valor dos seus títulos. As casas passaram a ser colocadas à venda que até então foram retomadas pelo banco por conta da inadimplência das famílias, e tendencialmente, os seus preços começam a despencar.

O valor de uma casa que custava antes num valor de 300 mil dólares com pagamento a longo prazo, nesse contexto de crise, existiam casas aproximadas do padrão desta primeira com valor bem menor (Tonelo, 2021). Essa mudança levou a bolha imobiliária aos seu momento de exaustão: as famílias que tinham as condições de permanecer com o pagamento dos empréstimos *subprimes*, os abandonam e acumulam o financiamento de imóveis mais baratos (os imóveis tomados pelos bancos das famílias endividadas) (Tonelo, 2021).

Nesse momento de crise, os bancos, instituições de seguros e empréstimos são surpreendidas com o alto grau de vendas a serem repassadas aos diversos investidores. Essas instituições desistem de novas compras pela instabilidade do mercado de capitais e acumulam se nos diversos bancos, as chamadas dívidas podres (arruinando a situação financeira, chegando ao colapso).

> A situação de 2008 foi desencadeada a partir da inadimplência cada vez maior dos subprimes, que, em termos gerais, desenvolveu-se de acordo com o seguinte processo: ao não serem efetuados os pagamentos das hipotecas, o banco retirava a casa das famílias e a colocava à venda. Uma vez que o processo se desencadeava em uma escala crescente, o efeito concreto foi o aumento de casas à venda, o que levou necessariamente à queda cada vez mais abrupta do interesse dos investidores na compra de novas hipotecas (Tonelo, 2021, p. 33).

Entre os bancos de investimentos mais conhecidos dos Estados Unidos estão entre os dois primeiros estão: o Goldman Sachs e JP Morgan (transformados em bancos comerciais), em terceiro lugar, o Banco Merril Lynch que foi comprado pelo Bank Of America e o terceiro o Banco Lehman Brothers.

Tal situação, foi refletida no quarto maior banco de investimento dos Estados Unidos, o Banco Lehman Brothers fundado no ano de 1850 e avaliado em 600 bilhões de dólares. O processo imperialista do capital, permitiu que a derrocada do Lehman originada na América do Norte se disseminasse pelo mundo em questões de minutos. Pois, este sofreu as consequências duras da lei do valor e legitimou o seu fechamento.

Além de os investidores não terem recebido o percentual de juros do *subprimes* daqueles contratantes que não podiam efetuar o pagamento, foram perdendo exponencialmente o valor dos seus títulos no mercado de capitais (em algumas situações o arsenal de contratos) pelos fiéis pagadores, os *safers* (Tonelo, 2021).

> É precisamente este o movimento que leva a bolha imobiliária a explodir: as famílias com condições de continuar pagando a hipoteca desistem e buscam imóveis mais baratos, uma quantidade enorme de pacotes financeiros e outros títulos imobiliários perdem seu valor repentinamente e começa uma grande “corrida de conversibilidade de letras de câmbio em dinheiro”, para usar os termos de Marx. O problema, portanto, não se refere apenas aos títulos já vendidos, mas aos que ainda o seriam: no estourar da crise, os bancos e as seguradoras são surpreendidos com um volume imenso de vendas a serem repassadas aos investidores, mas estes, lendo na situação econômica que se tratam de condições extremas de risco (além do que estariam dispostos a aceitar), desistem de novas compras e, com isso, acumula-se nos bancos um imenso volume dos chamados títulos podres, o que pode afetar completamente sua saúde financeira e levá-los ao completo colapso (Tonelo, 2021, p. 34-35).

Nos parece que esse momento de crise estrutural gestou se as bases para uma “nova” reestruturação produtiva capitalista com características históricas que se mantem até hoje em suas bases. Articula-se as inovações que aprofundam as velhas

práticas de exploração da força de trabalho pelo capital e expropriam a vida social para extrair mais-valor (Tonelo, 2021).

Nos países de economia periférica e dependente, a crise de 2008 refletiu no aumento exponencial da informalidade do trabalho e o desemprego estrutural. Além disso, dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) divulgados no ano de 2010, a pobreza e as desigualdades sociais (fome, analfabetismo, falta de acesso ao transporte e saneamento básico, inflação etc.), intensificaram as condições de precarização de vida das populações superexploradas e mais pauperizadas, a saber: Argentina 9,5%, Brasil 12,5%, Honduras 49,5%, Nicarágua 37,4% e Paraguai 34,3% (Cepal, 2010).

Tais expressões da “questão social”, nos implica problematizar sobre a função do Estado na região da América Latina e Caribe. No ano de 2010, houve uma breve recuperação desses países através de políticas ativas no campo monetário, creditício e fiscal, ampliação dos gastos e políticas sociais. Entretanto, houve o endividamento externo deles e o reforço à condição de dependência em relação aos países de capitalismo central, e, portanto, o aprofundamento da reestruturação capitalista.

Afirmamos que é uma reestruturação produtiva no contexto neoliberal que ainda está em curso, que não exauriu os elementos clássicos da reestruturação produtiva de 1973, ou seja, não está findada, e, portanto, articulada ao movimento universal dos interesses das classes sociais (relação entre capital x trabalho), suas lutas coletivas e da relação dessas com o Estado, refletindo em todas as dimensões da vida societária (continuidade, descontinuidades) (Tonelo, 2019, 2021).

Após esse período da crise de 2008, o capitalismo contemporâneo experimentou uma reestruturação nas suas formas de acumulação aprofundando as suas contradições estruturais, com novas condições econômicas, políticas, sociais, conjunturais, ideológicas e culturais. Esse movimento não seria possível sem a afronta direta do capital sobre o mundo do trabalho em escala mundial para manter o alto volume de lucros nos diversos monopólios existentes.

Nas palavras de Antunes (2018), os novos processos e condições que busca intensificar a exploração do trabalho em pleno século XXI aliada a “precarização estrutural”, composta dos seguintes elementos fundamentais: a) a quebra do trabalho regulamentado e contratado que fora hegemônico no século XX e a substituição pelas inúmeras formas de trabalho atípico, bastante precário e o “voluntarismo”; b) a criação de “falsas” cooperativas, cujo objetivo é retirar ao máximo a dignidade da

remuneração, e, contraditoriamente, a exploração da força de trabalho humana; c) o caráter “empreendedor”, que a cada segundo da vida em sociedade busca ocultar o trabalho assalariado e formal numa lógica de flexibilizar os salários, as jornadas de trabalho, funcional ou político-organizativa e d) a devastação do trabalho imigrante em escala internacional nunca antes vista na história do ser social.

Com base nessa processualidade histórica, os elementos que dialeticamente compõe essa “nova” reestruturação produtiva, segundo Tonelo (2021), são: a) planos de austeridades fiscal (2009-2010) no sentido de buscar a reprodução do capital a partir da crise; b) o fenômeno da imigração; c) o papel da guerra comercial e conflitos geopolíticos na divisão internacional do trabalho e d) a introdução de novas tecnologias de informação e comunicação, robotização e IA e a indústria 4.0.

O primeiro elemento dessa nova reestruturação, traz algo elementar do capital para precarizar ainda mais o trabalho e a sociabilidade, mas sob o crivo de novas condições econômicas no período pós-crise de 2008 nos fazem refletir sobre as metamorfoses operadas no interior da acumulação flexível. Não nos restam dúvidas que os reflexos da última década sobre o trabalho para aprofundar o neoliberalismo foram os movimentos que ocorreram entre 2009 e 2010.

Esse aprofundamento, ocorreu, peculiarmente, na Europa a partir de medidas capitaneadas pela política econômica draconiana em articulação com o Estado (em relação à crise anterior de 1929) na qual se salvam os bancos e empresas privadas, a partir de investimentos de milhões e bilhões de dólares aquecendo o mercado financeiro e a rotatividade desenfreada do capital, ao mesmo tempo, uma política de arrocho fiscal no campo social (Tonelo, 2021).

Tal condição, nos apresentam pistas concretas para compreendermos essa nova reestruturação como a mais neoliberal fomentando os elementos da crise pós-2008, em que ela busca reproduzir ofensivamente as condições de subalternidade anteriores. O que aparece de novo com a materialização da crise dos *subprimes* pós-2008 é a reprodução intensa desse projeto de dominação do capital mesmo em países do centro global, sobretudo, na Europa cortando salários, benefícios, aumentando exponencialmente a jornada de trabalho, precarizando as relações de trabalho, ultrapassando as condições de desumanidade, afetando as formas de subsistências das famílias mais pobres, deixando-as em condições de miséria absoluta, aumento do desemprego estrutural, retirada de direitos na ordem do dia, a exemplo da Grécia e Espanha (Tonelo, 2021).

No fogo cruzado do capitalismo contemporâneo o plano não é a recuperação desses Estados Nacionais, mas como manter o desenvolvimento desigual e combinado na classe trabalhadora alemã, francesa, grega, espanhola, portuguesa, dentre outras que fazem parte dos países de capitalismo central.

É fundamental para acelerar ainda mais o processo de expropriação sob a classe trabalhadora europeia a precarização estrutural via ataques de austeridade, rebaixamento absurdo da força de trabalho tanto no setor público quanto privado, mas também, das condições de reprodução desses(as) trabalhadores(as) aparecendo na realidade singular as contrarreformas na legislação como o *zero hour contract*, isto é, o contrato zero hora, na Inglaterra, as formas de trabalho por demanda (*on demand*), o pagamento sobre a mediação do *voucher* na Itália e no caso brasileiro, a chamada "pejotização"[18] (Antunes, 2018).

O segundo e terceiro elementos estudado por Tonelo (2021) têm uma relação direta com o fenômeno avassalador da xenofobia sob o protagonismo da extrema direita em ordem planetária e a inclusão dos imigrantes na exclusão do sistema capitalista de produção, em especial, dos países da Europa. O capital se utiliza da crise para reproduzir novas condições de precarização do trabalho repercutindo na dinâmica da divisão internacional do trabalho.

Se os primeiros sinais do capitalismo contra a classe trabalhadora foram as demissões em massa, sob as medidas ofensivas de extermínio de direitos, a xenofobia também fora mais um mecanismo apropriado para a reprodução do novo terreno que se gestou pós-conjuntura de 2008, cujo objetivo é rebaixar, desvalorizar a força de trabalho e aumentar o que é vital ao capital, a lucratividade.

O capital se apropria das condições de fragilidade e vulnerabilidade social e econômica dessa população (por estarem em outro país com empregos precarizados, sem acesso à documentação, problemas de adoecimento mental, perda de seu território e moradia via deslocamento forçado, dentre outros), para oferecer "trabalho" em troca de alimentação, moradia, inclusive com a própria legitimação jurídica do Estado, ou seja, uma reatualização da escravidão moderna com o avanço tecnológico em pleno século XXI (Antunes, 2018).

[18] Contrato de trabalho que se particulariza pela imposição do empregador ao trabalhador (a) em assumir os custos e riscos das atividades laborativas realizadas. Por exemplo, são serviços prestados sem horário e jornada de trabalho fixas, tampouco as garantias e direitos jurídicos as quais Antunes (2018) denominou de *privilégio da servidão*.

Por um lado, os imigrantes sem documentação, por exemplo, é um segmento da classe trabalhadora que se torna nessas condições estão mais vulneráveis a serem explorados pela capital e seu sistema universalizante, principalmente, serem pressionados, e, caso, se manifestem contra a ordem estabelecida, sofrem retaliações e denúncias de seus patrões.

De outro, essa condição também está sendo disputada pelos movimentos sociais organizados com o lema: “ninguém é ilegal” de repercussão internacional na cena contemporânea. Nesse processo, o fenômeno da imigração não está descolado da reestruturação produtiva do capital, antagonicamente, esse fenômeno se acentua assumindo particularidades.

As disparidades entre os(as) trabalhadores(as) da região “Norte” e “Sul” global; o crescimento do agronegócio e da “urbanização” das grandes e pequenas cidades que de forma contraditória criam grandes bolhas urbanas e produz miséria de todas as formas que se possa existir. Tal situação, agudiza as expressões da “questão social”, sobretudo, nos países da América Latina, América Central e Caribe e, por fim, e não menos significativo para a discussão, a política de caráter imperialista, a exemplo, o caso da Síria com guerras e intervenções militares forjando um deslocamento e a perda de vários trabalhadores(as) (Tonelo, 2021).

Nesse sentido, a imigração é uma mediação que se materializou antes da crise de 2008, mas nos últimos anos, tendencialmente, amplia se com a ofensividade constante do capital, articulada a ascensão dos governos de extrema direita no mundo. Nessa seara, o capitalismo atual cria condições que lhe favoreça para o aprofundamento da precarização estrutural da força de trabalho, além de fragmentar o reconhecimento da perspectiva de totalidade classista dos (das) trabalhadores(as), dificultando as suas lutas históricas e reproduz constantemente os contratos de trabalho informais, instáveis, precários intermitentes de trabalhadores nacionais e imigrantes.

Na análise do capital enquanto uma relação social, como bem nos afirmou Marx (1989), trata-se de um sistema universalizante ancorado numa dialética que apresenta consequências nefastas para a classe-que-vive-do trabalho Antunes (2019), seja no Sul, na região Norte ou em qualquer parte do mundo na qual se utiliza dessa condição expansiva e draconiana para rebaixar a força de trabalho fazendo com que os imigrantes sejam trabalhadores(as) a serem explorados para atender as necessidades da reestruturação do capital pós-crise de 2008.

O último elemento que compõe essa nova reestruturação capitalista é a “[...] utilização de novas tecnologias de informação e comunicação com a emergência das ‘economias de plataformas’ como forma de debilitar decisivamente qualquer elemento de estabilidade laboral” (Tonelo, 2021, p. 154), cuja centralidade é a exploração intensa da força de trabalho.

A totalidade desses elementos acima articulados gestam as bases para o que Tonelo (2021) denominou, em sua obra intitulada *No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo*, que “[...] vivemos uma nova fase de reestruturação do capital das condições de trabalho e produção, superando (dialeticamente) o fordismo, o Toyotismo e alguns aspectos da acumulação flexível” (Tonelo, 2021, p. 158) que aprimora métodos e estratégias de extração de mais-valor com base em medidas de austeridade, retirada de direitos, deslocamentos forçados e a tecnologia da informação e comunicação.

O terceiro elemento da reestruturação produtiva (que discutimos acima) em particular nos auxiliar a pensarmos também que o capital forçou as empresas realizarem as suas atividades com base em demandas, e, consequentemente, novas modalidades de produção e regulação no mundo do trabalho entram em cena com a perda do trabalho contratado e protegido sendo substituídas pelas atividades atípicas, precarizadas com base no “voluntariado”; criando “falsas” cooperativas para retirar direitos e explorar a força de trabalho.

Essa reestruturação do capital, abriu espaço para difundir novos modos de subjetivação com base no empreendedorismo, flexibilização, qualificação, inovação e avanço tecnológico que busca ocultar o trabalho protegido. Portanto, as transformações ocorridas na sociabilidade pós-crise de 2008 lançaram inúmeros desafios para a classe trabalhadora, sobretudo, com a implementação da tecnologia digital a partir da indústria 4.0 (Antunes, 2020).

Sob um olhar crítico, o debate que atravessa a indústria 4.0 não refere se apenas na substituição do trabalho morto em relação ao trabalho vivo, mas, trata de enxergar essa discussão sobre a lente teórica e política que traz em seu arsenal de leitura do real a historicidade, a totalidade e contradição social. Dito isso, estamos ancorados numa perspectiva de análise que articula criticamente a desconstrução de que o trabalho digital e até mesmo o trabalho improdutivo mediado pela tecnologia de base digital apresenta “autonomia própria”, de que sua existência na vida social “não” se materializasse “sem” a interação com o trabalho socialmente produzido pelo ser

social. Pelo contrário, a tecnologia é fruto do desenvolvimento da força humana que produz a riqueza socialmente.

Na produção global em pleno século XXI, o trabalho vivo continua sendo imprescindível para a produção de máquinas e serviços no âmbito das chamadas TICs. A mediação e uso das TICs fora a alternativa utilizada pelo capital financeirizado, sobretudo, das empresas privadas no período pós crise neoliberal que mundializou-se pós anos 2008 (conforme discutimos anteriormente nesse estudo) enquanto resposta a sua crise e manutenção da reprodução do mais-valor.

Historicamente:

> A utilização intensiva das novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) nas grandes empresas decorre da suma relevância que a inovação passou a ter no quadro de intensa competitividade engendrado pela quebra dos monopólios estatais e com o advento das políticas neoliberais que assolaram todo o mundo capitalista nos anos 1990. Com efeito, a convergência tecnológica entre a informática e as redes de telecomunicações, a telemática, foi altamente otimizada com a privatização deste setor, que passou assim a ser concebido e efetivado como um bem de capital dos mais cruciais do capitalismo contemporâneo. Em uma economia mundializada, é pelas redes telemáticas que toda a sorte de informações estratégicas, isto é, aquelas relativas às últimas tendências de consumo e tecnologias de produção, podem chegar mais rapidamente de todos os cantos do mundo às grandes empresas-rede, cuja característica mais fundamental é ter suas cadeias de produção espalhadas nos mais diferentes pontos do planeta (Wolff, 2009, p. 90).

O desenvolvimento tecnológico reduz o trabalho vivo, mas ao mesmo tempo, cria novos postos de trabalho a partir de novas especializações na divisão sócio sexual, racial, geracional e técnica do trabalho. Na contemporaneidade, a indústria 4.0 com o predomínio da automação digital, a relação antagônica entre capital e trabalho produz ainda uma intensa reificação[19] para as diversas relações de produção, ao mesmo tempo em que elas se tornam relações entre coisas e “ganhassem vida própria” na forma de robô e da IA (Schwab, 2018).

> A inteligência artificial (IA) está em nosso entorno, em carros que pilotam sozinhos, drones, assistentes virtuais e softwares de tradução. Isso está transformando nossas vidas. A IA fez progressos impressionantes, impulsionada pelo aumento exponencial da capacidade de processamento e pela disponibilidade de grandes quantidades de dados, desde softwares usados para descobrir novos medicamentos até algoritmos que preveem nossos interesses culturais. Muitos desses algoritmos aprendem a partir das

[19] Conceito utilizado inicialmente por Karl Marx (2006) para designar o processo de transformação dos seres humanos em coisas na medida em que há um afastamento de homens e mulheres do fruto/produto de seu trabalho coletivo.

> “migalhas” de dados que deixamos no mundo digital. Isso resulta em novos tipos de “aprendizagem automática” e detecção automatizada que possibilitam robôs “inteligentes” e computadores a se autoprogramar e encontrar as melhores soluções a partir de princípios iniciais (Schwab, 2018, p. 24).

Com o *boom* da automatização da vida social, a 4ª Revolução industrial ou Indústria 4.0 é particularizada com base na intervenção digital, ou seja, por uma internet mais flexibilizada e móvel, sensores em maior ou menor grau que tem um custo benefício para sua ampliação em larga escala, pela IA (Inteligência Artificial) e a aprendizagem automática ou aprendizado de máquina. As tecnologias digitais fundamentadas no antigo computador, software, redes, não são novidade para a sociabilidade humana, elas estão historicamente materializadas, desde a 3ª Revolução Industrial (Antunes, 2020).

A 1ª Revolução Industrial (1760-1840) foi marcada pela constituição de ferrovias e invenção a máquina a vapor, eletricidade, da linha de montagem em massa no século XX; a 2ª Revolução, teve como elemento fundamental, o aparecimento digital dos semi-computadores, da computação em *mainsframe* (1960), do computador pessoal (1970-1980), internet (1990).

Na fase da chamada Indústria 4.0, da internet das coisas, a tecnologia passa a ter um caráter mais sofisticado, e, consequentemente, interfere na dinâmica das relações sociais, nos conflitos entre as classes sociais e o Estado, as cadeias produtivas e a economia global. Foi na Alemanha que a discussão sobre a “indústria 4.0” se gestou. O termo criado na feira de *Hannover* em 2011 objetivou descrever e pensar como revolucionar a organização material das cadeias globais de valor (Antunes, 2020).

A estratégia utilizada nessa feira teve como base as chamadas “fábricas inteligentes”, e, assim, a 4ª Revolução cria um mundo em que os sistemas de produção físicos tem uma interação direta com o campo virtual, onde as fábricas cooperam para a reprodução ampliada de maneira global e flexível. Esse movimento, permite uma maior personalização de produtos, serviços, bem como propicia a criação de novos modelos operacionais de forma mais integrada reduzindo custos (Schwab, 2018).

Além disso, a sofisticação da indústria 4.0 extrapola os sistemas, maquinários que são cada vez mais inteligentes e progressivamente mais conectados. Sua forma de ser e existir é muito mais ampla. É um espaço onde se materializam novas

descobertas de maneira simultânea que partem desde o sequenciamento genético até a nanotecnologia, das energias renováveis à computação quântica, dentre outros elementos de inovação, ou seja, “o que torna a 4ª Revolução Industrial fundamentalmente diferente das anteriores é a fusão dessas tecnologias e a interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos (Schwab, 2018, p. 20-21).

Na materialidade da vida em sociedade, por exemplo:

> Programas como o Siri da apple oferecem um vislumbre da capacidade de uma subárea da IA que está em rápido avanço: os assistentes inteligentes. Os assistentes pessoais inteligentes começaram a surgir há apenas dois anos. Atualmente, o reconhecimento de voz e a inteligência artificial progridem em uma velocidade tão rápida que falar com computadores se tornará, em breve, a norma, criando algo que os tecnólogos chamam de computação ambiental; nela, os assistentes pessoais robotizados estão sempre disponíveis para tomar notas e responder às consultas do usuário. Cada vez mais, nossos dispositivos se tornarão parte de nosso ecossistema pessoal, nos ouvindo, antecipando nossas necessidades e nos ajudando quando necessário – mesmo que não tenhamos pedido (Schwab, 2018, p. 25).

Nessa revolução, as tecnologias que aparecem como “inovações” e “democratização do acesso” são generalizadas e reproduzidas para as diversas cadeias de valor existentes e, contraditoriamente, fazem surgir novos nichos de acumulação sendo difundidas de forma veloz tornando objeto de descobertas em algumas partes do mundo, pois, atua também, como um agente reprodutor de desigualdades sociais.

Vejamos:

> Detroit em 1990 (então um grande centro de indústrias tradicionais) com o Vale do Silício em 2014. Em 1990, as três maiores empresas da Detroit possuíam uma capitalização de mercado combinada de US$ 250 bilhões, e 1,2 milhão de empregados. Em 2014, as três maiores empresas do Vale do Silício tinham uma capitalização de mercado consideravelmente mais elevada (US$1, 09 trilhão), haviam gerado aproximadamente as mesmas receitas (US$247 bilhões), mas com cerca de 10 vezes menos empregados (137 mil) (Schwab, 2018, p. 23).

É perceptível que sob o domínio da era algorítmica, o capital busca mecanismos de apropriação da força de trabalho humana para reduzir custos, e, consequentemente, acumular, centralizar e concentrar mais-valor, particularmente, com o regime da empresa flexível, “enxuta” em que há um quantitativo reduzido de trabalhadores, sem direitos e uma jornada de trabalho fragmentada.

Sob essas condições:

> Hoje é possível criar uma unidade de riqueza com muito menos trabalhadores em comparação há 10-15 anos atrás, porque os custos marginais das empresas tendem a zero. Além disso, na realidade digital, muitas novas empresas ofertam “bens informação” com custos praticamente nulos de armazenamento de transporte e replicação (Schwab, 2018, p. 26).

Essa redução de custos na produção capitalista reflete também na interação do ser biológico com o mundo de fabricação digital. Por exemplo, o *design* computacional, fabricação de aditivos, engenharia de materiais, biologia sintética para auxiliar na criação de sistemas de ponta que envolvem a relação entre os microrganismos, o corpo humano, o consumo de produtos e serviços, até a criação de sistemas inteligentes em nossa residência.

A era digital, dos algoritmos, da IA e da *big data* é uma era de aprofundamento da reestruturação produtiva neoliberal pós-crise de 2008 em que as bases de flexibilidade, redução de custos, contrarreformas no âmbito do Estado, nos direitos trabalhistas e nas políticas púbicas se mantem, mas sob a novidade da mediação e uso das TICs onde estão também docentes no Ensino Superior público.

Na realidade é que estamos vivenciando em caráter global transformações significativas no interior do trabalho nunca antes vivenciada na história humana e, “portanto, a classe trabalhadora hoje é mais ampla, heterogênea, complexa e fragmentada do que o proletariado industrial do século XIX e do início do século XX” (Antunes, 2020, p. 93).

Esse cenário adverso abriu espaço para diversos ramos do trabalho sob um novo momento de acirramento entre capital financeiro x trabalho, e, portanto, uma expansão ainda mais nefasta da lei geral de acumulação capitalista na atualidade reiterando a vitalidade dos escritos de Marx (2014).

Para além dessas condições laborativas, o século XXI “[...] vincula-se, portanto, ao núcleo estrutural do capitalismo que vem transformando radicalmente os modos de ser e de viver das classes trabalhadoras” (Amaral, 2018. p. 246) no bojo do desemprego mundial e de um rearranjo sofisticado informacional para a acumulação exponencial de valor.

Essa nova era traz um salto qualitativo em relação as formas anteriores de expansão do capital fazendo aparecer das antigas bases de valorização do valor um “novo proletariado” de serviços na era digital” (Antunes, 2018), e contribuindo para o que Huws (2017) denominou de *formação do cibertariado: trabalho virtual em um*

mundo real e o fenômeno da uberização[20] do trabalho (Abílio, 2019) em amplitude global. É nesse contexto que o nosso objeto, o trabalho home office se particulariza, ganha materialidade social e justifica teórico-politicamente o interesse em desenvolver a nossa pesquisa.

Acreditamos que a indústria 4.0 (Antunes, 2020) tem uma relação intrínseca com os ditames ideopolíticos e de acumulação flexível neoliberal que sócio-historicamente vem acirrando de forma global a luta de classes, cuja articulação com o Estado capitalista radicaliza uma cultura de precarização, e desregulamentação do trabalho mediado por algoritmos e *softwares* digitais. E, portanto, agudizando a exploração nas condições de trabalho e da vida social dos inúmeros trabalhadores(as) mediadas por aplicativos e plataformas digitais.

Se a classe que vive do trabalho é heterogênea, como analisou Antunes (2018) em sua obra *O privilégio da servidão*, em tempos de plataformas digitais o mundo do trabalho também não seria diferente. O movimento do capitalismo contemporâneo é marcado por empresas-aplicativos como o Ifood, Rappi, Loggi, Uber, Uber Eats, 99Pop etc. que ampliam suas cadeias de valor, ao mesmo tempo abre espaço para o aumento exponencial de trabalhadores em diversos ramos de atuação.

Esse cenário vem demonstrando em escala global a intrínseca capacidade humana de desenvolver as mais avançadas tecnologias, a exemplo da expansão das redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, YouTube, WhatsApp, LinkedIn, Pinterest), das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), de processamento e armazenamento de dados por meio das plataformas digitais (Airbnb, Amazon, Amazon Prime, Booking, Google, Mozila Firefox Netflix,99Pop, Uber, Uber Eats etc.), a internet das coisas, produção de novos softwares, a tecnologia 5G, a impressora 3D, o *big data*, a IA sendo utilizadas como mediação do capital financeiro para a exploração do trabalho, expropriando os trabalhadores via apps (aplicativos).

Nessa perspectiva, o capitalismo contemporâneo articulado com o receituário neoliberal vem impondo aos diversos trabalhadores(as) modos de subjetivação que os moldam por meio de práticas que buscam reificar a dinâmica da realidade na qual

[20] Modalidade de trabalho que surgiu em 2008 nos Estados Unidos da América mediada pelo uso de plataformas e aplicativos digitais. Compõe esse tipo de trabalho, motoristas, passeadores e cuidadores de animais, o chamado trabalho do *care* (cuidadores de idosos, domésticas, enfermeiras(os), cantores(as), locutores, inclusive, entregadores de alimentos em motos e bicicletas (os Bykeboys), nas diversas avenidas e pequenas estradas, pedalando por horas ampliando a gama de trabalhadores no ramo de serviços a partir do mundo sofisticado dos softwares (Abílio, 2019).

as contradições sociais, políticas, econômicas e ideoculturais não apareçam em sua totalidade e mantenha se a ordem social do capital.

Não é novidade que a crise do capital aliada ao desemprego estrutural vem ganhando espaço em toda a sociabilidade, buscando a todo custo novos mecanismos de valorização do valor em detrimento da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, refletindo nas condições de vitalidade da classe trabalhadora, destruindo conquistas histórias que foram fruto de muita luta político-coletiva (Amaral, 2018).

À luz dos escritos de Amaral (2018), os inúmeros processos e transformações no âmbito trabalhista contemporâneo em sua dinâmica política, cultural, ideológica e econômica vão depender universalmente da correlação de forças, da luta de classes e de sua relação intrínseca com o Estado, a sociedade e as leis de mercado que se particularizam em determinada realidade singular.

A autora apresenta chaves-analíticas para pensarmos dialeticamente a sociabilidade hoje e os ataques ao mundo do trabalho. Para ela, estamos experimentando a expansão dos serviços, flexibilização, privatizações e esfacelamento da legislação trabalhista sem pudores capitaneados pelo receituário neoliberal, trabalho por demanda, o desemprego estrutural cada vez mais assustador, o incentivo massivo ao mito do “empreendedorismo de si”, sob o crivo da revolução tecnológica e informacional (app’s, *softwares* e plataformas digitais) em nome da acumulação do capital a qualquer custo.

A chegada das plataformas digitais proporcionou metamorfoses na esfera laborativa na última década (Antunes, 2020). Com isso, novas formas de estruturação do trabalho sob a ideia de apresentar mais “possibilidades”, “oportunidades” e “vantagens” aos trabalhadores mediando a sua própria jornada de trabalho vem se materializando. Mas, antagonicamente, abrindo caminho para inúmeros riscos e tensões como a intensificação da informalidade, baixa proteção social.

Nessa seara de contradições, garantiu-se o solo fértil para as empresas-aplicativos[21] Uber Eats (norte-americana), a líder brasileira em entrega de alimentos desde 2018 Ifood, a colombiana Rappi, 99Food, Loggi e tantas outras surgirem no mercado dos serviços como estratégia de subsistência a massa de trabalhadores

[21] As expressões “empresas-aplicativo” e “trabalho por aplicativo digital” fazem referência à sociabilidade marcada pela indústria 4.0 sob os princípios da flexibilidade neoliberal realizam as suas atividades econômicas através de aplicativos e plataformas digitais e são acessadas, exclusivamente, via celular conectadas a “internet das coisas” (Antunes, 2020).

desalentados, investindo na falácia do trabalho via aplicativo ser uma “oportunidade” e “renda extra” esvaziando debate do trabalho assalariado coletivo diante do catastrófico cenário econômico e societário atual.

Esse novo *modus operandi* do capitalismo contemporâneo mediado por plataformas digitais vem abrindo portas para os aplicativos de entrega de comida que abrem espaço para novos nichos de acumulação sob o discurso de que o “colaborador” não teria “chefe”, seria “livre” para aceitar ou recusar as entregas impostas pela plataforma digital, teria mais flexibilidade de horário e jornada de trabalho tendo como base a remuneração por produtividade, sob a denominação de autônomo não de trabalhador. E, portanto, ampliando “[...] uma oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros” (Marx, 2014, p. 275), avolumando o trabalho sob o domínio do capital financeiro e das plataformas digitais.

Quando falamos em trabalho digital socialmente se tem a ideia de que a uberização do trabalho seria o único fenômeno que sintetiza esse momento atual do capitalismo financeiro universal. A uberização[22] é uma das expressões singulares da interação entre o trabalho, a IA, informação, plataformas digitais, o comandado e programação por diversos algoritmos.

Para além da uberização, segundo o intelectual francês Antônio Casili (2021), as plataformas tiveram seu nascedouro por volta do século XVII, em particular na Europa Ocidental na qual tinham como base três elementos fundamentais utópicos para a sua reprodução: a superação das propriedades privadas, a superação do trabalho (no sentido de assalariamento) e a criação de um tesouro comum a todos(as). Fora a partir dessa ideia que gestaram se as bases concretas e subjetivas para a o “programa político” intitulado, “plataforma”.

No embate estrutural entre as classes sociais por hegemonia, o capital contemporâneo constrói o ideário de que as plataformas digitais possuem de forma autônoma a capacidade de evoluir sob uma direção de “igualdade geral”, de “bem comum a todos(as)” e mistifica a capacidade de acessar os dados espraiados pelas

[22] Discutimos a uberização no sentido de ampliar o terreno e as suas várias modalidades de exploração da força de trabalho mediado por aplicativos na contemporaneidade. Reafirmamos que o trabalho uberizado não é a mesma realidade laboral de docentes universitários do Ensino Superior público devido as suas particularidades nas formas de ingresso, nos vínculos de trabalho, na estabilidade e progressão de carreira, na dedicação exclusiva, dentre outros (no caso dos efetivos). Mesmo assim, os professores de universidades públicas estão sob o julgo do capital levando em conta os princípios da indústria 4.0.

redes virtuais na qual são apropriados privadamente pelos capitalistas e rentistas em escala global.

Nesse contexto, o poder baseado nos dados e informações do mundo digital que produzimos cotidianamente, abrem espaço para modelos de intervenção do Estado, e, substancialmente, na criação e distribuição do valor. Portanto, para que seja mantida a perspectiva do *digital comuns*, ou seja, da plataforma "comum a todos", é necessário conectar as diversas formas de sociabilidade dos Estados Nacionais com as cadeias de valor. Portanto, é indissociável pensarmos o mundo digital sem a mediação das cadeias globais de valor e a articulação do Estado que se apropriam e incidem sobre as questões biológicas, naturais, sociais e essencialmente humana.

O debate em questão nos faz pensar alguns aspectos que ampliam o trabalho digital afetando a sociabilidade, são elas: o "valor de qualificação", "valor de monetização" e "valor de automação". O primeiro, diz respeito ao funcionamento das plataformas na qual operam a partir de comando dos algoritmos diversos como, por exemplo, a empresa Uber, onde existe a presença dos algoritmos que mensuram os preços das viagens entre os usuários dos serviços e motoristas; na rede social *Facebook,* o algoritmo chamado *ad rank*, que acessa, classifica e ranqueia informações nos *feeds*. Assim, essas plataformas necessitam da interação humana para a produção de dados, e, consequentemente, o seu funcionamento para trabalhar. No caso da Uber, passageiros e motoristas; e no caso do *Facebook*, por qualquer usuário presente frente as telas digitais.

A segunda, é o valor de monetização que significa dizer que esses mesmos dados que nos humanos criamos e de forma ampliada socializamos nas redes virtuais são, às vezes, transformados em valor monetário para o capital por essas mesmas plataformas que interagimos. Na esteira desse processo, cria-se uma massa de dinheiro para elas (Facebook, Amazon Mechanical Turk), ou seja, esse é o chamado fluxo monetário que as grandes plataformas se apropriam.

A terceira, tem uma relação direta no modo com que essas plataformas digitais que se expandem com base na "inovação" e "direção para o futuro". A inovação nesse campo significa automação, isto é, criar algoritmos que aprendam a criar e performar IA com base no *deep learning* (aprendizado profundo), novas ferramentas para fomentar adversários e estimular a concorrência entre os usuários. Para que esse plano se efetive, as empresas se apropriam dos dados dos usuários na busca por

novas ferramentas, tecnologias e soluções para o cotidiano aprofundando o terceiro tipo de valor (valor inovação).

Que a era tecnológica digital e da automação se espraiaram para todas as dimensões da vida em sociedade não podemos negar. Mas, sobre essa realidade vivenciamos os traços de individualização, invisibilidade e de jornadas de trabalho extenuantes impulsionado pelos algoritmos.

Já que o desemprego estrutural assola o mundo, qualquer forma de subordinação aos ditames do capital por um emprego para o trabalhador vale a qualquer custo. Inclusive, o trabalho mediado pelo uso das tecnologias de informação e comunicação, aparece como um “milagre” na vida de quem precisa sobreviver na ciranda do capitalismo.

Com isso, o resultado são: jornadas de trabalho superior a oito, dez, doze e catorze horas ou mais, especificamente, nos países considerados de economia periférica e dependente em que há uma constante desvalorização da força de trabalho e aumento de suas jornadas, a extinção unilateral desenfreada pelas plataformas sem uma justifica plausível ao trabalhador (Antunes, 2020).

Com base nessa reflexão crítica, a indústria 4.0 aprofunda a subsunção do trabalho ao capital do que a ocorrida na Revolução Industrial. Se na primeira Revolução, o controle era sobre o processo produtivo, esta adentra a totalidade da vida social com a automatização digital expandindo as suas cadeias de valor em diversos setores.

Mais robôs, mais máquinas, mas virtualidade vão comandar a produção social-processo que não se limita apenas na indústria – mas um conglomerado de empresas que buscam gerar, acumular, centralizar e concentrar valor. Se apresentam com polos mais “qualificados”, mais “aptos”, mais “talentosos”, mais “inovadores”, mais internetizados, e, portanto, com uma grande coisificação que torna o trabalho e a informação mercadoria via capital financeiro.

Nessa corrida tecnológica, a exploração da força de trabalho e as múltiplas expressões da “questão social” (fome, pobreza, violência) tendem a se agudizar e não minorar o enriquecimento de poucos, ao mesmo tempo em que a pobreza e a desigualdade social também se alargam. É nesse sentido que Antunes (2020) discute a desantromorfização do trabalho, em que o homem produtor do seu trabalho, ou melhor dizendo, o produtor da máquina se distancia daquilo que produziu, torando-se uma coisa. A chave analítica é pensar como a tecnologia é capturada pelo capital.

Essa coisa que se sobressai além do produtor na era digital torna-se mais perversa e, até mesmo, violência com casos de acidentes de trabalho, assédio mediado pelas plataformas, a descartabilidade que elas reproduzem, adoecimento mental, dentre outras formas de precarização da força de trabalho refletem nas condições de luta sindical coletiva.

O capitalismo em sua atual fase de plataformização, temos como exemplo a *heteromação*, termo criado por Hamid Ekbia (2021) e utilizado pra sintetizar uma nova lógica de extração do valor com base na dependência entre o trabalho e a automação. Já que o capital não pode exterminar a força de trabalho, mesmo com o processo de automação, ele necessita de seres humanos que produzam valor e consumidores que consumam produtos, mercadorias, e, majoritariamente serviços trazendo à tona a atualização dos estudos de Marx (2006).

O aspecto econômico da heteromação se articula em três movimentos: o primeiro, trabalha com uma lógica de inclusão universal dos(as) trabalhadores(as) retirando o seu caráter de conflito e de classe social. A conectividade virtual propicia que diversas pessoas se relacionem instantaneamente fazendo eclodir o caráter de pertencimento a uma corporação (empresa); o segundo elemento a ser trabalhado é que a heteromação tende a “prender” as pessoas em sistemas, aplicativos, apps e plataformas (como por exemplo, o *Facebook*, o *Instagram*) e reproduzir uma vida “plena”, de “descanso” criando um determinado estilo de vida aliado para a mercantilização do capital.

O terceiro aspecto articula-se com heteromação e traz consigo a extração de valor de forma “invisível” aos olhos da sociedade, criando a falsa ideia de que todos(as) estão incluídos(as), de que “estamos todos no mesmo jogo”, mas na realidade a lógica hegemônica direciona os lucros para uma pequena parcela de pessoas responsáveis por acumular as fortunas obtidas pelo trabalho heteromatizado.

Na indústria 4.0, os dados, as informações tornam-se mecanismos valiosos para a valorização do capital. Os nossos dados são divulgados, comercializados e vendidos como um produto/mercadoria para dinamizar a economia de plataformas e as empresas disputarem as posições no mercado. Essa coleta de dados se dá nas plataformas como *YouTube*, *reviews* de produtos, autosserviços em bancos, supermercados, aeroportos, compras digitais, dentre outros elementos.

Além disso, contribuímos socialmente e economicamente para esse processo quando fazemos comentários nas redes sociais, postamos fotos, carregamos e

fazemos *downloads* de vídeos e filmes. A partir dessas atividades on-line, as empresas buscam novos nichos e formas de acumulação de riqueza nunca antes vista na história, ou seja, as plataformas digitais e a indústria 4.0 aumentam as desigualdades, alteram comportamentos, modos de vida e a sociabilidade.

O aparecimento dessas novas contradições se apoia na heteromatização[23] por duas questões, a primeira, porque é uma relação que tem como base a extração de mais valor do trabalhador (reafirmando a expropriação do trabalho social) em detrimento das grandes, pequenas e médias empresas mediadas pelas plataformas. A segunda razão é a atuação humana marginal da maquinaria digital com o grande investimento de *softwares*. Enquanto em décadas atrás se discutia que na automação, as máquinas fazem o que os seres humanos não faziam com uma certa desenvoltura, na heteromatização essa condição é superada.

No desenvolver do processo que automatiza o trabalho, os seres humanos fazem parte da dinâmica digital na medida em que inclui uma gama de trabalhadores(as) em diversos papeis, cumprindo diversas funcionalidades e posições (usuários de mídias digitais, *gamers* e *gamers design,* design gráficos, operadores) que trabalham em nome do autosserviço.

Os galpões da empresa Amazon, por exemplo, apresentam um padrão na forma das entregas de livros e produtos em todo o mundo. O *scanner* portátil de código de barras é o principal meio de trabalho. Os(as) trabalhadores(as) realizam o seu processo de trabalho através de um crachá para fazer *login* e acessar o sistema. Esse instrumento, possui uma pequena tela com sensibilidade ao toque que consegue identificar o produto a ser buscado. Com isso, os algoritmos trabalham para localizar o item no galpão.

Na esteira desse processo, o (a) trabalhador (a) obrigatoriamente segue as instruções do *scanner* e caminha até determinada área do galpão para ter acesso ao produto que o algoritmo indicou. Assim, o código de barras é escaneado, o sistema recebe a informação de que a mercadoria ou livro fora resgatado, em breve será empacotamento e entregue para o (a) comprador (a).

Em síntese, esse tipo de atividade (dentre vários outras), estão pessoas que trabalham sobre o comando de instruções pré-determinadas pelo *scanner* portátil,

[23] Utilização de recursos tecnológicos e digitais implementados nos processos de trabalho vivo (impressora 4D, computadores conectados à internet para regular a jornada de trabalho, controle de máquinas via rede virtual, *QR codes* para identificação de trabalhadores(as) nas empresa etc.).

resgatado e entregue itens num galpão. Os algoritmos trabalham apresentando tarefas a serem cumpridas, captura conhecimentos e informações no processo de trabalho, realiza registros e auxilia na contagem do tempo de resgate de um item, mensura quando este estará pronto para o empacotamento, localiza o endereço do cliente e finaliza o pedido.

Há outros tipos de galpões ainda mais virtualizados e automatizados sob os princípios da indústria 4.0. Por exemplo, os apanhadores não realizam o seu trabalho caminhando pelos galpões, mas realizam o seu trabalho em estações fixas e são os robôs que vão até as prateleiras certas e as movimentam. Esses robôs são chamados de *kiva robts* e realizam uma atividade mais inteligente e reduzindo custos na produção. Os galpões são enormes, compostos por muitos andares e prateleiras. Há uma interação de trabalho físico e manual em todas as etapas do processo. Mas, é necessário atingir as metas estabelecidas pela velocidade dos algoritmos que auxilia o *software* do inventário.

Podemos pensar a partir dessas condições que o controle do trabalho pelos algoritmos se apresenta em diversas áreas de trabalho, na Uber, por exemplo, seria o celular conectado à internet que pré-destina as atividades a serem realizadas pelo motorista ou entregador (Uber Eats), na Amazon é o *scanner* portátil, dentre outros. Portanto, o trabalho por aplicativo e automatizado pela 4ª Revolução Industrial, aparece enquanto a chave de solução para “melhores oportunidades” de trabalho em meio à crise do desemprego estrutural que estão sendo intensificados cotidianamente.

3.4 A RELAÇÃO ENTRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) E A EMERGÊNCIA DA “SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO” E “SOCIEDADE DO CONHECIMENTO”

A produção da ciência, de novos conhecimentos e descobertas científicas sempre fizeram parte do desenvolvimento humano, sobretudo, quando os conhecimentos são apropriados pelo sistema de produção e expansão desenfreada do capital. Essa relação expansiva, se desenvolve, principalmente, para a obtenção de mais-valia a partir do trabalho alienado com investimentos também privados em tecnologia e inovação. Assim, o desenvolvimento sociotecnológico passou a ser um elemento essencial para dinâmica capitalista.

Com base no processo de inserção tecnológica na produção (conforme destacamos no capítulo anterior dessa dissertação), no investimento em maquinaria, desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, administração no controle e gestão do trabalho desde o período da industrialização fabril, como bem destacou Marx (2014), o capital foi capaz de otimizar o tempo de produção gasto com a força de trabalho no sentido de reduzir custos e, ao mesmo tempo, ampliar o empenho dos(as) trabalhadores(as) para materializar objetos, fazendo lhe concentrar, centralizar a exploração e super lucros.

No movimento do século XX, o avanço da ciência e tecnologia tiveram na estrutura do capital um lugar privilegiado tanto na esteira da produção como na esfera da regulação via investimento pesado do Estado em ações governamentais para a reprodução do seu sistema visceral. Com isso, as pesquisas e a produção de novas tecnologias passaram a ter uma relação fulcral para a acumulação do capital com mais intensidade.

No período Pós-Segunda Guerra Mundial (Guerra Fria ancorada na disputa ideológica entre o capitalismo e o socialismo), onde houvera os conflitos históricos entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética, por exemplo, tivemos um alargamento de serviços, atividades e ações de incentivo a investigação científica na esfera de tecnologias militares, no avanço de estratégias bélicas com o intuito de conformar a corrida armamentista no mundo.

Com o *boom* dos anos 1970, marcado pela crise estrutural do capital, além das transformações ocorridas na esfera produtiva (regime de acumulação flexível), houve a necessidade do capitalismo no investimento de novos campos tecnológicos, na microeletrônica, novas tecnologias da comunicação, construção de novos de computadores, sistemas de comunicação em rede etc. (Harvey, 2017).

Essa expansão tecnológica é expressão do alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, da relação entre o ser social com a natureza. Resultado da reestruturação produtiva flexível, todo esse processo de conhecimento, habilidades e possibilidades, houve a necessidade do capital em controlar/dominar privadamente de todas as formas a produção desse conhecimento para ser utilizado enquanto moeda de barganha também no momento de concorrência intercapitalista (mercado).

A partir desse processo, avolumou-se a busca do capital por novos mecanismos de usurpar e controlar o conhecimento socialmente acumulado e o seu acesso, consistindo em sua monopolização, concentração, expropriação e

privatização, afetando os modos de ser e viver das sociedades, as formas de intervenção do Estado, reproduzindo os princípios de uma sociabilidade baseada em redes, “sem” classes, com relações sociais “fluídas”.

O fato de subsumir e se apropriar do saber e dos elementos espirituais particulares do trabalho humano está conformando a rotatividade e a criatividade de novas mercadorias. Tal aligeiramento que o capital impõe na produção das mercadorias, tem uma relação direta na maneira com que o conhecimento é difundido, pensado e reproduzido, sustentando a “ultrapassagem” e a “invalidez” do saber histórico, pesquisas e informações adquiridas pelo avanço coletivo da sociabilidade humana.

Compõe esse avanço, o trabalho intelectual que passa a ser uma mediação importantíssima no processo de produção e reprodução capitalista, sendo requisitado para a formação intelectual da classe trabalhadora. Nesse processo, a universidade (expressão do Ensino Superior) é vista enquanto instituição formadora de um “novo” perfil a ser explorado pelo capital e seus interesses imediatos que visa atender as demandas do desigual e crescente mercado de trabalho.

No Brasil, país de economia periférica e dependente, a trajetória da universidade é marcada pela luta de classes e as múltiplas desigualdades em seu acesso e permanência. Desigualdades essas, atravessadas pelo racismo e o patriarcado estrutural e estruturante das relações sociais em que o contato com a produção, incorporação e difusão do conhecimento científico foi/é – mesmo com alguns avanços sociais – destinado ao cotidiano social das classes dominantes, branca, heteronormativa que passa a ocupar com mais intensidade o espaço do saber, os melhores cargos no mercado de trabalho mantendo assim os seus privilégios históricos.

Marilena Chauí (2003, p. 5), em *A universidade pública sob nova perspectiva*, destaca que “[...] a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”. Sendo assim, ela é marcada cotidianamente em seu interior pela “[...] presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade” (Chauí, 2003, p. 5).

Desde a sua gênese, a universidade pública moderna fora uma instituição social fundada em prática social tendo legitimidade pública pelo seu ordenamento autônomo, econômico, jurídico. A partir das Revoluções sociais do século passado

atravessadas pelas lutas sociais e políticas entre as classes sociais e a articulação com o Estado capitalista, a educação e os valores culturais passaram a ser considerados elementos constituintes da cidadania. Assim, a universidade tornou-se também instituição social para a democratização do saber científico (Chauí, 2003, p. 6):

> É exatamente por ser uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual que a universidade pode relacionar-se com o todo da sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas (Chauí, 2003, p. 6).

Com base nesta análise, as mudanças operadas na sociabilidade burguesa recente, a contrarreforma do Estado, refletiu também no interior da universidade designando-a como um dos setores não somente que pertence ao Estado, mas a adesão da educação e demais políticas sociais como saúde, cultura, habitação, dentre outras ao setor de serviços. A política de educação nessa seara de contradições: a) transita da esfera do direito social para ser um serviço; b) a educação deixou de ser um serviço social público para ser considerado um serviço que pode ser privado ou privatizado.

Podemos refletir com a autora que “[...] a reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como uma instituição social” (Chauí, 2003, p. 6). Diferentemente de uma instituição social, a organização como instrumentalidade materializa-se em conjuntos de meios administrativos e burocráticos cujo objetivo é a obtenção de privilégios particulares.

Isto, é, ligada a operações definidas com princípios de eficácia, sucesso e emprego. Por ser uma organização tem como elementos norteadores de sua reprodução social a gestão, planejamento, previsão, controle e êxito “[...] não cabendo discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes” (Chauí, 2003, p. 6).

Segundo Chauí (2003), essa passagem sócio-histórica da universidade enquanto instituição social para a organização dos serviços tem suas raízes na fragmentação de todas as esferas da vida social caracterizadas pelo capitalismo contemporâneo: produção, dispersão espaço temporal, a luta de classes e a totalidade. A sociedade passou a ser interpretada pela burguesia como expressão da

rede móvel, do instável, efemeridade, da competição individual e “estratégias de intervenção tecnológica”.

Na apreensão da autora, a partir desses preceitos seria essencial para a lógica do capital, a universidade operacional[24]. Essa nova perspectiva de universidade é regida por contratos de gestão, avaliação de índices por produtividade, organizada para ser flexível, suas estratégias exalam programas de eficácia organizacional consistindo no aumento exponencial de horas/aula, redução constante do tempo de mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações em revistas com altos *qualis*, relatórios e comissões de avaliação (Chauí, 2003).

A universidade passa também por uma reestruturação em sua função social, agora voltada para a produção de conhecimentos com foco na resolução de problemas práticos, imediatistas e pragmáticos aproximando-se aos valores privados da reprodução capitalista. Aqueles princípios legatários da gênese da modernidade como, o humanismo, revolução científica de mulheres e homens, torna-se, nessa temporalidade, ligado mais fortemente aos interesses do tempo presente, sem grandes abstrações ontológicas e com primazia, a lucratividade.

O trabalho docente é apreendido enquanto simples transmissão aligeirada de conhecimentos, auxiliados por materiais de fácil manejo com manuais de simples leituras para os discentes, com grande investimento em ilustrações, duplicados em CD-ROM. O professor é contratado por seu um pesquisador produtivo e especializado em determinada área do saber (estimulando o seu “mérito” individual), reforçando as habilidades, expertises e competências, além dos contratos precarizados, instáveis e flexíveis.

O trabalho do professor é idealizado como pré-requisito para graduados, que necessitam velozmente entrar no mercado de trabalho na corrida contra o desemprego estrutural fazendo desaparecer a particularidade do docente: a formação crítica e propositiva. A pesquisa é baseada nessa modalidade operacional na focalização do objeto de pesquisa para a intervenção imediata, não tendo tempo para amplas reflexões, espaço para crítica, mudanças ou superação.

[24] Termo utilizado pelo pesquisador francês *Freitag*, e, posteriormente, aprofundado pela socióloga Marilena Chauí (2003) para denominar as transformações operadas no interior da universidade baseada em valores organizacionais, tais, como: o produtivismo acadêmico, a reestruturação nas formas de contratação de pessoal (docentes e técnicos-administrativos), a avaliação por resultados etc., visando atender as demandas do capital no contexto da acumulação flexível neoliberal.

Com isso, o conhecimento não é conhecimento produzido sobre determinado movimento do real, mas mecanismos para intervir e controlar algo em detrimento de interesses particulares, “reduzida a uma organização, a universidade abandona a formação e a pesquisa para lançar-se na fragmentação competitiva” (Chauí, 2003, p. 8).

A competição e busca por acumulação são capitaneadas pelos grandes financiadores. O capitalismo contemporâneo impõe mudanças no campo do saber da classe trabalhadora (ideológico) na qual a universidade, privilegia áreas de conhecimentos como as ciências exatas e da natureza, inclusive, sendo legitimadas do ponto de vista jurídico e político do Estado com investimento seja através do fundo público e/ou das chamadas “parcerias” público-privadas.

Portanto, “[...] isso significa que a universidade pública produz conhecimento destinado para a apropriação privada. Essa apropriação, aliás, é inseparável da mudança profunda sofrida pelas ciências” (Chauí, 2003, p. 8) articulada a sua prática cotidiana.

Referindo-se a universidade operacional a pesquisadora afirma:

> Ela tornou-se uma força produtiva e, como tal, inserida na lógica do modo de produção capitalista. A ciência deixou de ser teoria com aplicação prática e tornou-se um componente do próprio capital. Donde as novas formas de financiamento das pesquisas, a submissão delas às exigências do próprio capital e a transformação da universidade numa organização ou numa entidade operacional (Chauí, 2003, p. 8).

Sob as transformações ocorridas no interior do capitalismo e da ciência, fora necessária uma reorganização e “modernização”, acrítica, a-histórica e antirreflexiva da universidade moderna em pleno século XXI com a exaltação da tecnologia e do conhecimento. Ao se tornarem forças produtivas, o conhecimento passou a ser uma peça inseparável do capital.

Assim, presenciamos cotidianamente um incentivo massivo de pesquisas realizadas nas universidades para manter a expansão do capitalismo. É importante salientar que a difusão dos conhecimentos produzidos por essas não é homogênea. Devemos levar em consideração a dinâmica da divisão étnico/racial, sexual e geracional do trabalho onde os países de capitalismo periférico e dependente estão historicamente subalternizados em relação a ciência e a tecnologia produzida e mercantilizada pelo capital imperialista.

No caso do Brasil, é elementar a submissão em relação aos apetrechos tecnológicos importados a alto custo reforçando o desenvolvimento desigual e combinado necessário ao capital além do conhecimento adquirido e readaptado ao Estado nacional. O Estado brasileiro, por sua vez, através da viabilização de diversas políticas econômicas se submete a compra de equipamentos e conhecimentos de tecnologia internacional, cujo intuito do capitalismo predatório é “modernizar” a economia do país.

Na realidade essa articulação só reforça a subordinação política e econômica da burguesia nacional. O dilema aqui apontado ganha concretude na medida em que o Brasil legitima juridicamente a desburocratização no acesso a bens tecnológicos do exterior que incentiva o comércio internacional. Enquanto as potências globais lucram, os países periféricos experimentam cotidianamente as múltiplas desigualdades sociais, especialmente, no acesso à tecnologia exportada.

Nos países da América Latina, e, especificamente no Brasil estão um dos grandes exportadores de matérias primas no mundo (na qual serve de base para a produção de bens tecnológicos, tais como: celular, computadores, impressoras etc.,), tem o seu investimento em pesquisas, ciência e produção de novos conhecimentos alijados a comprar mais caro o que exportou.

Para sustentar essa subordinação, o capital amplia suas estruturas de dominação no campo da reprodução ideológica, reprodução essa sustentada pela “pós-modernidade”, da sociedade “pós-industrial” defendendo que as metanarrativas, a rigidez das relações sociais, a classe trabalhadora e suas lutas coletivas contra o capital chegaram ao fim.

Esse ideário não passou de mais uma das estratégias de decadência ideológica da burguesia para tentar minar qualquer aspiração anticapitalista, revolucionária que tem como direcionamento social e estratégico a emancipação humana do ser social em sua totalidade. Tal ideário objetiva o esvaziamento da consciência político-organizativa da classe trabalhadora fomentada pela marginalização da perspectiva sócio-histórica, das lutas coletivas, da centralidade do trabalho nas condições da reprodução da vida humana, e do significado político do sindicalismo.

Com a difusão desse ideário, a pesquisa, a produção do conhecimento passou a ser uma mediação fundamental para responder o aprofundamento do neoliberalismo em crise. Esse conjuntura, foi titulada e difundida pelos ideólogos do projeto burguês como “sociedade da informação” e “sociedade do conhecimento” impulsionadas pelas

novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). A “sociedade do saber” parte da concepção de que a informação e o conhecimento científico são os fios condutores para o desenvolvimento econômico e da sociedade em geral.

As metamorfoses operadas no campo do saber científico, universidade, escola, tem um direcionamento político para a “Sociedade da Informação”/“Sociedade do conhecimento”, cujos, valores são extremamente forjados em problemáticas de cunho individual, singular, aparente, e, portanto, descolado do movimento mais geral das relações sociais totalizantes em processo de conflitos entre as classes sociais e da mediação entre essas com o aparelho de Estado.

Para Chauí (2003, p. 8-9):

> A assim chamada sociedade do conhecimento, do ponto de vista da informação, é regida pela lógica do mercado (sobretudo o financeiro), de sorte que ela não é propícia nem favorável à ação política da sociedade civil e ao desenvolvimento efetivo de informações e conhecimentos necessários à vida social e cultural. Em resumo: a noção de sociedade do conhecimento, longe de indicar uma possibilidade de grande avanço e desenvolvimento autônomo das universidades enquanto instituições sociais comprometidas com a vida de suas sociedades e articuladas a poderes e direitos democráticos, indica o contrário; isto é, tanto a heteronomia universitária (quando a universidade produz conhecimentos destinados ao aumento de informações para o capital financeiro, submetendo-se às suas necessidades e à sua lógica) como a irrelevância da atividade universitária (quando suas pesquisas são autonomamente definidas ou quando procuram responder às demandas sociais e políticas de suas sociedades) (Chauí, 2003, p. 8-9).

O termo “sociedade da informação” foi cunhado pelo sociólogo norte-americano Daniel Bell (1973) em seu livro intitulado *O advento da sociedade pós-industrial*, por meio do qual o autor defende que o eixo norteador dessa “nova” sociedade será o conhecimento teórico. Embora, tenha existido outros termos relacionados a esse (não chegaram a ser difundidos) a “sociedade do conhecimento” deveria em tese: construir conhecimentos direcionados para potencializar a dinâmica da economia, e, priorizando tal ideal “consolidaria” o “bem-estar social” para todos os indivíduos.

A “sociedade do conhecimento” *(knowledge society)* e sua variante “sociedade do saber”, após quase vinte anos, na década de 1990 ressurgiu com bastante intensidade em uma nova fase com o desenvolvimento da internet e das TICs. Fase essa que tem como pano de fundo o contexto da globalização neoliberal na qual os serviços teriam que se enquadrar na estrutura socioeconômica baseada na informação “isenta” de ideologias.

Um dos lemas do neoliberalismo é a mundialização e expansão da produção através do mercado “autorregulado” do ponto de vista econômico, e, no campo político e ideológico, a busca da adesão a “sociedade do conhecimento”. Para captar corações e mentes, as potencias globais apontam como ideologia central “diminuir o abismo digital entre as nações”. Para que isso se concretizasse era necessário demonstrar as experiências que esses países já tinham acumulado e realizado em políticas públicas com base no desenvolvimento de infraestruturas das TICs.

A partir desse momento, houve, processualmente, a busca do capital imperialista pela aderência total desse preceitos nos países de capitalismo periférico com a oferta de investimentos na área de telecomunicações, informática, internet, redes etc. Pensamos que a “sociedade da informação”/“sociedade do conhecimento”[25] pode ser apreendida pelo reconhecimento do uso em larga escala das informações, conhecimentos e das TICs nas múltiplas dimensões que compõe a totalidade da vida societária. Para isso, vários estudiosos discutiram sobre essa temática em sua defesa, e, outros, fazendo a sua crítica.

Yoneji Masuda (1982) é um dos grandes defensores da sociedade da informação. O autor reforça em seus escritos que essa corrente de pensamento seria fundamental para a sociedade na medida em que gerasse a produção de bens informáticos e não mais mercadorias e objetos tangíveis conforme era desenvolvido no período da Revolução Industrial capitalista (Masuda, 1982). Para o autor, o que vale é a informação e não mais os produtos fruto do trabalho.

Masuda (1982) dizia que esse conjunto de transformações tecnológicas teria reflexos no cotidiano com o agigantamento da qualidade e quantidade da informação, ou seja, as TICs estariam em processo de expansão constante, e, por sua vez, redimensionaria as relações sociais para novos valores humanísticos, novas concepções de pensar, ser e existir, inclusive, na esfera política.

Para ele, a inovação tecnológica revolucionaria o movimento da sociedade e da economia a partir de três aspectos principais: O primeiro, tem relação com a superação/substituição do trabalho braçal (relação ontológica de mulheres e homens com a natureza); o segundo aspecto está relacionado ao desenvolvimento de

[25] No desenvolvimento do nosso estudo, aliada as tendências de “sociedade da informação”, encontramos a emergência do termo ciberespaço e cibercultura. Surgiu no contexto da ficção científica na obra do literário Wilian Gibson em 1984. Posteriormente, o termo fora apropriado pelos intelectuais da burguesia invadindo o ambiente acadêmico em que eles buscavam auxiliar na explicação da sociedade mediada pelas tecnologias informacionais.

atividades que o humano jamais conseguiu desempenhar; sobre o terceiro aspecto, Masuda (1982) faz um grande apelo para os chamados “sistemas integrados” que desempenhariam funções “semiautomatizadas” transformando a sociedade, a economia e a relação com a política.

Analisando tais aspectos, o primeiro reforça a falsa ideia da libertação humana do trabalho em que este já estaria obsoleto e seria no contexto atual substituído por computadores. As implicações direta dessa “nova era” informatizada traria consigo a “emancipação”/“libertação” dos sujeitos sem a necessidade de trabalhar e ter o seu tempo mais livre, feliz, com maior possibilidade de adquirir novos conhecimentos, lazer, cultura, autoconhecimento, e assim, estaria mergulhado numa vida promissora, desprendido das amarras do labor intenso.

Referente ao segundo e terceiro aspecto, o autor menciona a negatividade do desemprego, mas pensa numa reversão dentro da ordem estabelecida a partir de novas intervenções políticas mediadas pelo uso de novas tecnologias, controlando os sujeitos sociais de forma “invisível”. Portanto, o ideólogo em questão, não direciona as lentes de leitura do real a partir de uma perspectiva macroscópica, histórica e totalizante, deixando de apreender o desemprego enquanto elemento estrutural e estruturante das relações sociais de produção e reprodução do capital em crise permanente.

Além disso, destaca as positivas mudanças proporcionadas por esse controle tecnológico que, por um lado, traria uma melhor otimização do tempo, organização das atividades realizadas no cotidiano da vida, por outro, gestaria um solo fértil para a ampliação dos pequenos grupos hegemônicos dentro da política que passariam a comandar através de recursos tecnológicos e informacionais em rede a sociedade.

Masuda (1982) tece considerações a respeito de uma suposta exaltação do trabalho subjetivo do homem e o aparecimento de novas oportunidades com base nas tecnologias de informação. Essas oportunidades estariam alocadas na esfera educacional fazendo com que o acesso a essa informação fosse acessível para todos, em qualquer hora e lugar independentemente da condição social e econômica superando os seus limites.

A mediação e uso das TICs no âmbito da educação desamarraria o sistema educacional dos espaços formais e restritos da escola, o substituindo por um sistema de redes de conhecimento. É ressaltada uma educação focada na individualidade do sujeito, suas habilidades e competências através do autoensino em que o aluno seria

o responsável pela criatividade, proatividade no processo de aprendizagem superando o que o autor chamou de “repasses de informações de forma mecânica” fazendo referência ao modelo de ensino tradicional (relação de ensino e aprendizagem).

Enlaçada aos princípios neoliberais da “pós-modernidade” enquanto forma de sustentar as transformações societárias, apreendemos que a questão central posta na sociedade do “conhecimento”/“informação” é a incorporação de mecanismos tecnológico-informacionais e que o conhecimento do indivíduo isolado proporcionaria o desenvolvimento econômico, social, cultural e demais processos de avanço para a sociedade. A intensidade da mediação e o uso das TICs na vida social seria responsável pelas mudanças positivas na humanidade segundo essa perspectiva de “nova sociedade”.

A defesa pela “sociedade da informação”/“sociedade do conhecimento” é explicita, inclusive, quando o teórico aposta na civilidade dos indivíduos ao se relacionarem com o progresso tecnológico e informacional. A política nesse tipo de sociedade seria organizada pela democracia participativa, na qual os cidadãos teriam acesso direto para a tomada de decisões através da administração local e de articulações de redes de solidariedade entre os indivíduos, estimulando práticas voluntárias entre eles e não existindo classes sociais – tampouco conflitos.

Adam Schaff (1995) é outro autor que defende a perspectiva da “sociedade da informação” em sua obra intitulada *A sociedade informática*, publicada no ano de 1995. Para o autor, as mudanças ocorridas no mundo da produção e na dimensão da tecnologia e ciência seriam responsáveis pelo espraiamento da Segunda Revolução Industrial. Tais transformações, teria propiciado para o homem em sociedade altas capacidades intelectuais que passaram, de forma gradual a substituir o trabalho manual pelas novas tecnologias informáticas, eliminando a força de trabalho (FT) na esfera produtiva e nos serviços.

Ainda coaduna com os preceitos pós-modernos quando traz para o centro do debate o desaparecimento de todas as classes sociais mediante o surgimento da sociedade da informação, e, com consequência a isso, os donos dos meios de produção também não permaneceriam nessa nova sociedade em que a informação é o seu fundamento.

Para Schaff (1995), a resolutividade para a questão do desemprego estrutural estaria na repartição das vagas reduzidas de trabalhos através da diminuição da

jornada de trabalho na qual deveria existir um diálogo entre os trabalhadores e os empresários, com isso, o Estado entraria como uma mediação fundamental para manter esse equilíbrio entre ambos sujeitos.

Balan, Zambon e Sanches (2015), na obra intitulada Sociedade da informação e do conhecimento, constataram que a essa tendência de relações sociais ancoradas na disseminação do saber, focada no indivíduo e suas capacidades de desenvolvimento seria necessária para a formação de sujeitos com um "novo" perfil de profissional no século XXI. Segundo os autores:

> Neste conceito, a sociedade passa a ter um aspecto de pós-capitalismo, visto que são as tecnologias as peças gestoras de toda a engrenagem geradora de riqueza na sociedade, percebidas assim porque há uma grande mudança nos estilos de vida das pessoas e das sociedades (Balan; Zambon; Sanches, 2015, p. 16).

As transformações tecnológicas direcionam um "novo" alunado com as seguintes características: desenvolver estratégias no espaço de trabalho, grande capacidade de compreensão, "[...] habilidades em captar, analisar e interpretar a situação e a realidade como ela se apresenta, sendo a principal tendência buscada a de um profissional altamente adaptável à tecnologia" (Balan; Zambon; Sanches, 2015, p. 34) de forma rápida, eficiente que torna a vida muito rápida:

> Na sociedade da informação está à disposição um grande número de oportunidades individuais, entretanto, saber distingui-las e aproveitá-las sempre será uma questão muito complexa e controversa, além de ser muito particular, pois toda escolha incorre na condição de assumir os riscos e absorver as sequelas ou consequências. É com ar nostálgico que lembramos que chegamos atrasados à Revolução Industrial, nos resta então tentar não perder o time e embarcar nessa geração da informação e tecnologia (Balan; Zambon; Sanches, 2015, p. 34).

Os autores(as) defendem a abolição da educação tradicional em detrimento do surgimento da era tecnológica e informacional, e a "democratização" derivados desses recursos tenderiam a processos de ensino-aprendizagem completamente distintos do que foi há décadas atrás "[...] o que torna possível imaginar daqui a algum tempo esse processo de ensino se dará sem o auxílio do lápis e papel" (Balan; Zambon; Sanches, 2015, p. 36-37), fazendo com que crianças em contato intenso com as máquinas digitais "[...] culminará numa irrevogável dependência de sua aplicabilidade para resolver questões do dia a dia" (Balan; Zambon; Sanches, 2015, p. 37).

O trabalho docente deverá “evoluir”, transformando as suas metodologias mais atraentes com a implementação das TICs desde o ensino primário (softwares educativos) trazendo mais ludicidade adentrando em uma nova geração educacional. No Ensino Superior também é fundamental novas aplicabilidades digitais via TICs para melhorar e contribuir com o conhecimento científico refletindo em práticas eficazes (Balan; Zambon; Sanches, 2015).

Tais práticas, estimulariam a maior agilidade da socialização das informações, troca de mensagens *on-line*, divulgação dos resultados da pesquisa em tempo veloz, de forma acessível para todos. A Educação à Distância (EaD) é um ponto chave de sustentação dessa ideologia “além de ser bem atrativa do ponto de vista econômico, pois reduz as despesas com infraestrutura e espaço físico” (Balan; Zambon; Sanches, 2015, p. 37).

> É notória a necessidade de desenvolvimento de projetos em governo eletrônico e políticas públicas que resgatem e busquem os interesses da sociedade, uma vez que qualquer sociedade que pretende evoluir e se desenvolver em todos os setores necessita saber fazer uso e projetar-se através das tecnologias (Balan; Zambon; Sanches, 2015, p. 16).

Enquanto mecanismos de difusão ideológica que tentam explicar sob um viés acrítico a sociedade atual, as implicações desses termos apontariam que os tempos contemporâneos superariam a interação, socialização, relação entre os sujeitos sociais e uma possível “igualdade” em relação aos seus valores individuais.

Embora cada autor (a) apresente sua particularidade nesse debate, o que ambos apresentam em comum são os princípios da automatização da vida social, ancorados no protagonismo das TICs e a igualdade para todos. O fato é que os ideólogos da decadência burguesa, retiram intencionalmente a questão central que mobiliza o modo ser capitalista é conflito entre as classes sociais, a produção desgovernada de mercadorias, e, especificamente, no desenvolvimento e acesso do conhecimento utilizado enquanto mecanismo de reprodução das desigualdades estruturais do capital.

Os argumentos acima sintetizados (sem o objetivo de esgotá-los), deram base política e ideológica no contexto dos anos 1990 para os organismos multilaterais, tais como: Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial (BC), Fundo Monetário Internacional (FMI), União Internacional das Telecomunicações, Fóruns da

Comunidade Europeia compostos também por países do G7 e G8 para materializar os princípios da “sociedade do conhecimento” em escala global.

Com base nessa discussão, faremos um esforço de desvelar as contradições postas nos documentos produzidos e difundidos pelo Banco Mundial (2003, 2019): *Construir sociedades de conocimiento: nuevos desafios para la educación terciaria* e o seu mais recente relatório intitulado *A natureza mutável do trabalho*, articulando as disputas ideológicas da classe dominante, a relação com o trabalho, as novas tecnologias de informação e comunicação e educação agudizada com a crise estrutural do capital mais recente.

Afirma o relatório do Banco Mundial (2003, p. 24, minha tradução):

> Os países e as instituições de educação superior que devem beneficiar-se com as novas oportunidades que oferece a economia do conhecimento, da revolução e da comunicação devem tomar a iniciativa de promover inovações e reformas significativas dentro de um marco de políticas coerentes (Banco Mundial, 2003, p. 24, minha tradução)[26].

Segundo tais princípios, no pleno desenvolvimento da “sociedade do conhecimento”, as TICs desempenhariam um papel fundamental juntamente com as instituições educacionais, isto, é, revolucionaria as formas de existência dos sujeitos promovendo benefícios e bem-estar social para todos através de políticas de incentivo mediado por essas tecnologias. O fato é que os meios científicos e tecnológicos não são democratizados para todas as classes sociais. A formação da força de trabalho é utilizada para a manutenção do processo de expansão e acumulação para manter o bem-estar do capital.

> No início do século XXI, o Ensino Superior enfrenta desafios sem precedentes impostos pelos efeitos convergentes da globalização, pela crescente importância do conhecimento como principal motor do crescimento econômico e pela revolução da informação e comunicação. No entanto, os desafios também se traduzem em novas oportunidades. A educação em geral, e o Ensino Superior em particular, exercem hoje uma influência preponderante na construção das sociedades democráticas e das economias do conhecimento. É um fato comprovado que o Ensino Superior é essencial para criar a capacidade intelectual para produzir e utilizar o conhecimento e para promover as práticas de aprendizagem ao longo da vida de que as

[26] No texto fonte: “*Los países y las instituciones de educación terciaria que deseen beneficiarse de las nuevas oportunidades que ofrece la economía del conocimiento y la revolución de la información y la comunicación deben tomar la iniciativa en promover innovaciones y reformas significativas dentro de un marco de políticas coerentes*” (Banco Mundial, 2003, p. 24).

> pessoas necessitam para atualizar os seus conhecimentos e competências (Banco Mundial, 2003, p. 34, minha tradução)[27].

Percebemos que as transformações societárias, econômicas e políticas materializadas no início do século XXI é o solo fértil para a difusão ideológica burguesa com foco na educação tecnológica, vista pela classe hegemônica enquanto estratégia inovadora de promover ações relacionadas para o desenvolvimento de competências dos indivíduos, estimulando a capacidade de desenvolver práticas criativas, produzir conhecimento e se apropriar deste para potencializar e atualizar os empregos num mercado de trabalho cada vez mais competitivo e em mudanças.

O relatório ainda enfatiza que:

> A capacidade de uma sociedade produzir, selecionar, adaptar, comercializar e utilizar conhecimento é crucial para alcançar um crescimento econômico sustentável e melhorar os padrões de vida da população. O conhecimento tornou-se o factor predominante no desenvolvimento econômico (Banco Mundial, 2003, p. 9, minha tradução)[28].

O documento em estudo limita-se nas ações do indivíduo singular, no seu processo de autoconhecimento, como se não existisse sociabilidade com base na troca de saberes coletivos. Se dilui a dimensão social do conhecimento adquirido pelas forças produtivas em seu processo sócio-histórico. O que se leva em consideração para a "sociedade do saber" é o conhecimento com base tecnológica para o desenvolvimento econômico.

Segundo a perspectiva da "sociedade do conhecimento" difundida pelo Banco Mundial (2003, p. 9, minha tradução)[29], "[...] atualmente as inovações tecnológicas na computação e nas telecomunicações estão, mais uma vez, revolucionando a

---

[27] No texto fonte: "*Al iniciarse el siglo XXI, la educación terciaria se enfrenta a retos sin precedentes que imponen los efectos convergentes de la globalización, la importancia cada vez mayor del conocimiento como principal motor de crecimiento económico y la revolución de la información y de la comunicación. Sin embargo, los desafíos se traducen también en nuevas oportunidades. La educación en general, y la educación terciaria en particular, ejercen hoy una influencia preponderante en la construcción de las sociedades democráticas y las economías del conocimiento. Es un hecho comprobado que la educación terciaria es esencial para crear la capacidad intelectual que permite producir y utilizar conocimientos, y para promover las prácticas de aprendizaje permanente que requieren las personas para actualizar sus conocimientos y habilidades*" (Banco Mundial, 2003, p. 34).

[28] No texto fonte: "*La capacidad de una sociedad para producir, seleccionar, adaptar, comercializar y usar el conocimiento es crucial para lograr un crecimiento económico sostenido y mejorar los estándares de vida de la población. El conocimiento se ha convertido en el factor preponderante de desarrollo económico*" (Banco Mundial, 2003, p. 9).

[29] No texto fonte: "*hoy en día, las innovaciones tecnológicas en informática y telecomunicaciones están una vez más revolucionando la capacidad de archivar, transmitir, acceder y utilizar la información*" (Banco Mundial, 2003, p. 9).

capacidade de arquivar, transmitir, acessar e utilizar informação", sustentando a limitada ideia do progresso necessário para uma educação de qualidade, inovadora, com foco no desenvolvimento de habilidades cognitivas deslaçando as contradições, a totalidade social e desigualdades sociais ancoradas na apropriação do capital sobre a tecnologia socialmente construída.

> Para a educação universitária é de fundamental importância contar com tecnologias de informação e comunicação adequadas e que funcionem corretamente, e que tenham o potencial de: I) agilizar e reduzir as tarefas administrativas e, em geral, fazer de modo mais eficaz e eficiente o manejo das instituições e os sistemas educativos; II) ampliar o acesso e melhorar a qualidade da instrução e de ensino em todos os níveis; III) ampliar significativamente o acesso a informação e as bases de dados – que seja entre a mesma sede universitária e a esfera global (Banco Mundial, 2003, p. 18, minha tradução)[30].

Dito isto, as instituições do capital tiveram que aprofundar o seu projeto de dominação retomando a perspectiva de que a tecnologia e o conhecimento são a porta de entrada para a superação das desigualdades sociais, bem-estar e o desenvolvimento econômico.

O segundo relatório do Banco Mundial (2019), publicado no ano de 2019 e intitulado *A natureza mutável do trabalho*", sintetizou o projeto de subsunção do grande capital sobre a classe trabalhadora aliado ao seu processo formativo nos últimos anos na qual as contramedidas orquestradas pela burguesia e seus aparelhos privados de hegemonia vem intensificando via TICs as condições de aligeiramento da formação, incontáveis mecanismos de expropriação, precarização do trabalho e da vida social docente em escala mundial.

A propagação utilizada pela instituição econômica é de que "[...] as máquinas estão chegando para tomar os nossos empregos" (Banco Mundial, 2019, p. 5) como se a tecnologia digital apresentasse "autonomia própria" e não houvesse a intervenção do processo de trabalho humano. Na rota inversa dessa concepção, as máquinas apenas existem porque há materialmente uma relação indivorciável entre trabalho

[30] No texto fonte: "*Para la educación terciaria es de vital importancia contar con tecnologías de la información y la comunicación adecuadas y que funcionen correctamente, ya que tienen el potencial de: i) agilizar y reducir las tareas administrativas y, en general, hacer más eficaz y eficiente el manejo de las instituciones y los sistemas educativos; ii) ampliar el acceso y mejorar la calidad de la instrucción y la enseñanza en todos los niveles; y iii) ampliar significativamente el acceso a la información y las bases de datos ya sea entre la misma sede universitaria o en la esfera global*" (Banco Mundial, 2003, p. 18).

humano, intervenção direta com a natureza e do ponto de vista particular, a capacidade teleológica do ser social (Marx, 1982).

De acordo com os seus escritos, é clara a romantização baseada no discurso de que a tecnologia criaria oportunidades e abriria espaços para novos empregos. Além disso, apela para o investimento em capital humano, nos escritos aparecem claramente os valores de *know-how* tecnológico (saber fazer), o foco em atividades que envolvem habilidades interpessoais de perseverança, colaboração, o incentivo e a empatia.

Na perspectiva desse estudo, a inovação e o progresso tecnológico "[...] criaram mais prosperidade do que destruição" (Banco Mundial, 2019, p. 5), apagando o caráter desigual da tecnologia na dinâmica da vida da classe trabalhadora. A questão central é como o *modus operandi* do capitalismo contemporâneo se apropria do alto grau de desenvolvimento social das forças produtivas, isto é, da ciência e tecnologia para buscar novas formas de valorização e acumulação de valor privadamente. A tecnologia não é um problema. Pelo contrário, a questão fundamental é como esta é utilizada pelo capital, os seus objetivos e finalidades reais.

O documento diz que:

> [...] também é necessário investir em infraestrutura. Os investimentos mais óbvios são no acesso de baixo custo à Internet para as pessoas que permanecem desconectadas nos países em desenvolvimento. Igualmente importantes são mais investimentos em infraestrutura rodoviária, portuária e municipal confiável para que empresas, governos e indivíduos possam explorar todo o potencial das tecnologias. Para que as sociedades se beneficiem do potencial oferecido pela tecnologia, elas precisariam de um novo contrato social centrado em investimentos substanciais em capital humano e na oferta progressiva de proteção social universal. Entretanto, a inclusão social requer espaço fiscal, e muitos países em desenvolvimento carecem das finanças necessárias em razão de bases tributárias inadequadas, setores informais muito grandes e administração ineficiente (Banco Mundial, 2019, p. 12).

Nos parece que a ideia do "novo contrato social" em tempos de trabalho e formação tecnológica difundida pelo Banco Mundial sintetiza a reorganização estrutural da relação entre o Estado e sociedade nas respostas frente aos direitos e políticas sociais. A investida para o "benefício coletivo", de acordo com o BM, seria em capital humano e proteção social geral. Com isso, temos "[...] o desenvolvimento de qualidades (competências) que se enquadrem na lógica do cidadão produtivo" (Negreiros, 2019, p. 171).

O investimento em capital humano, seria justamente na capacidade do formativa da classe trabalhadora em desenvolver habilidades, técnicas, rotinas, competências com as novas tecnologias digitais, criando novos métodos de gestão e produção do trabalho que, contraditoriamente, abre as portas novas formas de apropriação do saber e do tempo de trabalho efetivado socialmente.

Portanto, a partir dessas breves linhas, percebemos que nessa fase do capitalismo flexível mediado pelas TICs, novas formas de acumulação e expropriação da força de trabalho (inclusive, de docentes) vão se adaptando, conformando princípios e valores difundidos pelos representantes da burguesia internacional no sentido de apresentar respostas à crise estrutural.

Newton Duarte (2008) apresenta, em sua obra intitulada *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões? 4 ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação*[31], a pedagogia de aprender a aprender destacando o caráter da limitação ideológica dessa forma de organizar as relações sociais.

No capítulo em questão nomeado “As pedagogias de “Aprender a Aprender” e algumas ilusões da Assim Chamada Sociedade do Conhecimento”, o autor inicia a discussão defendendo que essa proposição compõe a pedagogia das competências alinhada a uma corrente educacional contemporânea. Duarte (2008) vai buscar através dos escritos de Philippe Perrenoud (1999) no seu livro intitulado *Construir a competência desde a escola* as problemáticas nuances que atravessam essa corrente política e ideológica.

Com base nessa perspectiva, “[...] a formação de competências exige uma pequena ‘revolução cultural’ para passar de uma lógica de ensino para uma lógica do treinamento (*coaching*)” (Perrenoud, 1999, p. 54) baseado em desenvolvimento de capacidades complexas do indivíduo. Segundo essa forma de pensar, o aprendizado do sujeito sozinho poderia contribuir para o aumento de sua autonomia, caso contrário, o aprender a partir da transmissão do saber por outra pessoa seria a causa dos obstáculos para chegar a esse estágio de progresso e desenvolvimento promissor na vida em sociedade.

Sob os fundamentos filosófico-dialéticos reiterados por Newton Duarte (2008, p. 14), “[...] a assim chamada sociedade do conhecimento é uma ideologia produzida

[31]O texto foi escrito e publicado pela primeira vez no ano de 2001 na 24ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Pós-Graduação (Anped) e passou a compor o primeiro capítulo dessa produção científica.

pelo capitalismo, é um fenômeno do campo da reprodução ideológica do capitalismo". Para ele, não é possível apreender essa sociedade ilusória sem considerar os conflitos e interesses entre as classes sociais e o Estado em constantes processos societários, ideopolíticos e econômicos.

> E qual seria a função ideológica desempenhada pela crença na assim chamada sociedade do conhecimento? No meu entender, seria justamente a de enfraquecer as críticas radicais ao capitalismo e enfraquecer a luta por uma revolução que leve a superação radical do capitalismo, gerando a crença de que essa luta teria sido superada pela preocupação com outras questões "mais atuais" (Duarte, 2008, p. 14).

Essas questões mais recentes apresentadas pelo autor, seriam os aspectos relacionados ao campo da ética na política e no cotidiano da vida social, pela defesa dos direitos do cidadão, consciência ecológica, em respeito às diferenças sexuais e de gênero, étnico/raciais, dentre outras. Newton Duarte (2008) aponta cinco ilusões que estão presentes na suposta 'sociedade do conhecimento'. São elas: a primeira ilusão, a acessibilidade do conhecimento para todos(as) indivíduos, isto é, estamos numa sociedade que o conhecimento foi facilitado pelos meios de comunicação, informática, tecnologia, internet etc.

A segunda ilusão, discute à capacidade do humano em lidar com a criatividade em situações singulares do cotidiano. Reforçando a ideia de Perrenoud (1999), nos dias de hoje, o importante é mobilizar conhecimentos do que a aprendizagem de novos conhecimentos teóricos. Inclusive, quando já estariam superadas as metanarrativas "[...] estariam superadas as tentativas de elaboração de grandes sínteses teóricas sobre a história, a sociedade e o ser humano" (Duarte, 2008, p. 15).

A terceira ilusão, reforça que o conhecimento não consiste em apreender a realidade pelo pensamento de mulheres e homens, mas consiste em "[...] uma construção subjetiva resultante de processos semióticos intersubjetivos, nos quais ocorre uma negociação de significados" (Duarte, 2008, p. 15) em que a validade do conhecimento são os acordos e contratos culturais estabelecidos, ou seja, o processo de conhecimento é eminentemente uma convenção cultural.

A quarta ilusão, afirma que todos os conhecimentos apresentam o mesmo valor, e, portanto, não existe hierarquia entre eles, seja pela qualidade, poder de explicar as relações sociais, a função social que desempenha na estrutura societária. A quinta e última ilusão para Duarte (2008, p. 15), consiste no apelo através da

consciência dos sujeitos, “[...] seja por meio das palavras, seja por meio de bons exemplos dados por outro indivíduos ou por comunidades, constitui o caminho para a superação dos grandes problemas da humanidade”.

Segundo Newton Duarte (2008), essa quinta ilusão engloba uma outra, quando essas problemáticas societárias são embrionárias de certas mentalidades, ou seja, está presente o idealismo da educação. Essa é uma estratégia da sociabilidade burguesa para difundir a partir dos aparelhos privados de hegemonia, como, por exemplo, a mídia, específicas experiências educacionais que seria responsáveis pela “[...] criação de um futuro melhor pela preparação das novas gerações” (Duarte, 2008, p. 15).

3.5 O PROCESSO FORMATIVO PARA A CLASSE TRABALHADORA E “INOVAÇÃO DISRUPTIVA”: ELEMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E DISPUTAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS NO CONTEXTO DOS ANOS 2000

Conforme discutimos em passagens anteriores do nosso estudo, desde o contexto do fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, estamos vivenciando a crescente reprodução e intensificação da indústria 4.0 não somente nos processos de gestão e controle no mundo do trabalho (substituição do trabalho morto pelo trabalho vivo), retirada de direitos trabalhistas, a informalidade etc., mas, a mediação e uso das TICs, Inteligência Artificial (IA), armazenamento de dados em nuvem, internet, tornando mais dinâmica a vida na sociedade.

Assim, precisamos discutir a crescente tendência a partir dos anos 2000 do capital deslegitimar o espaço institucional de educação presencial, pública, gratuita, diversa e socialmente referenciada enquanto lócus necessário para a formação crítica da classe trabalhadora e como essa ofensiva burguesa vem exponencialmente afetando as formas de pensar dos sujeitos.

É no contexto dos anos 2000 que o projeto de mercantilização do Ensino Superior em seu movimento mais geral e internacional ganhou força. Fora emblemática a aprovação do protocolo de Bolonha com base na Declaração da Sorbonne em Paris na França e contou com o apoio de países como França, Alemanha, Itália e Reino Unido para a sua escrita. Esse documento consistiu em um direcionamento político e ideológico para propagar as “novas” diretrizes para o Ensino Superior na Europa.

Esses países realizam conferências duas vezes no ano para discutir, avaliar “reformas necessárias” e aprovar por meio de cartas/declarações. No ano de 2009, outros 20 países foram convidados para contribuir com o Fórum Político de Bolonha, na qual o Brasil também fez parte. Posteriormente, no ano de 2010, as discussões foram avançando e participaram 47 países do Segundo Fórum Político de Bolonha e lançaram o Espaço Europeu de Ensino Superior.

O objetivo maior desse último fórum foi alavancar a economia, tornando-a mais competitiva até 2010 forjando os preceitos advindos da mundialização do capital, e, consequentemente, a internacionalização da educação como um serviço. Os princípios fundamentais eram: legibilidade e comparabilidade dos diferentes níveis acadêmicos. Graduação e pós-graduação eram realizadas em três ciclos de formação: três anos para a licenciatura/bacharelado, dois anos para o mestrado e três para o doutorado.

Houve a capacidade de promover a mobilidade dos estudantes, professores e pesquisadores (intercâmbios), articulação europeia visando garantir a “excelência e qualidade” na formação e pesquisa, fundação de sistemas de avaliação comuns para ambos os níveis. A proposta da educação internacionalizada teve como base a consolidar a pesquisa entre docentes e discentes, expandir as discussões interdisciplinares e avolumar o conhecimento para além das fronteiras europeias.

Os valores articulados e pensados a partir do Protocolo de Bolonha foi uma orientação bastante intencional: consolidou e modificou estruturalmente a dinâmica formativa e reprodutiva do Ensino Superior atendendo demandas do neoliberalismo para ser validado em toda a União Europeia (UE) que incorporou aos seus valores o direcionamento político e econômico dos Organismos Multilaterais (FMI, BC, Unesco, OMC). Ocorreu uma reestruturação no sistema de créditos, cujo, norte é o aligeiramento, competitividade estimulando uma formação de discentes com foco na demanda do mercado com currículos curtos e flexíveis.

Segundo Blanch (2010), essa tendência de ensino flexível tem refletido num perfil profissional padronizado, cuja formação é direcionada para tender as necessidades do mercado de trabalho no movimento da crise do capital. Tal concepção, se alinha numa formação rasa, sem apreensão densa da realidade social, focada na aprendizagem por habilidades e competências sob o crivo do discurso de “modernização” e avanço. Para isso, seria necessária a superação da “antiga e

ultrapassada” universidade abrindo espaço para uma universidade a serviço global, que fortaleceria a sociedade, apoiada pelo empresariado, mercado e produção.

> E a face política-cultural cria e consolida a cultura de uma nova concepção de universidade, de um novo “modelo” de organização, de estrutura, de planos de ensino, pesquisa e avaliação: essa cultura sustenta que uma boa universidade deve ser barata (menos anos, menos custos), rápida (cria uma espécie de *fast* universidade, e defende que se faz o mesmo em menos anos), padronizada (mesmo formato em diferentes realidades), deve ter financiamento autossustentável (graduação barata, curta e rápida, mestrados curtos e pagos para uma elite, doutorados curtos para docência e/ou pesquisa acadêmica e para demandas do mercado); mercantilmente adaptada às exigências de expansão e acumulação do capital, sobretudo, em contexto de crise do capital (Boschetti, 2015, p. 644-645).

Diante desse lastro histórico mais recente, o capital vem intencionalmente difundindo o discurso de os processos e avanço da ciência e tecnologia serão democratizados para todos (“sociedade da informação”), inclusive, utilizado para combater as desigualdades sociais existentes.

É nesse contexto que emerge o termo “inovação disruptiva”. Teremos como base de análise o documento intitulado *Ensino híbrido: uma inovação disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos*, de Clayton M. Christensen (2013), por meio do qual o autor constrói elementos de reflexão e reprodução da inovação nos processos formativos em todos os níveis. Segundo o autor, a inovação teria duas grandes divisões: a primeira, “inovação sustentada” e a segunda, “inovação disruptiva”.

A *inovação sustentada* “[...] ajuda organizações líderes ou inovadoras a criarem melhores produtos ou serviços que frequentemente podem ser vendidos com maiores lucros a seus melhores clientes” (Christensen, 2013, p. 2), servindo aos históricos consumidores de acordo com as regras que o mercado definiu.

O foco desse tipo de inovação é atender prioritariamente as necessidades do mercado, sendo “[...] vitais para um setor saudável e robusto, na medida em que as organizações se esforçam para fazer melhores produtos e oferecer melhores serviços para seus melhores clientes” (Christensen, 2013, p. 2).

A segunda é a “inovação disruptiva”:

> As inovações disruptivas, por sua vez, não procuram trazer produtos melhores para clientes existentes em mercados estabelecidos. Em vez disso, elas oferecem uma nova definição do que é bom — assumindo normalmente a forma de produtos mais simples, mais convenientes e mais baratos que atraem clientes novos ou menos exigentes. Com o tempo, elas se

> aperfeiçoam o suficiente para que possam atender às necessidades de clientes mais exigentes, transformando um setor (Christensen, 2013, p. 2).

A expressão “inovação disruptiva”, refere-se a um processo de mudanças profundas, a tal ponto que busca abolir de uma determinada empresa/negócio/serviço as formas de atender necessidades humanas e sociais. Isto, é, consiste ao nosso entendimento numa quebra substancial de um antigo paradigma de mercado, criado uma nova forma de operar/regular/controlar, as relações sociais e econômicas totalmente diferente da anterior.

Podemos pensar, por exemplo, a partir desse termo, a forma com que até há alguns anos atrás solicitávamos um taxi (via telefone móvel, pontos de taxis próximos a praças, fila dos taxis respeitando a ordem de chegada dos passageiros, lugares em grande movimento de pessoas, contato direto com o motorista para realizar uma viagem, pagamento em dinheiro efetivo, o uso do antigo taxímetro na qual o valor total da viagem só era concluído no fim da corrida e acionado pelo motorista etc.).

Em tempos de “inovação disruptiva” essa tradicional estratégia para atender uma determinada necessidade social (pegar um taxi) é modificada através de plataformas digitais e aplicativos que realizam com base em algoritmos, IA, a chamada do motorista, na qual é calculado o valor final da corrida, a rota mais próxima antes de aceitar a viagem em questão de segundos, as formas de pagamento direito na plataforma (cartão de crédito e débito, transferência via pix, e pontos acumulados no *app)*, avaliação da corrida e do motorista, o tempo de duração da viagem etc.).

Morozov (2018) aponta que a *inovação disruptiva* é uma nomenclatura bastante vangloriada pela elite digital, cujo norte ganha materialidade social nos lucros da empresas e serviços mediado pelas TICs e sistemas de manipulação e controle delas oriundas. Além disso, aparece a teoria dos híbridos e no campo da indústria é cotidianamente estimulada. O híbrido “[...] é uma combinação da nova tecnologia disruptiva com a antiga tecnologia, e representa uma inovação sustentada em relação à tecnologia anterior” (Christensen, 2013, p. 2).

Na esteira dessa relação entre produção e reprodução da vida social, no âmbito formativo, tem-se o ensino híbrido enquanto expressão singular dessa “inovação”. Nos parece que o terreno de disputas políticas e ideológicas se localiza, o ponto de partida para apreendermos a relação entre neoliberalismo, inovação disruptiva e educação. A tríade em questão sintetiza o ataque direto da elite digital, nos termos de Morozov (2018), para deslegitimar o ensino presencial, público, gratuito, de qualidade,

socialmente referenciado, fruto das lutas travadas pela classe trabalhadora, visto pela burguesia como algo antigo, obsoleto, e ultrapassado, portanto, necessária mudanças em sua estrutura.

A ofensiva em processo, abre espaço sem pedir licenças para mercantilização dos processos de formação da classe trabalhadora por parte dos grupos monopolistas na atualidade na qual a política de educação transita da esfera do direito (dever do Estado), para a esfera dos serviços.

> Em muitas escolas, o ensino híbrido está emergindo como uma inovação sustentada em relação à sala de aula tradicional. Esta forma híbrida é uma tentativa de oferecer "o melhor de dois mundos" — isto é, as vantagens da educação online combinadas com todos os benefícios da sala de aula tradicional. Por outro lado, outros modelos de ensino híbrido parecem ser *disruptivos* em relação às salas de aula tradicionais (Christensen, 2013, p. 3).

A transição do método de ensino tradicional (através da sala de aula em que se predomina a relação de troca de saberes entre discente e docente, amplia a capacidade reflexiva e crítica tendo enquanto resultados futuros cidadãos comprometidos com a cidadania, a defesa de uma sociedade mais justa e igualitária) passaria a ser substituída por "vantagens *on-line*" em modelos de ensino Flex, A La Carte[32], enriquecido de rotação individual que consolidaria uma "disruptura" com o ensino tradicional.

Inclusive, esses valores partem do princípio de que o indivíduo seria a fórmula em potencial para conseguir os seus próprios avanços, investindo em capacidades, competências e habilidades com o ambiente virtual de aprendizagem. Como, por, exemplo, o modelo "auto-híbrido" consistindo na decisão do próprio estudante sobre a participação em cursos no formato virtual para complementar a modalidade do ensino tradicional presencial.

A implementação do ensino híbrido tem uma articulação substantiva com as transformações no campo fabril. No momento em que as primeiras formas de implementação de tal modalidade de ensino estiverem ultrapassadas, estaremos de fato sob uma "inovação disruptiva" mais intensa, revolucionando a primeira experiência do ensino híbrido. No âmbito da escola, universidades e demais

[32] Modalidade de ensino que está no campo da inovação disruptiva. Segundo Christensen (2013), consiste num programa na qual os discentes podem participar de um ou mais cursos à distância com a interação de um professor *on-line* podendo tanto participarem das aulas convencionais como em qualquer parte do mundo seja no formato presencial ou remoto.

instituições de ensino tradicional (composta por salas de aula, quadra de esportes, biblioteca etc.) seria superada pela modalidade “disruptiva” de ensino sob a mediação e uso da internet e espaços virtuais de aprendizagem.

Segundo Christensen (2013), a materialização para tais mudanças, requer longo prazo. Nos países de capitalismo central, como, por exemplo, os Estados Unidos da América, “[...] prevemos que escolas híbridas, que combinam escola existentes como novos modelos de sala de aula serão o modelo de educação dominante” (Christensen, 2013, p. 4).

No Ensino Fundamental, os modelos disruptivos conectado à internet, celular móvel, computadores e demais equipamentos no âmbito das TICs substituiriam as salas de aula e os seu métodos tradicionais chegando ao que o autor denomina de “motores de mudanças” no longo prazo, não só para os alunos, mas para os professores e gestores.

Os professores deixariam de lado os quadros da sala de aula para focar no aluno tanto nas instituições privadas, e, principalmente, nas escolas públicas em que os gestores apresentam determinada autonomia sobre a elaboração, aplicabilidade dos processos formativos, e, o principal, seu orçamento. Para isso, se faria necessária a participação de fornecedores de equipamentos tecnológicos, formuladores de políticas públicas, setores da filantropia, empresários e empreendedores para legitimar e impulsionar a “inovação disruptiva” para o “bem” da sociedade. As estratégias seriam articuladas a partir de cincos passos principais:

1 Organizar um equipe autônoma na escola em relação a todos os processos inerentes ao modelo tradicional de ensino;
2 Focar primeiramente em recursos disruptivos, dentre eles, o ensino híbrido em áreas que não tenha, consumo;
3 No momento em que se estiver preparada para o crescimento em áreas de não consumo, buscar por estudantes que tenham menores exigências de competências;
4 Se comprometer com o projeto de “inovação” constantemente até o resultado final; e
5 Introduzir políticas voltadas ao incentivo da cultura de inovação (Christensen, 2013).

Caso o projeto de inovação seguisse tais elementos teriam novos benefícios, tais, como: individualização do sujeito, acesso universal e equitativo a educação e produtividade. Ao longo prazo conseguiríamos superar os métodos mais antigos e entraríamos em um era “poderosa”, com novas proposta de valores de desempenho para a sociedade em geral (Christensen, 2013). A *disrupting class*[33] faria parte da primeira proposta exemplar de uma “inovação disruptiva” partindo daqueles setores que não consomem em boa quantidade a tecnologia, sendo a melhor alternativa para a adaptação desse “novo” cotidiano formativo na vida dos estudantes, professores e as famílias em geral (Christensen, 2013).

Essa modalidade educacional, inclui cursos avançados, especializações em áreas especificas do saber, ampliando-se para as instituições educacionais de pequeno porte e localizadas em zona urbana e rural que até então não teriam aderido ao modelo, recuperação de crédito, estudantes desistentes da formação que se afastaram do Ensino Médio ou que tiveram acesso à educação em casa.

A segunda proposta está na necessidade de uma potente participação do mercado de inovação buscando substituir a forma anterior de ensino, ou seja, fazer com que sistemas algoritmos medeiem a formação da classe trabalhadora em detrimento do ensino tradicional/presencial. Um terceiro aspecto, refere-se na aceitação das ações disruptivas por parte daquela parcela da sociedade que antes não tinha acesso as TICs, transformando-as na atual fase de mudança como consumidores.

Em síntese, não é novidade que no capitalismo todas as formas de existência convertem-sem em mercadorias, inclusive, a educação. Através da “inovação disruptiva”, com o apelo das TICs nos processos de ensino e aprendizagem a política educacional aparece na realidade singular enquanto potencial mecanismo de dominação na contemporaneidade. Assim, impõe-se por parte do capital novas formas de contratação, processos e intensidade da exploração do trabalho docente que tende cotidianamente vivenciar desafios no contexto de virtualização da vida social[34].

---

[33] Termo utilizado para sintetizar o modelo de educação mediado pelas plataformas digitais por meio do qual é direcionado ao público que não tem acesso direito a esses recursos tecnológicos (Christensen, 2013).

[34] O uso intensificado de plataformas e aplicativos digitais que extrapolam o campo da produção capitalista e se espraiam para todas as dimensões da vida humana, criando e reproduzindo comportamentos, formas de ser e estilos de vida que conforma a estrutura as relações sociais capitalistas desde o início dos anos 2000 a saber: o imediato, a aceleração da dinâmica econômica, a cultura da “popularização” das TICs dentre outros.

4 O TRABALHO HOME OFFICE DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

O objetivo deste capítulo é contribuir no debate sobre o trabalho *home office* dos professores universitários no ensino público que estavam trabalhando presencialmente, e, que no contexto pandêmico de isolamento social em 2020, passaram a (re)organizar os seus processos de trabalho e a dinâmica da vida social. Com base nesse delineamento, tentaremos a partir de aproximações sucessivas nos estudos e fontes de pesquisas secundárias, refletir e aprofundar questões que foram discutidas no desenvolvimento dessa dissertação para demostrar de que forma o capital se apropriou das TICs para intensificar o trabalho *home office* dos professores em estudo.

4.1 HOME OFFICE: CONCEITUAÇÕES E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO

O termo *home office*, originário da língua inglesa, significa *trabalho em casa*, *escritório em casa* e/ou *trabalho em domicílio* (Pratt, 1984). Assim, o trabalho domiciliar não é recente. O espaço do lar sempre fez parte do processo de constituição histórica do trabalho humano. Sua gênese estava ligada às atividades de cuidado e reprodução social ainda no modo de produção primitivo, especificamente, na figura da mulher com as tarefas de cuidados, para a manutenção do sistema patriarcal.

Com a emergência e consolidação das relações sociais capitalistas entre os séculos XVI e XVII, o âmbito da casa, torna-se, espaço de apropriação do capital na medida em que o trabalho se torna assalariado e alheio ao trabalhador. Marido, filhos, esposa (toda a família) trabalhavam juntamente em casa utilizando máquinas rudimentares para a produção de algodão, tecidos, rendas, calçados, cordas, pregos, correntes de ferro etc., Nesse contexto histórico, o trabalho domiciliar tinha como base o artesanato urbano realizado no âmbito da casa, cujo objetivo era a manutenção da subsistência de toda a família do trabalhador (tecelãs, jovens aprendizes) (Marx, 1989).

Resultado do avanço social das forças produtivas, as desigualdades entre os sexos se aprofundam com mais força no cotidiano social das mulheres através dos afazeres da casa, educação dos filhos, demais atividades domésticas e a negação

delas no lugar público, externo a esfera da casa. Além disso, o espaço domiciliar, reestruturou-se, tornando-se *lócus* de dominação do capital na medida em que ele se apropria não apenas da força humana de trabalho no domicílio, mas, passa a interferir em todas as relações pessoais da classe trabalhadora (Marx, 1989).

Com isso, a esfera do trabalho no espaço doméstico adaptou-se aos ditames de sofisticação do capitalismo contemporâneo com base no trabalho cada vez mais flexível, fragmentado, instável e, portanto, materializado fora das clássicas fábricas, indústrias, minas de carvão onde passou a adentrar sem bater na porta e nem pedir licença para ter acesso ao espaço privado da classe trabalhadora. Nessa processualidade histórica, o trabalho *home office* aparece na singularidade do cotidiano social enquanto a versão moderna do trabalho domiciliar/em casa nos dias de hoje.

O *home office* surgiu em 1970 nos Estados Unidos da América no contexto marcado pelo regime de acumulação flexível neoliberal e a mundialização do capital. Ainda nesse momento histórico, há o conhecimento de que atividades mediadas pelo formato remoto em domicílio eram realizadas em plataformas móveis/escritórios satélites, cujo objetivo era reduzir ao máximo os custos da produção e proporcionar "conforto" para o trabalhador (Pratt, 1984).

Nos anos 1990, a intensificação do receituário neoliberal, o incentivo ao capital humano, flexibilização da produção, terceirização, descentralização da economia, produção e serviços, fez com que as empresas adaptassem o desenvolvimento de tarefas e suas estratégias de acumulação. Com isso, o avanço das telecomunicações, o celular, a criação do computador e da internet possibilitou que parcela de pessoas pudessem trabalhar desde forma remota em suas casas ou até mesmo no local de trabalho (cafés, pizzarias, empresas de negócios, imobiliárias, concessionárias, dentre outros locais) (Pratt, 1984).

Do ponto de vista internacional, alguns pesquisadores da temática utilizam *home office* e teletrabalho como sinônimos (Baruch, 2001). Segundo Di Martino e Wirth (1990), o conceito de teletrabalho está imbricado ao conjunto de atividades profissionais realizadas fora dos espaços da empresa, ou seja, sem o contato direito com os demais trabalhadores presencialmente, mas, com a possibilidade de comunicação através de recursos tecnológicos de qualquer natureza (*e-mails*, telefone móvel, computador, notebook, tablet etc.). Esse tipo de trabalho pode ser realizado de forma *on-line* ou *off-line* com o uso direto de computadores.

Outros utilizam as seguintes nomenclaturas *work from home (*trabalho a partir de casa)*, telework* (teletrabalho), *home-office* (trabalho em domicílio) e consideram que a utilização desses termos num determinado contexto ou de forma permanente é um equívoco, especialmente, por entende-lo somente como uma descrição de situações do trabalho que tenha vínculo formal (Huws; Korte; Robinson, 1990).

Pratt (1984) diferencia os termos *telecommuting* (telecomutação), 'teletrabalho' e *flexiplace* (local flexível) relacionado ao local onde o trabalho é desenvolvido e ao uso de instrumentos e ferramentas computacionais para a sua realização. Com isso, Pratt (1984) considera que o termo *teletrabalho* e *local-flexível* não exige um espaço formal (escritório, sala de reunião). Já o *local-flexível* não se tem o uso de mecanismos tecnológicos e o termo *telecomutação* se utiliza da tecnologia, cujo, objetivo é substituir literalmente o espaço de trabalho formal da empresa para reduzir os custos de produção.

Numa concepção mais ampla, o teletrabalho pode ser conceituado quando os trabalhadores realizam de forma geral ou parcial suas atividades dentro de um ambiente físico apartado do local originário de seu trabalho a partir de recursos tecnológicos (Baruch, 2001; Konradt; Schmook; Malecke, 2000). Já o trabalho *home office*, caracteriza-se pela presença do trabalhador em um espaço, sem tamanho específico direcionado somente para atividades profissionais, cuja, localização é a residência do trabalhador na qual o uso das TICs é facultativo (Ellison, 1999; Lim; Teo, 2000).

Na perspectiva de Mendonça (2010), a expressão *home office* é de uso exclusivo do local residencial, mesmo sendo compartilhado com outras pessoas. O autor também menciona que as atividades realizadas nessa modalidade laboral podem apresentar horários acordados antecipadamente ou haver flexibilidade. O *home office* tem um caráter estritamente profissional, seja por parte de empresários, autônomos, pessoas ligadas a alguma organização ou empresa privada, como, por exemplo, pessoas que prestam serviços. Nessa direção, trabalhar em *home office* caracteriza-se desempenhar atividades/tarefas no mesmo lugar que habita (Mendonça, 2010).

Segundo Rasmussen e Corbett (2008) e Ward e Shabba (2001), as expressões *trabalhar em home office* ou *realizar serviços via teletrabalho* são vistas como novos ganhos dos avanços tecnológicos, sinônimo de progresso, desenvolvimento, e, ao

mesmo tempo, vem influenciando a perda de empregos no mercado de trabalho global.

Jaakson e Kallaste (2010) sinalizam que existe uma reponsabilidade de ambas as partes na atividade *de home office*. Seja pelo empregador e pelo contratado na medida em que realizam o acordo de trabalho formal ou informal. Ancorando-se na perspectiva da acumulação flexível, da empresa enxuta, a redução de custos (economia realizada) com o *home office* é uma estratégia que deve ser utilizada pelas empresas como mecanismo de investimento, e, assim facilitar a adaptação do trabalhador nessa modalidade de trabalho com menos influência da família, criando e adequando melhores condições laborais (NG, 2010).

Já Pyöriä (2011) interpreta tais mudanças de outra forma. Diz que a expansão do modelo de trabalho *home office* tem se dado de forma mais lenta do que o estimado pela sociedade. A causa para essa “lentidão” seria a ausência de uma cultura empresarial com base no gerenciamento e controle do trabalho à distância. Rasmussen e Corbett (2008) reiteram que a ausência de direitos direcionados aos trabalhadores em home office e a adaptação informal desse modelo podem contribuir para imagem negativa e passar a ser vista como um trabalho que desqualifica a sua profissionalidade.

Rasmussen e Corbett (2008) alertam para o caso de má implementação do *home office* no novo ambiente de trabalho, falta de planejamento das atividades propostas, a questão do isolamento no âmbito privado, e, até, mesmo, o afastamento total da empresa, que pode tornar os trabalhadores mais inseguros e trazer prejuízos para a gestão, planejamento e o andamento da organização.

Enquanto Rasmussen e Corbett (2008) refletiram sobre as condições objetivas da empresa, Ward e Shabba (2011) separaram os fatores de implementação do *home office* a partir de dois aspectos principais: o social e psicológico. O aspecto social está atrelado na construção de vínculos que são construídos pelo cotidiano da empresa, das relações que se firmam entre empregador e colaborador. O aspecto psicológico, diz respeito às percepções individuais dos colaboradores inseridos num determinado espaço de trabalho. Caso não exista tais fatores, a implantação do trabalho *home office* passaria por uma situação de medo e desconforto em relação aos colaboradores.

De acordo com um estudo realizado no formato *on-line* pela Rauters[35], com o objetivo de verificar a difusão do trabalho *home office* no mundo, foram pesquisados 24 países, dentre eles: Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, China, França, México, Polônia, Espanha, Suécia, dentre outros. Com a amostra totalizando 11. 383 sujeitos, constatou-se que cerca de 1 em cada 5 trabalhadores(as) em todo o mundo de alguma forma costumava trabalhar com frequência em casa na qual 10% dos indivíduos entrevistados trabalhava, em home office todos os dias (Reaney, 2012).

A pesquisa em questão, também conseguiu apontar que os trabalhadores que mais utilizavam essa modalidade de trabalho estavam localizados no Oriente Médio, América Latina e Ásia, especificamente, em países como Índia, Indonésia, México e Argentina com mais de 30%. Os países que apareceram com menos aderência ao trabalho home office foram Canadá, Hungria, Suécia, França, Itália com menos de 10%. Além disso, 34% (que trabalhavam em home office) destacaram que gostariam de permanecer nessa modalidade laboral, 53% afirmaram que trabalhar nesse formato aumentaria os conflitos familiares e 21% dos entrevistados apontaram que não realizava o trabalho home office, porque, os processos de trabalho exigiam o local físico tradicional (a empresa) (Reaney, 2012).

Segundo Haubrich e Froehlich (2020), o *home office* apresenta situações de vantagens e desvantagens para o profissional e para empresa. No tocante ao profissional as vantagens seriam: menor tempo e exposição gastos com o trânsito urbano, saúde e menos estresse, maior engajamento e produtividade, segurança, qualidade de vida no contexto familiar, flexibilidade e liberdade na realização do trabalho, redução de custos com a alimentação, vestuário, locomoção.

As desvantagens para o profissional segundo esses autores, são: distração com a família e animais, isolamento, vício em trabalho, aumento das atividades laborais, perda do vínculo de trabalho com a empresa, redução significativa de oportunidade para fazer carreira, falta de suporte técnico no trabalho, problemas de infraestrutura tecnológica e de controle (Haubrich; Froehlich, 2020).

Para a empresa, as vantagens consistem em: segurança do empregado, redução de acidentes de trabalho, benefícios ambientais, redução de custos com instalações físicas, transporte público, maior oportunidade para pessoas com deficiências físicas. As desvantagens: isolamento do funcionário, barreiras para o

[35] Thomson Rauters é uma Empresa multinacional de meios de comunicação e informação de origem canadense fundada em 2008.

crescimento pessoal e na carreira, menor credibilidade, vulnerabilidade de dados e recursos, maior diversidade de modalidade de contratos, difícil sucessão em caso de necessidade de transição de funcionários, dentre outras (Haubrich; Froehlich, 2020). Além disso, defendem a implementação do *home office* nos espaços de trabalho a partir de dez elementos centrais:

> 1) Iniciar por questões relacionadas com a flexibilidade; 2) Escolher tempo flexível e centros de trabalho remoto; 3) Estabelecer metas de curto e longo prazo; 4) Escolher um colaborador do grupo para orientar; 5) Definir um orçamento; 6) Estabelecer políticas do trabalho; 7) Gerenciar e motivar os colaboradores; 8) Capacitar gestores e empregados; 9) Solucionar os problemas; 10) Avaliar resultados (Haubrich; Froehlich, 2020, p. 173).

De acordo com esses princípios elencados pelos pesquisadores, passamos a refletir sobre a construção e difusão de uma ampla cultura de trabalho que tem como base o regime de acumulação flexível para a sua implementação e adaptação dos trabalhadores aos interesses das empresas focando nas competências, eficiência, produtividade, elaboração de metas (prioridade de tarefas a serem desenvolvidas), gestão e controle sobre o processos e tempo de trabalho etc. A questão central é normalizar a exploração da força de trabalho sob o espaço doméstico para atender o capital.

Embora as discordâncias sejam existentes entre os autores é importante destacar que o *home office* e teletrabalho não se tratam da mesma coisa. Vejamos: o *home office* é uma modalidade de trabalho particular que está presente na categoria mais geral do teletrabalho. O teletrabalho é quando as suas atividades laborativas são realizadas a partir de qualquer espaço físico que esteja conectado à rede de internet/TICs e não obrigatoriamente na casa do trabalhador (Ebert, 2019). Em tese, trabalhar em *home office*:

> Deve a empresa que submete seu pessoal ao sistema de *home office* não apenas arcar com os custos dos equipamentos e dos insumos necessários ao desempenho do serviço, como também adquirir os materiais (por, exemplo: computadores, telefones, mobiliário etc.) aptos a assegurar a integridade psicofísica dos trabalhadores (Ebert, 2019, p. 166).

O *home office* é realizado, especificamente, no domicílio do trabalhador, podendo haver ou não, atividades presenciais na empresa/instituição com a mediação e o uso das TICs (Rafalsky; Andrade, 2015). Em 1997, houve discussões para pensar o trabalho *home office* no Seminário *Home office/telecommuting: perspectivas de*

negócios e de trabalho para o terceiro milênio[36]. Fruto dos debates travados nesse seminário, em 1999 fora criada a Sobratt, existente até os dias atuais. A organização tem por objetivo "[...] disseminar e difundir os benefícios do Teletrabalho para organizações públicas e privadas, pessoas e para a própria comunidade, enfim para a sociedade em geral" (Sobratt, 2020, p. 4).

No Brasil, na segunda metade dos anos 2000, o conceito do *home office* foi passando por alterações jurídicas a partir da Lei nº 12.551, de 12 de dezembro de 2011 (Brasil, 2011). Em seu processo escrito, a lei não apresentava, ainda, uma distinção precisa entre o trabalho exercido dentro de uma empresa e o teletrabalho (à distância). Aponta a referida norma:

> Art. 1 -Não se restringe entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego. Parágrafo único: Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e direitos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio (Brasil, 2011, art. 1).

Em 2016, o conceito utilizado pela empresa era:

> O teletrabalho é a modalidade de trabalho, que utilizando as tecnologias de informação e comunicação (TICs), pode ser realizada à distância, fora do âmbito onde se encontra o contratante, de maneira total ou parcial, podendo realizar-se em relação de dependência (empregado) ou de maneira autônoma (*freelance*), executando atividades que podem ser desenvolvidas pelos equipamentos móveis, tais como, computadores, smartphones, tablets etc. (Sobratt, 2016, s. p.).

Com a Reforma Trabalhista gestada no contexto do governo golpista de Michel Temer, marcado por diversos cortes nas políticas sociais (saúde, educação, assistência social, previdência social) e demais direitos socialmente conquistados pela classe trabalhadora visando, atender, prioritariamente, os interesses do capital financeiro internacional a lei de n. 13. 467 de julho de 2017, passou a utilizar e definir o termo teletrabalho (modalidade do *home office*) com mais precisão, tendo seu reconhecimento com base nos artigos 75-A e 75-E.

> Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de

[36] O Seminário foi realizado em São Paulo com a iniciativa de pesquisadores e empresários da área tecnológica (Sobratt, 2020).

> informação e comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo (Brasil, 2017, art. 75).

É importante considerar nessa discussão que os serviços prestados com base na modalidade de teletrabalho deverão constar de forma clara no contrato individual de trabalho. O empregador de forma específica elencará as atividades realizadas pelo empregado, além da reponsabilidade do primeiro na estrutura física e equipamentos tecnológicos, reembolso ao trabalhador em caso de despesas ocorridas na realização dos serviços etc. Com a promulgação dessa lei, os aspectos referentes ao trabalho em *home office* estão em tese legalmente cobertos (Brasil, 2017).

No campo do Direito do Trabalho, Duarte (2005) defende que trabalhar em casa subordinado a um empregador exige um respaldo jurídico por parte desse ou por uma empresa, e, portanto, requer sua regulamentação em Regime de Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT). O trabalhador subordinado ao regime *home office* responde ao seu empregador/empresa como estivesse trabalhando fisicamente em suas dependências, sem limitação legal no que tange ao trabalho formal, seja em relação ao salário mensal, gratificações e benefícios, 13 salário, dentre outros direitos balizados na CLT.

Nos últimos três anos, segundo a cartilha intitulada *Orientação para implantação e prática do teletrabalho e home office: o trabalho do futuro chegou para ficar*, a Sobratt (2020) detalhou de forma mais precisa a definição sobre o trabalho *home office*:

> Home Office, uma das modalidades do Teletrabalho, é todo e qualquer trabalho intelectual, realizado em casa, com a utilização de tecnologias (computadores, tablets ou smartphones, usando internet, banda larga, telefonia fixa e/ou móvel) que permitam receber e transmitir informações, arquivos de texto, imagem ou som relacionados à atividade laboral (Sobratt, 2020, p. 7).

Percebemos, então, que a cartilha define o termo *home office* a partir da mediação e uso das TICs e, além disso, reafirma o seu reconhecimento jurídico pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal de Contas da União (TCU), Receita Federal (RF), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (Sobratt, 2020). A empresa ainda aponta que a implantação dessa modalidade de trabalho em território nacional deveria:

> 1) Definir os objetivos a serem alcançados com o Teletrabalho; 2) Estabelecer o Grupo de Implantação; 3) Realizar os diagnósticos ligados à Tecnologia da Informação, aspectos jurídicos trabalhistas e aos macroprocessos envolvidos; 4) Estabelecer a política de Teletrabalho – regras a serem observadas; 5) definir os critérios de elegibilidade; 6) Avaliar os cargos com atividades passíveis de serem remotamente realizadas, dentro de critérios de elegibilidade estabelecidos; 7) Realizar os diagnósticos das questões ligadas à Ergonomia e ambiente físico, inclusive, na casa do colaborador, se for o caso; 8) Realizar os *workshops*/*webnars* de sensibilização e capacitação de gestores e teletrabalhadores; 9) Implantar o Plano de monitoramento e Avaliação (Sobratt, 2020, p. 12).

Há um discurso por parte dessa organização de que esse tipo de trabalho teria como foco uma melhor qualidade de vida para os(as) trabalhadores(as), devido a redução do estresse nos espaços da empresa e o tempo gasto com o transporte público, disponibilizaria tempo para descansar, repousar, estar com a família, atividade física, estudar, buscar aperfeiçoamento e qualificação na sua carreira profissional, reduziria despesas com mobilidade para o trabalho (automóvel, motocicletas, transporte urbano coletivo) e com vestimenta (Sobratt, 2020).

Para a sociedade se constrói a ideia de que o *home office* traria benefícios para a mobilidade urbana (diminuindo a quantidade de veículos nas estradas e engarrafamentos), gasto com combustível (gasolina, álcool, etanol), reduziria a poluição ambiental e, consequentemente, o Estado gastaria menos com a saúde pública, índice de ruídos e o consumo demasiado de energia (Sobratt, 2020).

Diante das sucessivas aproximações que realizamos sobre o tema, percebemos em sua grande maioria que a linha de pensamento para tratar o conceito sobre o trabalho *home office* é tendencialmente marcada pela perspectiva limitada aos benefícios e vantagens, sem levar em consideração as condições estruturais, do contexto da luta de classes, contradições e a exploração da força de trabalho, ou seja, a dinâmica particular do capital que (re)produz formas de ser e existir descontextualizadas do real.

Através de uma lente histórico-crítico buscamos contribuir sobre o conceito do *home office*. Em síntese, nos parece que o *home office* (trabalho em domicílio) é uma modalidade de teletrabalho estritamente no espaço da casa de um ou mais trabalhadores que vende a sua força de trabalho em troca de um salário podendo ou não ter as jornadas de trabalho previamente definidas seja com vínculo empregatício formal regulamentado pela CLT ou não.

Além disso, os seus processos de trabalho são mediados pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) (internet wi-fi, 5G, *notebooks*,

computadores, celular móvel, tablets, programas informacionais, redes sociais tais como: WhatsApp, Facebook, Instagram, planilhas, chamadas de vídeo conferência, Zoom, Google Meet, *e-mail*, áudio), que emergiram a partir do regime de acumulação flexível nos anos 1970 (século XX) e, portanto, vem ganhando intensidade social no atual contexto da indústria 4.0 em escala global.

É fundamental destacar que do ponto de vista da universalidade, o trabalho *home office* não é homogêneo. Essa modalidade laboral assume particularidades em cada formação sócio-histórica, que, por sua vez, depende, tendencialmente, na realidade singular do movimento da luta de classes, da relação entre essas com o aparelho de Estado na reivindicação de seus direitos (legislação, normas e tendências) e na busca política e coletiva por melhores condições de reprodução da vida em sociedade.

O guia da Organização Internacional do Trabalho (International Labour Organization-ILO), divulgado em 5 de junho de 2020, apresentou instruções para a coleta de dados estatísticos no mundo do trabalho como um todo em circunstância da proliferação da Covid-19. Esse guia expõe o conceito de trabalho remoto e enfatiza que não existe um consenso a respeito do sua definição, e, portanto, se encontra em disputa por teóricos e instituições.

A concepção acima apontada é bastante ampla. A mesma é utilizada para se referir ao grande número de trabalhadores que realizam as suas atividades fora das dependências da empresa, tais como: liberais, autônomos, *freelancers*, os denominados de “PJs” (trabalhadores que prestam serviços a empresas como pessoa jurídica que presta), profissionais que realiza o seu trabalho com viagens além de terem vários tipos de vínculo empregatício: contrato de trabalho com jornada de trabalho definida, tempo determinado de trabalho ou não, flexível ou não, regime parcial ou integral. As atividades podem ser realizadas na modalidade *on-line* ou *off-line*, sem estar presencialmente num espaço físico, pode ser realizada de qualquer lugar.

Ainda em meados do ano de 2020, a Organização Internacional do Trabalho apresenta o conceito de teletrabalho, atrelando-o a uma subcategoria do *home office*. A característica central desse tipo de trabalho é a utilização de aparelhos eletrônicos para a sua realização:

> O uso de dispositivos eletrônicos pessoais como computadores, tablets ou telefones (móveis ou fixos) para realizar o trabalho: o uso de dispositivos eletrônicos pessoais precisa ser uma parte essencial na realização do trabalho. Os diferentes dispositivos ou ferramentas podem ser usadas para a comunicação com colegas, clientes, entre outros, assim como para realizar tarefas de trabalho específicas sem estar em contato direto com outras pessoas (OIT, 2020, p. 5).

O *home office* já era comumente implementado em instituições privadas e públicas. Com o advento das transformações societárias materializadas desde o mês de março de 2020, advindas da crise sanitária no mundo acentuaram-se as estratégias do capital para manter sua dominação no âmbito público e privado buscando cada vez mais se adaptar as tendências contemporâneas de sua ofensiva no mundo do trabalho, e, consequentemente, sua valorização.

4.2 TRABALHO E PANDEMIA NA REALIDADE BRASILEIRA: UM BALANÇO HISTÓRICO-CRÍTICO

O ano de 2020 fora marcado pelo *boom* da pandemia do novo coronavírus causado pela (SARs-Cov2) que espalhou por todo o planeta agudizando as contradições do sócio-metabolismo do “capitalismo pandêmico” (Antunes, 2022). “Foi na crise estrutural do capital que a pandemia se proliferou intensamente, levando à morte de milhões de pessoas em todo o mundo [...]” (Antunes, 2022, p. 26), além de aprofundar as condições de precarização da vida em sociedade e trabalho, informalidade, desemprego, expropriação de direitos sociais e a exposição em massa de milhões de trabalhadoras (es) ao vírus.

O novo coronavírus foi identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na província de Hubei na China e se espraiou por todo o globo. A crise sanitária, social, política e econômica atingiu cerca de 43 milhões de contágios e 1,1 milhão de mortes (Opas, 2020). Em países como Estados Unidos e Brasil, governados por presidentes ultraneoliberais, negacionistas e conservadores, o número de mortes e as péssimas respostas do Estado frente à crise sintetizou o projeto de morte da burguesia contra a classe trabalhadora.

As classes mais atingidas pela pandemia foram as mais pobres. O capital enquanto um sistema produtivo e reprodutivo busca cada vez mais expandir globalmente suas formas de exploração e expropriação, inclusive, em sua necropolítica, isto é, a política de morte em massa de quem sustenta a riqueza

mundial, tais como: a população negra e periférica, mulheres, LGBTQIAP+, idosos(as), indígenas e quilombolas, desfavorecidos de condições mínimas de moradia, pessoas com deficiência, sem saneamento básico como o próprio acesso à água, precarização do trabalho, insegurança alimentar, insuficiente sistema de transporte público, dentre outros.

Nesse contexto, destacaram-se a disputa dos grandes conglomerados internacionais no setor de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) e coletivos como mascarás, álcool em gel, na indústria farmacêutica com a fabricação de vacinas, insuficiência em diversas unidades hospitalares, superlotação nos serviços das Unidades de terapia intensiva (UTIs), intensificação da jornada dos trabalhadores da saúde para manter os cuidados necessários da população no bojo da crise estrutural que se avolumava cotidianamente.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 80% dos infectados eram sintomáticos, ou estavam com sintomas leves e 20% necessitavam de cuidados hospitalares com dificuldades na respiração (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). O primeiro caso de Covid-19 no continente latino-americano, ocorreu na cidade de São Paulo, em 26 de fevereiro de 2020, e, em poucos dias, se espalhou por todo o país.

Até a manhã desse mesmo dia tinham sido confirmados 18. 570.858 casos de Covid-19 no mundo todo. A liderança de infecções virais fora, respectivamente, nos Estados Unidos com 4.771.846 e Brasil com 2.810.921. No que tange ao número de mortes até essa referida data os Estados Unidos confirmaram 156.839 e o Brasil com 95. 819 em 2020 (Johns Hopkins University, 2020).

Esse cenário de incertezas ganhou notoriedade social também em noticiários, instalando preocupações nas autoridades públicas e sociedade civil em escala mundial. Além das mortes causadas pela estrutura do capital, a própria reprodução da pobreza se espraiou pela sociedade, ao mesmo tempo em que o país concentrava a riqueza, fazendo crescer o número de ricos. Essa forma de expansão da crise é própria do capital.

Na esteira desse processo:

> Somente quando os limites absolutos das determinações estruturais mais internas do capital vêm à tona é que se pode falar de uma crise que emana dabaixa eficiência e da assustadora insuficiência da extração do trabalho excedente, com imensas implicações para as perspectivas de sobrevivência do próprio sistema do capital (Mészáros, 2009, p. 103).

O aumento exponencial da crise pandêmica em curso nãodeve ser apreendida como uma crise em si mesma, mas assentada na própria lógica estrutural do sistema social e metabólico do capital articulado com o Estado burguês que vem se arrastando desde a década de 1970, 2007 e 2008 (conforme apontamos em momentos anteriores dessa pesquisa)A atual pandemia segundo Rob Wallace (2020), apresenta uma relação *sine qua non* com o processo de globalização neoliberal e os ataques leoninos do agronegócio, especialmente, na pecuária intensiva aprofundando deformidades e catástrofes socioambientais, epidemias e pandemias tornando-se cada vez mais frequentes.

Nesse movimento destrutivo do capital, a reprodução desenfreada do vírus ancora-se também nas cadeias de produção alimentar e o capital rentistavia oligopólios internacionais, buscando manter o desenvolvimento desigual e combinado das *commodities* e a expropriação natural e da terra objetivando aumentar substancialmente os seus lucros independentemente de riscos contra à humanidade. Esses oligopólios comandam a produção de alimentos, agrotóxicos, fertilizantes, ciência e tecnologia a serviço do capital, biotecnologias e petróleo aprofundando o que Virgínia Fontes (2010) denominou de capital imperialismo.

> Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão (Netto, 2011, p. 153).

Com base nas discussões do autor, a crise capitalista não é oriunda apenas da pobreza, da fome, da falta de alimentos e de trabalhadores(as), da diminuição de rendimento do trabalho como historicamente comprovado pelas sociedades pré-capitalistas. A questão é que na atual sociabilidade do capital, o resultado da crise é a produção exponencial de mercadorias e alimentos, na mesma medida temos a concentração da riqueza socialmente produzida nas mãos de parcela da sociedade.

Tal relação, apresenta com resultado singular o desemprego estrutural, a precarização das relações de trabalho, a devastação das riquezas naturais, a

concorrência inter-capitalista, levando alguns empresários à falência e recorrendo à salva-guarda do Estado (Mandel, 1982).

Através de pesquisas científicas realizadas pela OMS sobre a pandemia no mundo, concluiu que o vírus SARs-COV-2 tinha um alto e fácil contágio em situações de contato direto entre as pessoas e a primeira medida tomada pela sociedade foi o isolamento social. Com base nesses resultados, diante da gravidade do vírus, a ordem da OMS fora que os diversos Estados Nacionais decretassem medidas de isolamento social através do *lockdown*, com o uso rigoroso de máscaras e álcool em gel.

Além disso, esse contexto refletiu no fechamento de escolas, universidades, significativa parcela do comércio. Apenas os setores considerados essenciais estavam em funcionamento (hospitais, postos de saúde, farmácias, supermercados, transporte público).

Na realidade brasileira, as medidas de enfrentamento a pandemia foram marcadas por uma série de ataques aos direitos sociais conquistados historicamente pela classe trabalhadora. Tivemos a publicação da Lei nº 13.973, de 6 de fevereiro de 2020 (Brasil 2020), que dispõe sobre as medidas de enfrentamento no contexto de emergência de saúde pública em decorrência da Covid-19 e o Decreto nº 10. 282, de 20 de março de 2020, que ditou as condições sobre o trabalho em tempos de pandemia. Do ponto de vista jurídico e legal, o objetivo maior desta referida norma era proteger o trabalhador e “salvar vidas”. Entretanto, na realidade nacional tal objetivo não teve materialidade para os mais pobres.

O Estado brasileiro representado na época pelo (des)governo fascista, patriarcal, racista,violento, LGBTfóbico, negacionista, ultraneoliberal, obscurantista e autoritário de Jair Messias Bolsonaro, aprofundou as medidas de desproteção social e conciliações com os setores dominantes. O ex-Presidente da República, negou a existência do vírus com o discurso de que tudo não passava de uma “gripezinha”, reafirmou à impossibilidade de fabricação da vacina em território nacional, deslegitimou a soberania nacional, o descrédito pela ciência e produção do conhecimento científico, atacou constantemente às universidades, o trabalho docente, além de uma série de outros crimes contra à humanidade.

O braço direito de Bolsonaro, o ministro da economia na época, Paulo Guedes (*chicagoboy*) legitimou o pacote draconiano contra a classe trabalhadora. Nesse contexto, foi aprovada pela maioria dos governantes, a Medida Provisória (MP) nº 927, de 22 de março de 2020 (posteriormente revogada) que dispôs sobre as ações

trabalhistas em meio a calamidade pública e sanitária de Covid-19, e, portanto, legalizou as condições de precarização da vida social no Brasil (Brasil, 2020a).

A conjuntura de crise sanitária **r**eafirmou a competência do referido governo federal para intensificar o seu projeto de dominação burguesa no Brasil frente as ações de enfretamento a pandemia[37]. Expressão disso, foram as nomeações anti-democráticas de interventores, cujos valores estavam ancorados em extremistas de direita e militares que assumiram cargos públicos nas universidades, Institutos Federais (reitores), e nos espaços democráticos no debate sobre as políticas públicas (Conferências de Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente e Conselhos de direitos).

O "passar a boiada", discursado pelo ex-ministro do Meio AmbienteRicardo Sales, em uma reunião ministerial com a participação de Bolsonaro, sintetizouo projeto de matança da classe trabalhadora pobre, periférica, negra, feminina, indígena, LGBTQIAPN+ em sua diversidade constituída historicamente, enquanto as contrarreformas e nefastos ataques para essas populações eram aprovadas em nome do capital rentista internacional.

Assim, muitos dilemas se colocaram para a vida em sociedade, sobretudo, para a população mais pobre, suas famílias e as políticas sociais com a paralisação de atividades e serviços "não essenciais", que reduziu significativamente as jornadas de trabalho, mantendo apenas atividades reconhecidas como essenciais e o trabalho *home office* mediado pela tecnologia.

É importante ressaltar que não foram todos(as) os(as) trabalhadores(as) brasileiros que tinham condições objetivas para o isolamento social e fazer *home office*. Num balanço histórico, de acordo com estudos realizados pela PNAD-Covid-19, durante o quarto trimestre do ano de 2019, cerca de 12, 6 milhões de domicílios não utilizavam internet. Dentre os principais motivos para o não uso destacaram-se: o acesso ao serviço de internet ser caro (26,2%). O rendimento médio per capita nos domicílios em que havia internet era de R$ 1.527,00 (IBGE, 2020).

Em relação ao acesso da classe trabalhadora aos equipamentos tecnológicos, a mesma pesquisa revelou que no último trimestre desse mesmo ano, 40, 6% tinham computador, 44,8% tinham *tablet* e mais de 90% celular com rendimento médio de R$

37O primeiro-ministro da Saúde na época foi Henrique Mandeta Brevemente, houve a sua demissão por parte do ex-presidente Bolsonaro por reconhecer cientificamente a veracidade do vírus. Logo em seguida, assumiu a pasta da saúde, Nelson Teich grande representante do setor privatista que pediu demissão com menos de um mês no cargo. Nessa contradição, foi indicado um militar para assumir a pasta da saúde, Eduardo Pazuello.

1.000,00 reais. Enquanto, o rendimento médio das famílias que não tinham celular era de 557,00 reais, ou seja, a população historicamente mais pauperizada da sociedade brasileira usuárias dos benefícios, programas, projetos e serviços sociais públicos (IBGE, 2020).

Além disso, no contexto da pandemia, tivemos 2,5 milhões de pessoas na informalidade entre o primeiro e segundo trimestre de 2020. Entretanto, essa condição já vinha numa crescente desde o ano de 2019, juntamente com o número de desalentados ainda maior (Dieese, 2020). Só entre maio e junho de 2020, momento de pico da pandemia, o quantitativo de trabalhadores atuando na modalidade remota não chegou a 11% segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

De acordo com o IBGE (2020), apenas 10% da população brasileira, especificamente, das regiões mais ricas e urbanizadas do país, como as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília estavam trabalhando em *home office* nesse período, que, por sua vez, revela a histórica reprodução das desigualdades no acesso à moradia, bens e serviços necessários para a qualidade de vida e a efetivação do direito humano.

As demissões e desligamentos do trabalho nesse período foram de 1 milhão e entre julho e agosto esse número subiu de 141 mil para 249 mil (Dieese, 2020). Podemos refletir que essa série de expulsões dos postos de trabalho estão aliadas aos problemáticos valores da Reforma Trabalhista advinda do Governo Michel Temer (entre os anos de 2016 e 2017) que tende a agudizar tal realidade.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresentaram que em agosto de 2020, 17% da população não tinha acesso à internet banda larga 3G/4G/5G em casa, e, em sua maioria eram crianças, jovens negros e indígenas com renda per capita inferior a ½ salário-mínimo (equivalente hoje, a, exatamente, R$ 1.320,00 reais) (IPEA, 2020).

Tais realidades, escancaram as marcas das expressões da “questão social” na realidade brasileira agudizadas no contexto de crise pandêmica da Covid-19, cujas expropriações dos bens e o trabalho mediado por meios tecnológicos articulam-se ao sistema racista-patriarcal-capitalista estruturante das relações sociais para intensificar o desemprego, a fome e a precarização das condições de vida dessas populações na contemporaneidade (Cisne; Santos, 2018; Santos, 2008).

A pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) intitulada *As tendências do home office no Brasil* destaca que 57,5% das empresas adotaram o modelo *home office* de trabalho. Além disso, a proporção de trabalhadores nessa modalidade laboral em número de dias e horas trabalhadas por semana entre os anos de 2021 e 2022, respectivamente foram de: 22, 3% e 22,7% (empresas); 15,4% e 20,2% (indústria de Transformação); 33,8% e 27,8% (serviços); 11,2% e 13,4% (varejo ampliado); 23,3% e 40,9% (setor de construção) (Pacini; Tobler; Bittencourt, 2023).

As pessoas que estavam trabalhando em *home office* tinham as margens salariais mais elevadas 63,4% das pessoas com graduação em casa integralmente, e caiu posteriormente, para 30,7%. Enquanto para pessoas que não possuíam o Ensino Médio completo caiu de 24, 6% para 12,8% no contexto pandêmico (Pacini; Tobler; Bittencourt, 2023).

Diante desses estudos, apreendemos que trabalhar em *home office* durante a pandemia eram para pessoas que tinham um maior grau de escolaridade, certas condições objetivas para a realização da modalidade, tais como, acesso à internet, equipamentos tecnológicos, dentre outros. Mesmo os(as) trabalhadores(as) que tinham essa possibilidade de realizar as suas atividades laborais não ficaram isentos da exploração e intensificação cotidiana no contexto pandêmico. Vale ressaltar que à questão central para discutir é sobre a essência destrutiva do capital que retornou e adentrou ao espaço privado da classe trabalhadora, apropriando-se dos seus bens materiais e imateriais, além do uso das TICs para intensificar o trabalho e reproduzir as mais variadas desigualdades estruturais.

4.3 O TRABALHO HOME OFFICE NO ESPAÇO DOMÉSTICO DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS DO ENSINO PÚBLICO NO CONTEXTO PANDÊMICO

No contexto do isolamento social, a tendência do capitalismo contemporâneo, foi novamente canalizar as contrarrespostas sobre o mundo do trabalho com demissões em massa, modalidades de trabalho sem direitos trabalhistas, flexíveis, instáveis, além da materialização em seu formato híbrido, remoto, por meio de teleconsultas, teleconferências, sempre mediado pelo uso das TICs nas mais diversas políticas sociais, dentre elas, no âmbito educacional (escolas, institutos, universidades) com o trabalho *home office* de técnico-administrativos e docente.

> Se antes da pandemia o trabalho remoto/*home-office* vinha despontando comouma tendência, agora, em 2020, com a recomendação do isolamento e distanciamento social, a modalidade ganhou um espaço ainda maior nos diversos segmentos e setores econômicos do país e do mundo (Brid; Bohler; Zanoni, 2020, p. 4).

Nessa conjuntura histórica houve a necessidade criada pelos interesses privados do capital, de uma aderência maior a sociedade, a flexibilidade do trabalho abrindo espaço para parcela de professores do Ensino Superior realizarem suas atividades laborativas de qualquer lugar *out side* (fora dos espaços formais de trabalho). A administração pública, e instituições privadas de ensino, especialmente, escolas, Institutos e Universidades passaram por mudanças em seus processos de trabalho com a utilização das TICs.

Para evitar o contágio do vírus, a resposta do Estado brasileiro se deu através do Ministério da Educação (MEC), que elaborou e divulgou as portarias de nº 343 e nº 345, exigindo o cumprimento do isolamento social nas instituições de ensino (Brasil, 2020b, 2020c).

A Portaria nº 343, de 17 de março de 2020 (Brasil, 2020b), publicada pelo Ministério da Educação (MEC), que, à época, tinha como ministro o elitista e racista Abraham Weintraub*,* dispõe sobre a substituição das aulas no formato presencial por aulas mediadas pelo uso de tecnologia digital enquanto durasse a pandemia de Covid-19 (Sars-CoV-2) no Ensino Superior Federal.

Diz a portaria:

> Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.
> § 1º O período de autorização de que trata o caput será de até trinta dias, prorrogáveis, a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital.
> § 2º Será de responsabilidade das instituições a definição das disciplinas que poderão ser substituídas, a disponibilização de ferramentas aos alunos que permitam o acompanhamento dos conteúdos ofertados bem como a realização de avaliações durante o período da autorização de que trata o caput.
> § 3º Fica vedada a aplicação da substituição de que trata o caput aos cursos de Medicina bem como às práticas profissionais de estágios e de laboratório dos demais cursos.
> § 4º As instituições que optarem pela substituição de aulas deverão comunicar ao Ministério da Educação tal providência no período de até quinze dias (Brasil, 2020b, art. 1).

A partir dessa norma, o MEC, trouxe mudanças no processo de ensino e aprendizagem do modelo tradicional/presencial para a modalidade do Ensino Remoto Emergencial (ERE). É importante salientar que no debate em estudo há uma disparidade significativa entre o formato do Ensino à Distância (EaD), Ensino Híbrido (EH) e o Ensino Remoto Emergencial (ERE).

O primeiro, diz respeito ao processo de mercantilização do ensino mediado pelas plataformas e aplicativos digitais (*templates*, gravação de áudios e videoaulas em estúdio, mapas mentais *on-line*, tutores etc.), de forma aligeirada, sem nenhum contato presencial entre docentes e discentes, tampouco, apresenta debates coletivos. A segunda modalidade tem foco na articulação entre ensino presencial e ensino on-line (Behar, 2020). Essas duas últimas modalidades já eram utilizadas pelas instituições de ensino e sociedade antes da pandemia.

Por fim, o ERE tem uma particularidade: surgiu no contexto de crise pandêmica, ao fazer com que o trabalho educacional continuasse funcionando nesse momento de excepcionalidade através dos recursos das TICs em todos os níveis de ensino (infantil, fundamental, médio e universitário). Assim, buscou diminuir o atraso no andamento do calendário letivo no período de crise pandêmica com o retorno às aulas e o cotidiano das instituições de ensino presenciais retornariam em seu formato tradicional. Portanto, não se trata de ensino EaD (Behar, 2020).

As metamorfoses operadas nas instituições de educação, a suspensão do ensino presencial para a transição do ERE, exigiram um esforço de toda a sociedade, da comunidade educacional e do Estado, seja na readaptação da rotina, nas estratégias didático-pedagógicas, avaliações etc., ou seja, uma reconfiguração na dinâmica de trabalho dos profissionais da educação, em todo o processo de ensino-aprendizagem e na gestão educacional com a intensificação do trabalho mediado pelas TICs.

> A intensificação do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), da internet e de tecnologias do campo da Inteligência Artificial (AI) no campo educacional se efetiva sob a justificativa de que tais recursos possibilitam, atualmente, a ampliação das possibilidades de acesso a conhecimentos e informações, facilitando, assim, os processos de aprendizagem principalmente daqueles sujeitos que, historicamente, foram tolhidos da oportunidade de acessar os sistemas de ensino formais (Negreiros, 2019, p. 189).

Essa discussão nos faz refletir sobre as especificidades do processo de trabalho *home office* docente no Ensino Superior a partir de 2020. Novas habilidades com os recursos do maquinário digital (*hardwares*, *softwares*, Google sala de aula -Classroom-, Google Meet, Zoom, Canva, computadores, plataformas digitais, podcasts) apareceram sendo intensificadas entre trabalho docente remunerado e relações privadas no mesmo espaço.

Nesse momento, focaremos na discussão sobre o *home office* de professores do Ensino Superior público com base nos dados sistematizados presentes em Brid, Bohler e Zanoni (2020) que corresponderá aos entrevistados 1A, 1B, 1C e 1D; Emiliano (2022) refere-se aos entrevistados 2A, 2B, 2C, 2D; Undurraga, Simburgürger e Mora (2021) e Bortolan *et al.* (2021) refere-se às ilustrações e dados para refletir, aprofundar questões e categorias que foram trabalhadas durante o desenvolvimento dessa dissertação (intensidade, jornada de trabalho, tempo de trabalho), destacando a apreensão dos docentes e suas particularidades no contexto da pandemia.

Segundo o relatório intitulado O trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia de Covid-19 (parte I), em sua pesquisa no Brasil, publicada no ano de 2020, o novo coronavírus afetou diretamente milhões de trabalhadores e trabalhadoras identificou que estes tiveram que se reorganizar “[...] dentro do trabalho que realizam, e se adaptar a uma nova forma de executar suas atividades laborais” (Brid; Bohler; Zanoni, 2020, p. 4), inclusive, os professores das universidades.

O estudo teve a coordenação da professora Dra. Maria Aparecida Brid, além de estudantes e egressos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná e membros do Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade (Gets). Também contou com o auxílio da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR). A pesquisa foi dividida em dois momentos articulados: o primeiro com a elaboração do questionário e divulgação em redes sociais (Facebook, WhatsApp) e *e-mail*.

Na segunda fase, com a finalização do envio das respostas, os dados foram coletados para a inserção no banco de dados e formulação de gráficos, tabelas e diagramas para sintetizar e divulgar os resultados obtidos (Brid; Bohler; Zanoni, 2020). Assim, O objetivo do estudo foi “[...] verificar sob quais condições os trabalhadores do Brasil tiveram que se adaptar no que se refere à mudança do trabalho presencial para o trabalho remoto em razão da pandemia” (Brid; Bohler; Zanoni, 2020, p. 4), dentre esses, o trabalho docente em instituições públicas no Ensino Superior.

A metodologia utilizada na pesquisa contou com 916 (novecentos e dezesseis) respostas encaminhadas e 906 (novecentas e seis) tiveram validade entre os dias 05 a 17 de maio do ano de 2020 no Brasil. Foi uma pesquisa quantitativa e qualitativa com dados primários extraídos da plataforma Google Forms tendo como base 37 questões a partir dos seguintes eixos: a) perfil, b) relações de trabalho, c) condições de trabalho, d) alterações nas jornadas e carga horária de trabalho além de questões abertas a partir do *software* aberto para todos com interesse em responder as questões da pesquisa (Brid; Bohler; Zanoni, 2020).

Relata esse professor durante o isolamento social em março de 2020 falando sobre as mudanças impostas pela Covid-19 nas relações de trabalho:

> O trabalho remoto exige treinamento em *softwares*, equipamentos adequados e aprendizagem de uma nova cultura de trabalho. Não é por motivo de um evento externo às relações de trabalho que podemos transformar imediatamente toda uma geração de trabalhadores sem custos individuais e coletivos que podem ser grandes e graves (Docente 1A, 2020, s. p.).
>
> Particularmente prefiro, por ter mais autonomia, flexibilidade, não precisar me deslocar e socialmente não ter lhe lidar com tantas pessoas no cotidiano. Por outro lado, todo dia é um desafio, as demandas são imediatas e trabalho mais horas. Fico mais preocupada com todo o processo de uma linha produtiva, pois a educação virou um serviço, uma mercadoria (Docente 1B, 2020, s. p.).

Constatamos que o contexto de isolamento social alterou significativamente os processos de trabalho docente na qual houve a necessidade de adaptação através dos recursos tecnológicos. Adaptação essa que, por sua vez, exigiu novas habilidades, novos conhecimentos técnicos e competências que até então antes da pandemia não se tinha, tais como: manuseio do Google Meet, Google Classroom, *right light*, dentre outros equipamentos tecnológicos para a realização do seu trabalho.

Se por um lado, esses processos tecnológicos proporcionaram a continuidade do cotidiano acadêmico, por outro, intensificou, significativamente, a rotina de trabalho dos professores universitários em que foi necessário um gasto maior de energia e esforço do (a) trabalhador(a) em todas as suas dimensões. Na realidade, essa transição forçada de um formato tradicional para a modalidade remota emergencial (sem nenhum planejamento prévio do Estado brasileiro), mudou a totalidade da dinâmica societária, principalmente, quando nos referimos aos processos de trabalho:

> Em que os professores se transformaram em *youtubers* gravando vídeo aulas e aprenderam a utilizar sistemas de videoconferência, como o Skype, o

> Google Hangout ou o Zoom e plataformas de aprendizagem, como o Moodle, o Microsoft Teams ou Google Classroom (Moreira; Henriques; Barros, 2020, p. 352).

Destarte, as aulas síncronas[38] e, especificamente, assíncronas[39], tomaram o cotidiano educacional e o espaço domiciliar de professores(as) no período pandêmico, através de aulas *on-line,* ao vivo, ou até mesmo gravadas da sua própria casa, de seu quarto, área de serviço ou escritório no sentido de proporcionar a interação entre estudantes e professores como, por exemplo, *Skype*, *Webcam*, *smartphones*, dentre outros.

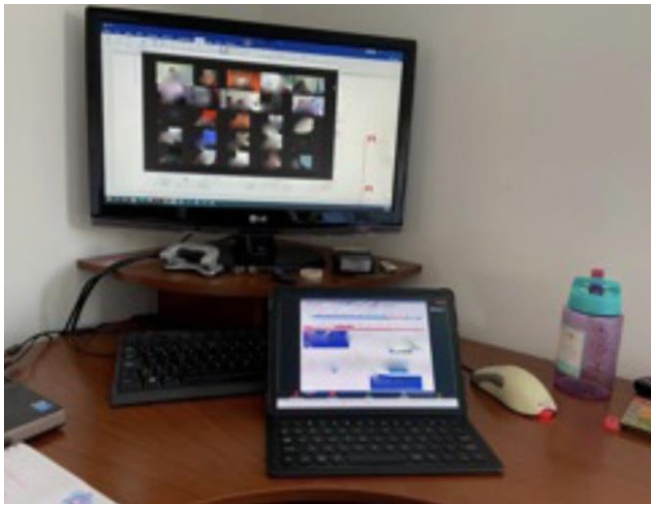
Nas palavras de uma professora pesquisada:

> Foi um mergulho, pois fui obrigada a aprender essas coisas todas. [...] Aprendi a montar o Classroom [...] a gravar áudios e vídeos, compartilhar tela no Google Meet (docente II) [...] ao longo desses dois anos foram surgindo outras ferramentas, como o YouTube, lives, tutoriais e, principalmente, legendas simultâneas e algumas ações interativas (DOCENTE 2A).

O discurso difundido pelo capital através da mídia televisiva, redes sociais, dentre outros mecanismos de reprodução ideológica, no contexto pandêmico, o trabalho cotidianamente mediado pela tecnologia apareceu como um trabalho que proporcionaria mais autonomia, independência, menos custos, flexibilidade, controle do docente sobre o seu próprio tempo etc. Na realidade, foi síntese de mais trabalho e mais intensificação de tarefas.

[38] Formato de aula em que há uma interação em tempo real entre docentes e discentes nas plataformas digitais (interação ao vivo entre professores e alunos).
[39] Modalidade de ensino que consiste em aulas gravadas e socializadas *on-line* apenas com o saber docente (não há interação nem diálogo entre docente e discente).

Figura 1 – Desenvolvimento das aulas síncronas e assíncronas



Fonte: Undurraga, Simburgürger e Mora (2021).

De acordo com a imagem acima, do ponto de vista crítico, a pandemia fez a totalidade dos docentes trabalhar ainda mais, gastou-se mais tempo, mais energia, mais capacidade criativa para o planejamento de tarefas, gravação de aulas e o contato repetitivo com as telas. Muitas vezes, era necessário mais de um notebook, celular móvel, internet *Wi-fi,* 4G e 5G de qualidade para a realização das atividades, planejamento, e demais atribuições da profissão.

Nesse sentido, para analisarmos a "intensificação do labor", é necessário que centremos a atenção na energia qualitativa e quantitativa gasta pelos trabalhadores em seu processo coletivo particular da sociabilidade capitalista. Diante da argumentação da trabalhadora anterior e da imagem acima, ficou nítida a estratégia do capital para intensificar a rotina/tempo de trabalho com o manuseio de plataformas e programas *on-line*.

Nesse caso, a intensidade do trabalho se deu no contexto da Covid-19 para além das aulas síncronas e assíncronas. Tivemos a relação massificada dos professores de buscar em meio à crise pandêmica, conhecimento sobre a tecnologia, programas e aplicativos educacionais, que muitas vezes, não detinham, para que a partir desse domínio tecnológico adquirido, conseguisse organizar e desenvolver os seus processos de trabalho.

> [...] Durante a pandemia passamos a trabalhar em casa no modelo de ensino remoto emergencial, [...] trabalhamos pelo computador e celular (Docente 2B, 2020, s. p.).
>
> [...] utilizamos o *Classroom*, que é uma plataforma de vídeo conferência [...]. Em relação ao uso de vídeos, câmeras, áudios e gravação de aula foi

> tranquilo, pois entendi que era o que a gente tinha na mão pra poder conectar com os alunos né (Docente 2D, 2020, s. p.).
>
> [...] então... tudo era feito na tela, reuniões, aulas, congressos, bate papos [...]. Junto com a tela veio o cansaço da limitação da tela, do tempo de confinamento em que não podíamos sair, encontrar e ter trocas presenciais com os alunos e docentes (Docente 2C, 2020, s. p.).

No cotidiano do trabalho docente, é importante destacar nessa fala a limitação e o desgaste físico das telas devido ao contato intenso com computadores e celulares móveis, (em momentos de *lives,* palestras, reuniões debates e seminários), que muitas vezes, aconteciam no dia e horário depois do tempo de trabalho dando aulas, orientações e reuniões de departamento além da queda de conexão com a internet que dificultava a realização do *home office.* Verificou-se nesse contexto, um maior gasto de energia física e intelectual do professores universitários no exercício de suas atividades cotidianas.

Diante dessa condição, foi possível constatar no dia a dia desses trabalhadores uma maior sobrecarga de trabalho. “[...] a sensação que eu tenho é de um aumento absurdo do trabalho. Absurdo, fora do comum. Eu não esperava” (Docente 2A, 2020, s. p.)., afirmou essa trabalhadora. Tal situação, demandou um empenho ainda maior de força física, desgaste intelectual e psíquico.

Segundo a experiência desse outro professor, a sociedade vivenciou uma significativa diferença no cotidiano do trabalho acadêmico dos professores, antes, durante e pós-pandemia.

Por exemplo:

> Antes você tinha um espaço fora, no momento que eu saía da universidade, 17 horas, e que eu entrava em casa eu desligava o botãozinho do outro e ia viver a coisa na minha casa, ver a janta, lavar a louça, agora esses espaços estão todos juntos (Docente 2B, 2020, s. p.).

A contradição entre tempo de trabalho e não trabalho é outra dimensão que apareceu nesse estudo. O local de trabalho e o ambiente doméstico acabou se unificando, não havendo distinção. O contexto de isolamento aliado ao uso das TICs, tais como, o celular móvel, *o* WhatsApp, *e-mail* etc., criou uma cultura de disponibilidade social ilimitada, como se os docentes estivessem acessíveis em todos os momentos da vida social para o trabalho, isto, é, durante todos os dias da semana e vinte quatro horas por dia.

Essa realidade é perceptível nos seguintes relatos:

> As pessoas acham que como você está em casa, trabalhando de casa, você pode trabalhar o tempo todo, a qualquer horário. É muito desagradável a pessoa não respeitar que a sua casa não é o laboratório, não é o departamento (Docente 2A, 2020, s. p.).
>
> [...] tem a questão do WhatsApp e o uso do celular, o celular aciona o tempo todo para o trabalho, é seis, sete, oito, nove horas da noite a gente está recebendo mensagens no celular com alguma informação nova, alguma orientação nova, algum recado novo, então tem um excesso de trabalho também, que chega pelo celular e que passa do horário que o nosso corpo está ali disponível para o trabalho. E aí isso foi muito ruim! (Docente 2B, 2020, s. p.).
>
> [...] de alguma forma eu acho que é um desrespeito com o trabalhador receber mensagens em horários em que já se encerrou o expediente de trabalho (Docente 2A, 2020, s. p.).
>
> [...] é uma duplicidade do trabalho, estou em uma reunião e redigindo uma outra coisa, mas foi você quem escolheu isso, sim eu sei, mas há um desgaste físico, acontece muita coisa estranha nessa experiência, pra você ter uma ideia, ontem 00:00 eu estava respondendo um aluno no WhatsApp (Docente 2B, 2020, s. p.).
>
> [...] eu perdi um pouco a noção do tempo (docentes X). [...] Cronologicamente falando foram 2 anos trabalhando no remoto, mas a sensação que tenho é que foram 10 anos trabalhando (Docente 2C, 2020, s. p.).

A partir dessas experiências, o trabalho do professor universitário que antes (no modelo presencial), já exigia um dispendido de tempo e organização de trabalho para dar conta das inúmeras demandas como, por exemplo, ensino, pesquisa e extensão, na conjuntura pandêmica da Covid-19, essa condição, passou a ser intensificada com diversas atividades, atribuições administrativas, de gestão da universidade readaptadas no espaço doméstico.

Cabe destacar que no contexto da pandemia, a intensidade do trabalho docente exigiu um esforço, um empenho mais firme com um engajamento maior de energias pessoais para dar conta do *plus* de trabalho e refletiu na carga a mais de atividades, tarefas que exijam mais complexidade intelectual e social dos docentes.

Na pandemia, o contato repetitivo em mensagem e áudios no WhatsApp*,* responder e enviar *e-mails*, ligações fora de horário comercial no celular móvel. Ocorria também de atender as chamadas da universidade, dos estudantes, da família ao mesmo tempo em que se dirigia o carro, durante o percurso no transporte público, na realização das atividades domésticas, no supermercado etc., demarcou tal intensificação.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Panorama *Mobile-Opion Box de apps* no Brasil, o aplicativo WhatsApp no ano de 2019, fazia parte de 58% do celular móvel da população. Entre os meses de fevereiro e março de 2020 com o decreto do *lockdown* e o ERE, a utilização desse aplicativo alcançou o nível de 99% dos *smartphones* dos brasileiros, 97% de seus usuários se comunicaram para realizar alguma demanda relacionada ao trabalho através de mensagem de texto, áudio e vídeo-chamada (Panorama Mobile, 2021).

Os dados em questão, nos fazem refletir sobre a mudança na dinâmica do trabalho dos professores universitários do ensino público com regimes de trabalho (seja em 40 horas ou Dedicação Exclusiva), que passaram a ser de forma mais intensa controlados pelas universidades, gestão acadêmica, pelos próprios discentes em tempo real, ou seja, esses trabalhadores passaram a trabalhar mais densamente no mesmo espaço de tempo ou até mais do que em dias e horas de trabalho em condições normais antes da crise pandêmica (modalidade presencial).

Na obra intitulada *O trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*, de Sguissardi e Silva Júnior (2009), os autores afirmam que as transformações assumidas no movimento internacional do capital e da reestruturação produtiva mais recentes, o tempo de espaço da vida privada/familiar com a vida profissional tornaram-se indissociáveis, ou seja, na sociabilidade contemporânea, as relações que se estabelecem entre vida pessoal e familiar “[...] revela aspectos de uma realidade que poderia traduzir-se pelo subtítulo: a vida pessoal e familiar refém da prática universitária ou da vida acadêmico-científica” (Sguissardi; Silva Júnior, 2019, p. 208).

Na conjuntura pandêmica, essa dinâmica de dominação internacional do capital a partir da ofensiva contra o trabalho aprofundou-se. A rotina do trabalho docente mediado pelo uso das TICs e os afazeres domésticos marcaram esse período carregando marcas de incertezas, prolongamento da jornada de trabalho e do tempo de trabalho conforme explicitado por esses(as) trabalhadores(as):

> A gente [filho e companheiro] teve que dividir o mesmo espaço, então eu tive que ser o professor, que ser o pai, tive que ser cozinheiro, faxineiro, o professor do meu próprio filho, tudo ao mesmo tempo. Então, acumula as funções, tá trabalhando, tem que parar, fazer almoço, aí você volta, continua trabalhando, acompanha o filho, volta para trabalhar, faz janta, lava a louça, volta para acompanhar os alunos online e aí é manhã, tarde, noite, todos os dias. É enlouquecedor (Docente 1A, 2020, s. p.).

> Tenho mais interrupções, A falta de equipamento adequado ou moderno, receber demandas de trabalho em qualquer horário e dia da semana, inclusive fins de semana e feriados, sinto falta do contato com meus colegas de trabalho, dificuldade em separar vida familiar da atividade profissional, tenho dois filhos, sendo um com paralisia cerebral e epilepsia de difícil controle. Sou mãe solo, portanto preciso adequar a rotina com eles, que também estão em casa por conta da suspensão das atividades escolares, com o trabalho. Em uma reunião por vídeo conferência, precisei sair para atender meu filho que convulsionou no meu colo (Docente 2B, 2020, s. p.).

A partir dessas falas, a convivência com a família, a rotina com os animais domésticos, os jantares, o tempo de leitura e estudos no escritório, reformas dos vizinhos no condomínio, agora dividem espaço com o trabalho profissional remunerado e não remunerado. O trabalho *home office* docente, sintetizou a continuidade das atividades intelectuais e reprodutivas sob a falsa ideia da autonomia no trabalho, sem pagamento extra pelo trabalho a mais realizado, desaparecendo a perspectiva de que trabalhar em casa era sinônimo de mais tempo para o descanso.

De acordo com a docente:

> Tem sido bastante desafiador lidar com o novo, o ensino à distância, onde nosso ambiente de trabalho agora passa a ser o nosso lar. Esse ambiente, na maioria dos casos, não estava preparado para receber a docência home office, e teve que ser adaptado com o que se tinha de forma a fazer acontecer os ensinamentos. (Docente 1A, 2020, s. p.).

Relata essa professora: "[...] o problema é que se eu for olhar pra tudo que recebo eu não paro o dia inteiro, então, chega às nove e meia da noite eu já estou morta de estar na tela desde as oito da manhã! ((Docente 2C, 2020, s. p.).. Para a ideologia capitalista, principalmente, com a propagação de flexibilidade disseminada na pandemia, o trabalhador (a) estaria "livre" dos grandes congestionamentos metropolitanos (carro particular ou transporte público), teria menos gastos com o trabalho. Sendo assim, a perspectiva era intensificar também a força intelectual do trabalho.

Figura 2 – Condições ergonômicas do docente universitário no contexto da pandemia de Covid-19

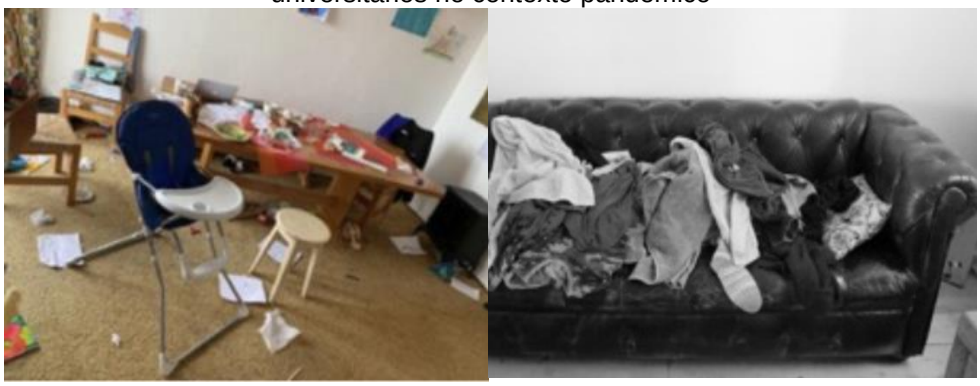
Fonte: Undurraga, Simburgürger e Mora (2021).

Conforme ilustra a imagem, as condições de realização do trabalho não tinham um lugar fixo no domicílio do trabalhador para ser materializado. “[...] por exemplo, às vezes eu pego a reunião no notebook e coloco na cozinha, vou ouvindo e fazendo almoço, lavando louça [...] então não há uma separação” (Docente 2C, 2020, s. p.).

Houve uma expansão tanto de tarefas domésticas tais como: cozinhar as refeições, banhar os animais, acompanhar e ensinar as atividades escolares dos filhos(as), colocar roupas na máquina de lavar, fazer compras essenciais no supermercado e farmácias, organizar a logística da casa, quanto das demandas do trabalho profissional em *home office* que não tinham limites na pandemia, ou seja, sem limitação espacial e temporal, as rotinas laborativas se cruzam, em que aumentou-se as jornadas de trabalho durante dia e noite, agudizando o tempo de trabalho e não trabalho, afetando material e subjetivamente o cotidiano social dos(as) professores(as).

Para mensuramos objetivamente se houve ou não intensidade do trabalho em qualquer modalidade, devemos fazer a comparação entre o tempo de trabalho socialmente realizado denominado de tempo 1 (T1) e tempo 2 (T2). Se com o passar das jornadas de trabalho requeria mais tempo despendido do professor em *home office*, forçando a sua voz, postura e movimentos frente à tela, audição, manuseio dos programas e plataformas etc., o T2 significou uma maior concentração de tarefas em relação ao T1. O tempo de trabalho e jornada de trabalho foi se estendendo durante os demais dias da semana, inclusive, aos fins de semana como se não tivesse limite e sempre à disposição para trabalhar.

Figura 3 – *Continuum* das jornadas do trabalho e do tempo de trabalho *home office* dos professores universitários no contexto pandêmico



Fonte: Undurraga, Simburgürger e Mora (2021).

As imagens em questão, refletem, por exemplo, a histórica apropriação incontrolável do capital no espaço doméstico do trabalhador. Se nos primórdios do capitalismo, eram os aprendizes e tecelãs que realizam o seu processo de trabalho em que sua família passava a envolver se constantemente com a intensidade do trabalho no lar. Na atualidade, o *home office* dos professores universitários sintetizou de certa maneira a dominação capitalista contemporânea das dependências privadas, das relações de convívio familiar convertidos em trabalho assalariado improdutivo.

> [...] acordo às 6 horas da manhã, sento no computador às 8 horas da manhã e vou sair só 20 horas da noite. [...] é muito tempo sentada em frente ao computador trabalhando. [...] a organização do trabalho é preparo de aulas, correção de trabalhos, leituras, orientações das pesquisas, reuniões de pesquisa. [...] é agenda, é horários, é Google Meet, é aula online e muita reunião! [...] reunião às oito da manhã, reunião às dez da manhã, reunião às duas da tarde, reunião às cinco da tarde. [...] reuniões de extensão, ações de extensão, cursos de extensão no formato remoto, escrita dos artigos, escrita de relatórios, submissões, comissão de estágio, comissão de departamento. [...] coordenar módulos, participar de bancas, leituras e revisão de artigos e periódicos, [...] tenho iniciação científica, orientação de TCC, observatório institucional, implantação de apoio técnico, participação em congressos, [...] participação em núcleo de estudos, núcleo de pesquisa e extensão, grupos de estudos, grupos de trabalho, participação em fóruns, estágios, oficinas, residência multiprofissional, [...] trabalho de monitoria, assessoria de estágio, trabalhos de representação na câmara de pós-graduação, ministrar aulas na graduação e pós-graduação, avaliação de estágio probatório, que mais? Ah! É muita coisa!! [...] ensino, pesquisa e extensão, um subprojeto dentro de um projeto, tenho muitos orientandos também. [...] cada uma dessas tarefas envolve uma articulação bastante complexa entre estudantes, docentes, gestão, as várias instâncias da gestão, cursos, monitoria, PAD da pós-graduação, a graduação. [...] a organização para que as aulas aconteçam, então tem um trabalho de gestão das atividades pedagógicas, isso me toma muito tempo! [...] são 120 estudantes, 19 docentes, 9 turmas, cada turma ligada a um serviço, então são 9 serviços de saúde, cultura e assistência ligados a esse dado, 5 monitoras, mais PAD. [...] é trabalhoso, porque fazer

> pesquisa é trabalhoso, pensar é trabalhoso e escrever é trabalhoso. (Docente 2A, 2020, s. p.).

Além disso, os(as) professores(as) universitários do ensino público (e também do ensino privado em nível básico, médio e técnico) tiveram que expor de certa maneira o âmbito de sua vida privada em meio ao isolamento social através de reuniões, aulas, orientações, palestras etc.

A pandemia proporcionou uma invasão legitimada pelo capital e o Estado na casa do (a) trabalhador (a) professor (a). Todas as atividades apresentadas como orientações, monitoria, realização de pesquisas, avaliações, realização de aulas requereu mais do que trabalho físico.

Figura 4 – Intensidade das atividades profissionais no espaço doméstico medido pelas TICs

Fonte: O autor (2023).

De acordo com a imagem acima (desenvolvida pelo autor com o auxílio do aplicativo de IA *wordclouds*), as palavras que mais apareceram foram “trabalhando”, “casa”, “celular”, “alunos”, “mensagem”. Tal realidade, impôs um esforço que articula todas as capacidades humanas dos docentes, sejam de seu corpo (postura, voz, audição, visão), o raciocínio para sistematizar o conhecimento a ser transmitido

(mente) para os discentes, os demais colegas de departamento, nas reuniões de colegiado, nos momentos de orientação e palestras ao mesmo tempo dar conta dessas capacidades para a socialização com a família em casa.

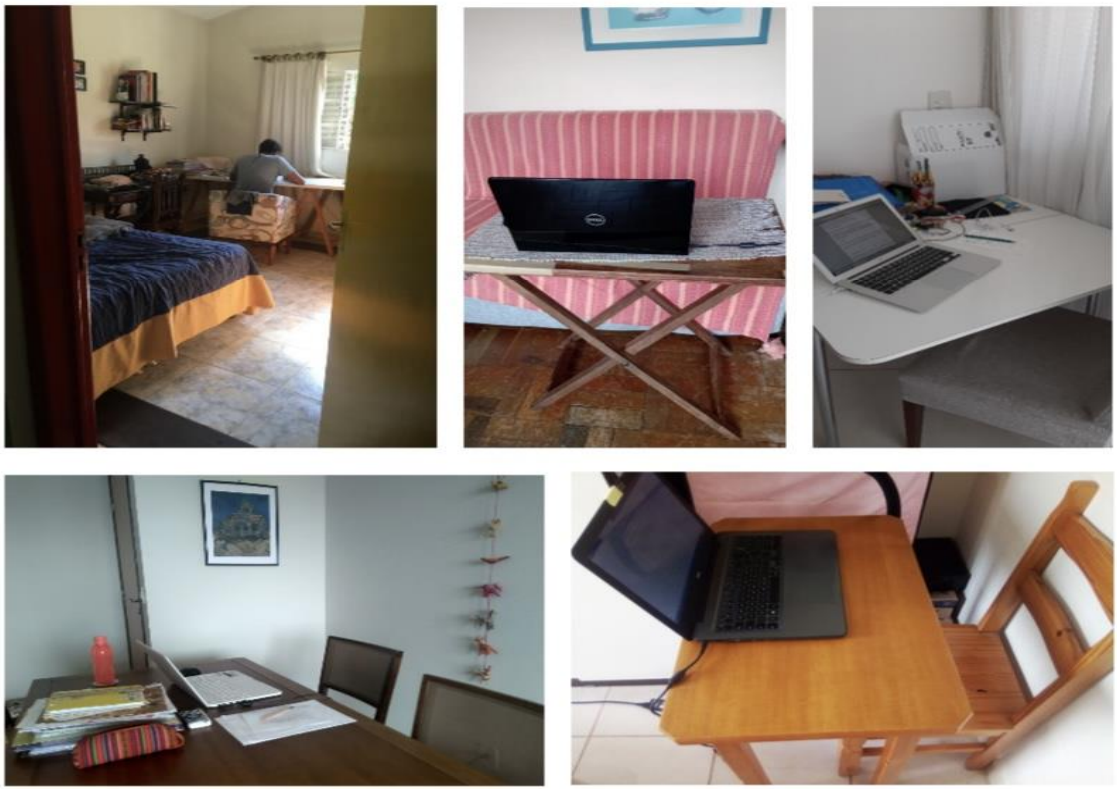
O que se tinha de questões privadas dos docentes, tais como: contas virtuais logadas no *Facebook, Instagram,* WhatsApp, *e-mail*, Deezer, apple Music, apple Tv, Itunes, Google Maps, Spotify, Netflix, Amazon Prime, Ifood etc. o contexto familiar e profissional, pode socializar-se de forma generalizada a partir de um clique numa tela (controle em tempo real através das câmeras, microfones, sistemas algoritmos, os *prints* de conversas, gravações das aulas e áudios) podendo ser utilizados pelas universidades públicas (além das demais instituições na sociedade) para perseguir, assediar, punir de alguma forma os professores já que tal conjuntura foi marcada pelo autoritarismo, pelos constates ataques a nossa liberdade e autonomia docente.

> [...] desde a hora em que a gente passou para o modelo remoto, intensificou tanto no planejamento das aulas quanto no traquejo no uso das ferramentas da tecnologia da informação e da comunicação (Docente 2A, 2020, s. p.).
>
> [...] teve um excesso de reuniões, excesso de informação no trabalho, excesso de informações notificando que você talvez morreria de covid (Docente 2B, 2020, s. p.).
>
> [...] excesso de trabalho doméstico, excesso de compras virtuais, excesso de higienização das coisas e tudo isso foi exigindo mais trabalho! (Docente 2C, 2020, s. p.).
>
> [...] eu diria que intensificou 1/3 a mais do que a gente faria no presencial (Docente 2A, 2020, s. p.).
>
> [...] teve um over de excessos! (Docente 2B, 2020, s. p.).
>
> [...] acho que o excessivo já vinha acontecendo no presencial, mas parece que esse excessivo criou novas roupagens com o trabalho remoto [...] ainda estou com a tua pergunta aqui dentro de mim, será que intensificou o trabalho docente? (Docente 2C, 2020, s. p.).
>
> [...] teve uma intensificação no uso das tecnologias (Docente 2B, 2020, s. p.).
>
> [...] não conseguimos desligar dos meios de comunicação porque esse era o único meio de trabalho e comunicação que tínhamos e não havia outro (Docente 2A, 2020, s. p.).
>
> [...] a intensificação do uso do celular e do computador na pandemia nos levou a uma vida online em que há uma rotina intensa de sobrecarga e uma dinâmica de sobretrabalho (Docente 2B, 2020, s. p.).

É notório que, antes da pandemia, o trabalho docente já era intenso. Com o corona vírus na sociedade e de acordo com os dados da pesquisa, nos parece que

forjou-se uma espécie de laboratório para intensificar os processos de trabalho e esgotar a força física intelectual de trabalho ao máximo. Em questão de segundos numa reunião virtual e até mesmo fora do trabalho (nos fins de semana, horário não comercial, na academia, na praia, na rua, supermercado, no ônibus, carro) com a abertura de uma câmera ou não, a nossa privacidade foi facilmente socializada pelo domínio público.

Figura 5 – Cotidiano do trabalho docente readaptado ao Ensino Remoto Emergencial (ERE)



Fonte: Bortolan *et al.* (2021).

De acordo com a figura acima, no contexto pandêmico, não só a nossa casa, mas a vida social teve que se adaptar as relações sociais e aos novos modos de trabalhar para manter à sobrevivência. Na medida em que trabalho e a vida eram realizados em um único lugar, tivemos o acesso institucionalizado, publicizado e invadido desses pelo uso das TICs em todas as dimensões da sociabilidade.

> [...] foi um período de muitas reuniões semanais e longas pra gente avaliar o cenário pandêmico, avaliar o que seria a suspensão das aulas e as aulas no modelo remoto (Docente 2B, 2020, s. p.).
>
> [...] eu acho que foi cansativo porque vinha um excesso de demandas e prazos curtíssimos pra gente responder, por exemplo, a gente teve que

> montar uma UC do dia pra noite, três dias pra gente pensar quais eram os conteúdos essenciais e montar (Docente 2D, 2020, s. p.).

Esse contexto de intensificação do trabalho atrelado ao isolamento, proporcionou a responsabilização, demanda e custos do trabalho(as) para os professores. O capital se apropriou dos bens privados dos docentes, no que tange à compra de materiais tecnológicos (*notebooks*, fones de ouvido, luzes especiais, impressora, papel, tinta) e de escritório (cadeiras, mesas adequadas), despesas com internet, alimentação, contas de energia elétrica, pacote de dados móveis no celular e linha telefônica, sem nenhum benefício ou auxílio do Estado para proporcionar as condições objetivas de trabalho.

Quando se foi questionado sobre a ajuda de custos das universidades para a compra de equipamentos tecnológicos as respostas diziam que:

> [...] foi muito penoso porque não tivemos nenhum tipo de benefício, nem assim uma linha de crédito pra professor mais barato pra gente poder comprar computador, cadeiras e fones, pelo contrário né, todas essas coisas aumentaram muito o preço e a gente, por uma questão de sobrevivência, acabamos priorizando pra poder continuar trabalhando, mas muito nas nossas próprias custas né. [...] mas lógico que a gente fica pensando sobre os outros tipos de apoio né, por exemplo, o meu marido em seu trabalho recebeu monitor, cadeira, pagamento da internet e outros apoios, pra nós professores não teve políticas pra isso (Docente 2D, 2020, s. p.).
>
> [...] não tivemos! Eu tive que aumentar a capacidade da internet e sou eu quem pago! Sou eu quem pago o aumento da conta de luz, sou eu quem pago todos os equipamentos que comprei e seguem inadequados né, cada hora é um que quebra microfone, eu que tive que pagar a cadeira e a fisioterapia pra cuidar das dores musculares de ficar doze horas por dia sentada (Docente 2C, 2020, s. p.).
>
> [...] sinto que os professores ficaram expostos e vulneráveis (Docente 2A, 2020, s. p.).

A pandemia aprofundou a transferência dos custos da produção para o(a) trabalhador(a). Houve a tirada do Estado na responsabilização das condições mínimas de sua reprodução, reforçando o discurso de mais home office, mais tecnologia, mais algoritmos, mais indústria 4.0 e inovação na educação superior. Na verdade, esses valores reproduzia o falso sinônimo de autonomia à serviço do capital financeiro que conformou às disputas dos grandes oligopólios tecnológicos em escala planetária.

Com isso, a questão da intensificação do trabalho docente para além da pandemia reflete no movimento mais geral que comanda os projetos econômicos,

políticos e ideológicos direcionados para atender os interesses de determinados grupos que comandam as novas TICs na atual fase do capitalismo em sua face neoliberal.

Segundo esse professor universitário:

> [...] é muito fácil, em um mundo neoliberal, você cair no excessivo do trabalho, trabalho, trabalho e mais trabalho! [...] a intensificação seguiu durante a pandemia, mudaram também os objetos da intensificação, os problemas e os desafios. [...] é trabalhar 24/7! Conhece esse livro? É um livro importante. [...] quero dizer que antes da pandemia já havia uma discussão da intensificação do trabalho e do trabalho 24 horas 7 dias da semana. Ou seja, a intensificação do trabalho já era presente na vida das pessoas desde sempre! E o home office favoreceu essa intensificação do trabalho. [...] e dale trabalho! [...] eu não aguento mais ficar lendo coisa no computador! E [...] isso se intensificou no remoto! (Docente 2D, 2020, s. p.).

De acordo com tais argumentos e do ponto de vista dos estudos críticos, as TICs no âmbito das universidades públicas são apropriadas pelo âmbito privado seja via empresas nacionais e/ou internacionais e legitimadas pelo Estado com projetos de pesquisa, convênios com empresas privadas e incentivo à produção do conhecimento que as favoreçam. Os ideais de inovação, desenvolvimento e progresso sustentam o cotidiano do projeto burguês para se apropriar intensamente do saber e conhecimento subjetivo do trabalho intelectual.

O fundo público passou a ser um complexo disputado pelo capital na pandemia. A universidade (Estado), inclinou-se com mais força para atender as demandas dos oligopólios tecnológicos educacionais na medida em que a Microsoft, Google e os pacotes de serviços ofertados através da Google Classroom, Formulários *on-line*, *e-mails* institucionais passaram a controlar os nossos dados, o nosso tempo de trabalho, nos momentos com a família, nas conversas, nas aulas em tempo real. Isso intensificou o nosso trabalho e a nossa vida social como nunca antes.

Nos parece que no contexto pandêmico da Covid-19, a educação superior pública serviu para colocar em práticas os valores difundidos pela “sociedade da informação”, na medida em que o saber e o trabalho docente centrou-se na disseminação de novas competências, ações focalizadas, metas a serem cumpridas através do digital a serviço do capital. Assim, esses processos demandavam um dispendido maior da força intelectual do trabalho, tempo para os estudos, gasto com internet, bons equipamentos tecnológicos, principalmente, os(as) professores(as) que

antes da covid atuavam nos grandes centros de estudos e pesquisas no campo da Biologia, Engenharia, Saúde.

Na esteira desse processo, a produção do conhecimento, a tecnologia e o trabalho imaterial ganham lugar de destaque no processo de valorização do valor, da exploração e da superexploração da força de trabalho no contexto dessa indissociação do tempo, espaço pessoais e profissionais em que o trabalho extrapola o campus universitário público e invade cotidianamente a vida pessoal e familiar docente.

Durante a pandemia, o capital através do Estado e instituições governamentais, fez aumentar os horários e carga horária de trabalho (gestão e controle), invadiu o tempo destinado a família que passam a ser convertidos em tempo de trabalho assalariado, perda de alguns direitos trabalhistas historicamente conquistados (vale-transporte, vale-alimentação, auxíliosaúde etc.) para que o trabalho em regime *home office* pudesse acontecer.

De acordo com Antunes (2022, p. 39), “[...] é evidente que neste período pandêmico o capital vem realizando vários experimentos que visam intensificar e potencializar, pós-pandemia, os mecanismos [...]” de subsunção total da vida social do trabalhador ao capital e no caso do trabalho *home office* dos docentes universitários, “[...] todas essas atividades têm por vezes sufocado o professor e tem trazido à tona o cansaço físico, mental e o esgotamento emocional do indivíduo” (Docente 1A, 2020, s. p.).

Articulado a tal contexto, não podemos deixar de colocar a condição dos professores universitários substitutos que por experiência própria tiveram um aprofundamento da precarização, sobrecarga do trabalho e adoecimentos. Alguns foram demitidos e não tiveram os seus contratos renovados. Os docentes que permaneceram trabalhando em *home office* estavam com um grande quantitativo de disciplinas ministradas, além das demais atividades de orientação de monografia, participação em grupos de pesquisa, *lives*, seminários on-line, dentre outras funções que não eram compatibilizadas no Plano de Trabalho Individual (PIT).

Os substitutos tinham o PIT que extrapolava às 20 e 40 horas, mas que estavam postas no contrato de trabalho, ou seja, trabalhávamos mais, havia um gasto maior com energia elétrica, alimentação, de tempo para preparar aulas (que muitas vezes não tínhamos), além da defasagem dos salários que não garantia minimamente

a reprodução social dos professores e seus familiares devida à inflação e o congelamento dos salários no período.

A intensidade do trabalho no contexto pandêmico resultou no adoecimento dos professores, cujas expressões foram: dores no corpo, estresse, desgaste na visão pelo acesso repetitivo frente às telas de computadores, atividades domésticas, de cuidados com a família e o espaço privado. A realidade em questão, impôs inúmeros aspectos relacionadas ao adoecimento da categoria de docentes no Ensino Superior público.

> Tal conjuntura de trabalho tem gerado bastante preocupação tendo em vista a necessidade de rearranjos por parte de nós professores. Agora temos que lidar com o ambiente de casa e nossos familiares (cônjuges, filhos, pai, mãe etc.) e dentro desse ambiente, o local de trabalho. Assim, é possível que os profissionais passem por momentos de estresse, cansaço físico e mental, dores no corpo por passarem horas sentados na frente do computador, dentre diversas outras queixas, principalmente por não estarem preparados para estas mudanças (Docente 1B, 2020, s. p.).

Para além do adoecimento físico, a rotina constante de trabalho na pandemia, resultou num desgaste também maior, uma exaustão mais acentuada que refletiu em efeitos negativos no âmbito pessoal, corporal, mental, emocional, dentre outros aspectos da vida.

> Como pesquisadores na área, nos vêm uma preocupação maior ainda que é o adoecimento do docente em decorrência do ambiente de trabalho pela Síndrome de *Burnout*. O ambiente de trabalho agora mudou, por outro lado, as relações de trabalho permanecem mesmo no ambiente remoto. As demandas agora aumentaram, além do trabalhador ter que lidar com as atividades e afazeres de casa, têm que organizar o seu ambiente de trabalho home office, continua com as obrigações do ser professor para com a instituição, e acrescenta o fato de ter que elaborar novos materiais para as aulas remotas síncronas e assíncronas, se adequar a novas formas de avaliação, e a exposição da sua própria imagem no ambiente virtual (Docente 1C, 2020, s. p.).
>
> Dessa maneira, o que se tem agora é um novo panorama para a ocorrência da SB, o profissional passa a adoecer no ambiente de trabalho home office. Esta atual situação é nova e exige, portanto, um olhar bastante atencioso e criterioso para o reconhecimento de sintomas compatíveis com a síndrome em questão (Docente 1A, 2020, s. p.).

Segundo esses relatos, a dinâmica das relações laborais realizadas no período de *lockdown* impulsionou o aparecimento de doenças como a Síndrome de *Burnout,* a qual está ligada ao excesso de trabalho próprio das determinações sociais, políticas e econômicas do capital. Essa realidade de trabalho intenso, ocasionou depressão,

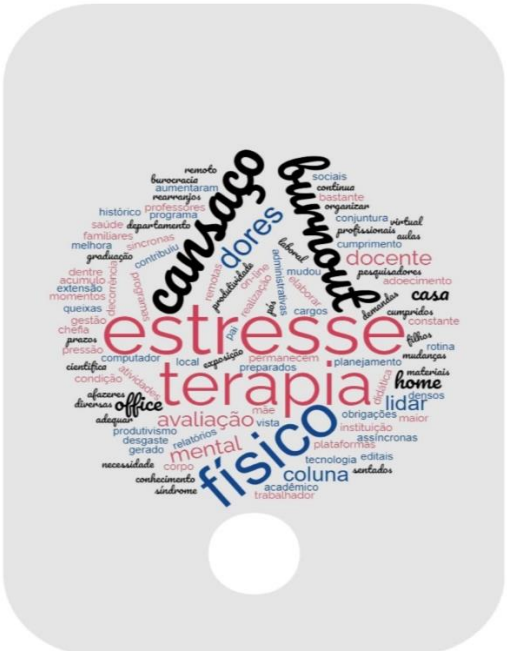
ansiedade dentre outras problemáticas de saúde da classe trabalhadora, segundo informam as fontes de dados das pesquisas por nós sistematizadas.

No mais, tal condição de ser docente universitário na pandemia, implicou em tratamentos de saúde como, por exemplo, seção de terapia no sentido de buscar alguma melhora na condição da saúde mental.

> Olha, eu tenho [...] eu tenho feito terapia toda semana, voltei a fazer uso de remédio contra ansiedade, voltei porque eu sinto falta, mas o que eu sinto, é que o sistema, que a universidade não se preparou…mesmo com os alertas meses antes em outros países (Docente 2B, 2020, s. p.).

A constante rotina de trabalho *home office* docente exigiu de nós novas formas de planejamento, avaliação, didática, conhecimento de programas *on-line*, plataformas de tecnologia, aliado ao histórico produtivismo acadêmico, pressão pelo cumprimento de prazos em editais (iniciação cientifica, extensão, bolsas de produtividade) para serem cumpridos, o acumulo de cargos em gestão administrativas (chefia e coordenação de departamento e programa de pós-graduação), da burocracia que eles exigem, bem como a realização de densos relatórios etc., contribuiu também para o desgaste e estresse no âmbito laboral, pessoal e na totalidade das relações sociais.

Figura 6 – Intensidade do trabalho *home office* docente e saúde



Fonte: O autor (2023).

De acordo com as pesquisas até aqui coletadas e a nuvem de palavras acima, em relação a questão da saúde dos docentes do Ensino Superior público, diante das suas respostas, destacaram-se como reflexo da intensidade do trabalho: o “cansaço”, “estresse”, “dores” físicas na coluna, pescoço (intensificação das atividades docentes e domésticas) e de cabeça, *burnout*, a busca e a realização constantes de seções de “terapia” no campo da psicologia.

Ressalto também que nesse período, em caso de adoecimento fruto do trabalho, que muitas vezes, tínhamos dificuldades objetivas e subjetivas para locomover-se quando precisávamos de cuidados médicos mais intensos em espaços, tais como: hospitais, unidades de pronto atendimento (UPAs), unidades básicas de saúde (UBS) devido ao risco da alta exposição do vírus Sars-COV-2. Na realidade, não podíamos “adoecer”, porque as aulas e demais atividades no Ensino Remoto Emergencial era um serviço essencial. Se adoecêssemos de Covid, poderíamos contaminar os demais familiares já que vivíamos trabalhando e convivendo com a família no mesmo instante.

O período de quarentena explicitou a histórica desigualdade social e econômica refletidas no contexto do ERE brasileiro. Do ponto de vista estudantil, significativamente alunos(as) de classe pobre, os filhos da classe trabalhadora, já eram reféns da pobreza, fome estrutural, falta de oportunidades e a educação vista como algo muito distante de suas realidades, marcada pela opressão da violência física, simbólica produzida e reproduzida pela sociedade do capital.

O “ficar em casa”, agudizou as expressões da “questão social”, onde o mesmo espaço digno e propício para os estudos, não acesso aos aparelhos tecnológicos (em famílias numerosas, o celular, *notebook* era compartilhado com os parentes, colegas e vizinhos próximos), com internet de baixa qualidade. Muitas instituições de ensino (institutos e universidades federais e estaduais) se utilizaram de ajudas de custos através de editais públicos para a compra de equipamentos digitais (*notebooks*), a distribuição de *chips* com internet, muitas vezes com baixa qualidade de recursos e conexão 4G.

Esses equipamentos eram insuficientes para os discentes participarem das aulas, trocar conhecimento com os seus professores, demais colegas de turma no ERE afetando diretamente na relação ensino-aprendizagem e na própria construção coletiva dos trabalhadores enquanto sujeitos históricos.

Pensamos que a disputa pelos múltiplos projetos de educação no chão do cotidiano material sintetiza a particularidade universal da “questão social” nessa sociabilidade, agudizando a relação entre capital x trabalho, cuja mediação com o Estado burguês conforma a legalidade desigual e combinada entre as classes e suas frações em tempos de aridez e crise ofensiva referente ao acesso e permanência na educação em todos os níveis “[...] daí a proliferação de propostas pedagógicas tais como o enfoque sistêmico, microensino, o telensino, a instrução programada, as máquinas de ensinar etc.” (Saviani, 1995, p. 10).

Em resposta à ofensiva do capital internacional com a flexibilização da educação no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil, a categoria de docentes do Ensino Superior público veio somando forças coletivas no embate cotidiano em defesa da universidade pública, gratuita, laica, diversa, socialmente referenciada e presencial historicamente construída pela classe trabalhadora.

É importante ressaltar que mesmo com o distanciamento social e o fechamento das universidades em 18 de março de 2020, as lutas se fizeram presentes por parte da categoria, especificamente, com a atuação combativa do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), que desde os últimas três décadas veio enfrentando o capital financeiro e o Estado burguês marcados por governos de extrema-direita e contra os direitos coletivos da classe trabalhadora.

Podemos dizer que a categoria docente também se utilizou das TICs em uma outra direção: para fortalecer à luta por uma educação aguerrida e transformadora através de *lives* no Instagram, Facebook, YouTube[40], compartilhamento de vídeos, textos críticos, podcasts no aplicativo WhatsApp, dentre outras mídias digitais.

O sindicato organizou e somou esforços coletivos para a realização de grupos de trabalho com seções sindicais, diretorias, seminários, debates cotidianos, principalmente, no Congresso do Sindicato nacional[41]. Além disso, o Andes publicou ainda no ano de 2020 o a cartilha digital intitulada: “Projeto do capital para a educação,

[40] *A luta da educação em tempos de pandemia: live mobilizadora rumo à plenária nacional em defesa da educação pública*, realizada no dia 23 de março de 2020; *Andes/EaD, trabalho remoto e a precarização do trabalho docente na pandemia*, que alcançou mais de 1,8 mil visualizações no canal do YouTube; *Mundo do trabalho e organização sindical em tempos de pandemia*, com a presença do Prof. Dr. Ricardo Coltro Antunes, da Universidade de Campinas (Unicamp), da Prof. Dra. Eblin Farege e da Profa. Dra. Virginia Fontes, ambas da Universidade Federal Fluminense (UFF), dentre outros momentos de luta.

[41] A reunião *on-line* ocorrida no dia 2 e 3 de junho de 2020 foi fundamental para pensar os desafios postos à educação brasileira no contexto de acirramento da luta de classes e o aprofundamento das desigualdades sociais, culturais e econômicas (Andes, 2020).

volume 4: O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente", cujo objetivo foi desmistificar a visão romântica do ERE e unificar a luta sindical da categoria no país.

Tal resposta, foi fundamental para lutar contra a ofensiva neoconservadora e neoliberal do MEC que buscava de todas as formas implementar autoritariamente as atividades remotas nas instituições de Ensino Superior pública no Brasil, precarizar o ensino, o trabalho docente e esvaziar o seu sentido emancipatório articulado as lutas sociais progressistas (Andes, 2020).

> Portanto, "ensino remoto" é um eufemismo utilizado para ocultar a generalização da imposição de formas ainda mais precarizadas e problemáticas de EaD. Tal como Eblin Farage afirmou, em texto publicado recentemente, o ensino remoto nada mais é do que "um arremedo de EaD" utilizado amplamente em uma situação de pandemia para atender, sobretudo, aos interesses do mercado. Porém, os principais prejudicados são a classe trabalhadora e o corpo discente que, além de precisarem reestruturar sua vida cotidiana, estão sobrecarregados com o enfrentamento dessa nova realidade, em que a busca pela sobrevivência e pelo cuidado dos seus é imperativa, especialmente, àquelas e aqueles mais vulneráveis, a saber: mulheres, negros e negras, moradores das periferias e favelas, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outros povos tradicionais (Andes, 2020, p. 16).

A partir dessa interpretação, o ERE sintetizou a generalização da precarização do ensino público e presencial, do trabalho docente através do *home office* para atender os interesses do capital privado. Essa modalidade de ensino, no contexto do "ficar em casa", excluiu, significativamente, a população historicamente marginalizada no Brasil, os mais pobres, negros e negras, mulheres, indígenas, LGBTQIAPN+, sem acesso à agua, alimentação, moradia digna, internet e equipamentos tecnológicos, que, por sua vez, reestruturou as relações cotidianas na luta constante entre estudos e a subsistência humana.

As articulações do Andes-SN no período pandêmico não perderam força. Foram produzidas e socializadas notas em favor de uma universidade brasileira e crítica, orientações para as seções sindicais sobre a importância da defesa do ensino-pesquisa-extensão, o reforço da participação popular na construção da universidade, a defesa intransigente da isonomia e igualdade no acesso à educação para que os estudantes não fossem excluídos do ERE, da hegemonia do ensino presencial, da qualidade dos serviços públicos.

No que tange ao enfrentamento, em função da pandemia (2020-2022), não houve uma mobilização que pudesse fazer um enfrentamento coletivo e que este se

deu, fundamentalmente, nas redes sociais das entidades e suas representações mais combativas. Afinal, cada docente estava em sua casa dando conta das muitas demandas individuais para se adaptar aquele novo contexto.

Devemos refletir também sobre o quanto a pandemia do novo corona vírus que assolou o mundo nos últimos três anos, o *home office* dos docentes contribuíram para à desmobilização e organização deles para fazer um enfrentamento necessário. Podemos tratar da questão da particularidade de cada um (a), da compatibilização das atividades domésticas, as exigências burocráticas das Instituições de Ensino Superior (IES), o controle do capital sobre o trabalho diante das inovações aceleradas exigidas aos trabalhadores da educação.

Pensamos que foi indispensável nessa conjuntura, o papel estratégico da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), através da gestão *Aqui se respira Luta!*, que, através do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), cuja temática foi *Questão social, pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora*, promoveu a divulgação da nota *ABEPSS se manifesta pela suspensão das atividades de Estágio Supervisionado em Serviço Social*"[42], além do recente vídeo gravado e socializado no último dia 15 de outubro de 2023, pela gestão 2023/2024, intitulado *Em luta, seguimos atentas e fortes: Luciana Cantalice, Presente!*, via Instagram[43], em alusão ao dia dos professores que fortaleceu as trincheiras de luta da categoria docente. Isso inclui, também, a valorização e a qualidade do nosso trabalho no Ensino Superior público.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em 2019, já sinalizava tais preceitos através da campanha do Fórum Nacional em defesa da formação e do trabalho com qualidade em Serviço Social intitulada *Formação com qualidade é educação com direitos para você!", Educação em Serviço Social só se for legal, crítica e ética*[44].

No contexto pandêmico, o CFESS reforçou à defesa de uma formação presencial e do trabalho de Assistentes Sociais na docência com a divulgação da nota

[42] A nota pode ser acessada em: https://www.abepss.org.br/noticias/coronavirus-abepss-semanifesta-pela-suspensao-das-atividades-de-estagio-supervisionado-em-servicosocial-367.
[43] Vídeo gravado pela assistente social e Prof. Dra. Erlenia Sobral, da Universidade Estadual do Ceará (Uece), atual presidenta da ABEPSS.
[44] A notícia da campanha pode ser acessada em: https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1568.

intitulada *Trabalho e Ensino Remoto Emergencial*[45], elaborada em conjunto com o Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (Cress-RJ) e a Executiva Nacional de Estudantes e Serviço Social (Enesso).

Portanto, as ações em questão materializaram/materializam o direcionamento social e estratégico da profissão que prima por uma formação (graduada e pós-graduada) de inspiração marxiana, presencial, pública, gratuita e socialmente referenciada, ancorada nas lutas coletiva dos(as) trabalhadores(as), articulada à educação antirracista e contra o capital, cujos princípios estão ancorados na materialidade do projeto ético-político da categoria legatário desde a Virada de 1979.

[45] A nota pode ser acessada em: https://www.cfess.org.br/arquivos/1NotaForumNacional2020.pdf.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrer o caminho de volta com os achados da pesquisa em questão significa levar em consideração o movimento processual, contraditório e histórico do objeto materializado no chão do real articulado as suas múltiplas determinações. A viagem de volta ao ponto de onde se partiu, pressupôs ultrapassar a aparência reificadora da realidade. Na verdade, quando retornamos ao ponto de origem, fizemos um esforço de sintetizar um elemento da realidade que, ao mesmo tempo, é uma totalidade, cujo processo não se deu de maneira imediata, simples, e, tampouco, esgotável.

Na esteira dessa viagem, para chegar ao objeto de estudo pesquisado *a intensificação do trabalho home office docente no Ensino Superior mediado pelas TICs em tempos de crise sanitária da Covid-19 (Sars-CoV-2)*, exigiu-me um fundo mergulho através de várias aproximações sucessivas. No primeiro momento, foi realizada uma proposta de pesquisa sobre o trabalho informal realizado no espaço doméstico com o uso de plataformas e aplicativos digitais no âmbito dos serviços na pandemia. Diante da inviabilidade das condições sanitárias, redirecionei o objeto para o trabalho *home office*.

Posteriormente, no sentido de lapidar qualitativamente o objeto, redirecionamos a discussão para o trabalho *home office* no período pandêmico, mas ainda não tínhamos definido qual a modalidade de *home office* buscava-se investigar. Com isso, chegou se em um ponto central: tentou-se desvelar a intensificação do trabalho *home office* no espaço doméstico de docentes no Ensino Superior público mediado pelas TICs no contexto da Covid-19.

O centro do debate (do ponto de vista da universalidade), foi sustentado pela relação entre intensificação do trabalho, tempo de trabalho e jornada trabalho enquanto categorias analíticas que dinamizam o processo histórico da valorização do valor do capital na perspectiva da crítica da economia política. Discutimos que a intensificação do trabalho é um conceito estudado, primeiramente, por Marx (1982) em *O capital*, mais especificamente no capítulo sobre a maquinaria e grande indústria. Nele, o autor já constatava no contexto da Revolução Industrial burguesa o aumento da exploração da força de trabalho articulada à extensão das jornadas de trabalho, sobretudo, nas minas de carvão.

Na mesma medida em que a pobreza absoluta da classe trabalhadora e suas famílias avolumavam-se, a apropriação da riqueza socialmente produzida estava

diariamente concentrada nas mãos dos capitalistas. A intensificação condensa dialeticamente a articulação entre o homem e a natureza, aguçando a sua capacidade teleológica de superação das barreiras naturais fomentando a sua condição humano-genérica coletiva na sociabilidade em que vive. Relação essa, que apresenta cariz particular na sociedade burguesa, conformando disputas entre as classes sociais, o Estado e o capital, na qual a burguesia já se apropriava privadamente da força de trabalho de crianças, jovens, mulheres e idosos não apenas nas fábricas, mas no espaço privado do(a) trabalhador(a).

Na contemporaneidade, a categoria *intensidade* é retomada pelo sociólogo marxista Sadi Dal Rosso (2008). Segundo o autor, a intensificação do labor em âmbito internacional surgiu por volta dos anos 1980 e, pressupõe, primeiramente, o maior gasto de energia do trabalhador no exercício de suas atividades concretas e o trabalhador pode gastar mais ou menos energia no processo de trabalho.

A intensificação extrapola o campo material e se amplia para a dimensão subjetiva de quem vende a sua força de trabalho no capitalismo. Quanto maior é a intensidade no processo de trabalho, mais trabalho é produzido no período realizado. É exigido da classe que vive do trabalho algo a mais, isto, é, um maior empenho da força, de energia física, da capacidade intelectual, psíquica, emocional ou até mesmo a junção entre esses.

Além disso, explicou-se também a diferença entre produtividade e intensidade do trabalho. O primeiro termo originou-se da economia e está relacionado quando os resultados materializados no segundo tempo de trabalho (T2) é superior ao primeiro (T1) em que as atividades desenvolvidas refletiram no aumentando dos resultados obtidos (crescimento de produtividade). A intensidade, por exemplo, tem relação com o desgaste maior da classe trabalhadora, articulado ao processo de desumanização do homem pelo homem, ou seja, condições de precarização da vida social.

Discutimos que para analisar a intensidade do trabalho, é necessário partir de quem o realiza, isto, é, da classe trabalhadora em sua totalidade, seja no que diz respeito à corporeidade, à acuidade da mente ou aos saberes adquiridos no processo de trabalho. Saberes esses que necessitam diretamente de um tempo socialmente necessário para valorizar o capital. Por isso, o tempo de trabalho é fundamental para analisarmos se determinado tipo de trabalho foi intenso ou não.

Destacou-se que a noção de tempo segundo os estudos de Marx, tem relação com o trabalho desenvolvido no interior da produção e na esfera da circulação

capitalista. O tempo de produção está ligado à materialização da extração da mais-valia advinda da força de trabalho, o âmbito da circulação é onde se condensa a valorização do capital através do consumo em que está contido o mais-valor (venda e compra de mercadorias). Podemos sintetizar que: 1) o tempo de trabalho tem uma relação direta com os meios sociais de produção; e 2) o tempo de produção também é marcado por intervalos que mantem ao mesmo tempo a exploração e vitalidade da classe trabalhadora.

Nessa constante, para o capital não importa o tempo da vida útil do trabalho. O que lhe interessa é sugar ao máximo a força de trabalho viva como um vampiro através de jornadas de trabalho exaustivas. A jornada laboral constitui historicamente o capitalismo. No período inicial do *boom* industrializante, a classe trabalhadora era refém de jornadas de trabalho que chegavam a 18 horas por dia. Muitos trabalhadores(as) morriam de trabalhar com um trabalho tão intenso. A medida em que o trabalho se prolongava, o capital se apropriava de tempos diferentes da produção na qual Marx (2014) denominou de tempo a, b e c. Quanto maior era a inserção do trabalhador no processo de trabalho, a cada fim de jornada realizada se tinham formas distintas de exploração. Jornada de trabalho na sociabilidade do capital é sinônimo de mais trabalho.

Na esteira desse processo de exploração intensa, a classe trabalhadora passou a reivindicar os seus direitos perante a sociedade civil e o Estado, e, portanto, buscavam melhores condições de vida e trabalho. Tivemos enquanto expressão dessas lutas as primeiras legislações trabalhistas, como, por exemplo, o *Statute of Labourer* (Estatuto dos Trabalhadores), criado no ano de 1349 na Inglaterra, o Estatuto do trabalho de 1946, dentre outras normas jurídicas que regulamentavam o mundo do trabalho naquele contexto histórico. Se, por um lado, essas leis representavam a expressão da luta coletiva da classe operária, por outro, elas legitimavam a ofensiva burguesa para explorar ainda mais o trabalho através de jornadas laborativas entre cinco da manhã até as oito horas da noite com apenas ½ de intervalo para os momentos de refeições.

Realizou-se um percurso na relação fundamental entre a reestruturação produtiva capitalista, neoliberalismo e o ideário pós-moderno gestado na década de 1970 meados do século XX , cujos valores se ancoravam nos argumentos sobre o fim do período histórico conhecido como modernidade e o seu legado, perda da centralidade da classe trabalhadora, das metanarrativas, da revolução social tendo

como mediação principal os trabalhadores explorados pelo capital (a articulação política do trabalho foi apreendida enquanto ameaça ao projeto conservador de dominação burguesa), apelo ao fragmento, fluidez das relações sociais, a suposta inexistência das classes sociais em conflitos (invalidação da totalidade), dentre outros valores que conformam o projeto de decadência ideológica da burguesia.

Defendeu-se no estudo que a reestruturação produtiva no contexto neoliberal, para além de 1972, fez aparecer novos e mantendo velhos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, sobretudo, com a crise capitalista pós-2008 que se originou nos Estados Unidos da América. Essa crise se revelou através da bolha imobiliária em nome da valorização do valor, especialmente, com a introdução de novas tecnologias da informação e comunicação tanto no mundo do trabalho quanto na totalidade da reprodução da vida social (IA, algoritmos, armazenamento em nuvem, *big data* etc.). Tal ebulição histórica e conjuntural, trouxe consigo novos princípios e valores que inflexionaram as condições objetivas e subjetivas no que diz respeito a formação da classe trabalhadora no século XXI.

No âmbito educacional, particularidade do nosso estudo, a disputa política e ideológica inflexionou o espaço de ensino público, gratuito, presencial, socialmente referenciado para legitimá-lo, prioritariamente, a partir da mediação e uso intensificado das TICs nos processos de formação da classe trabalhadora na contemporaneidade. A base de sustentação desse ideário partiu da produção flexível que superou a produção e o consumo em massa fordista, a criação de um novo tipo de ser humano ligado à base material da existência e buscou novas formas de acumulação através da introdução tecnológica. O resultado desse processo fora: a produção fragmentada, flexível, enxuta além do domínio mais consistente do capital sobre a força de trabalho (subsunção).

O período mencionado ficou reconhecido como “mundialização do capital”/neoliberalismo em que não apenas a produção passou a se expandir em caráter global se diferenciando do fordismo a partir de: 1) a produção cada vez mais estava ligada às demandas do mercado consumidor; 2) produção variada de mercadorias potencializadas pelas novas tecnologias que exigia uma força de trabalho diversificada e qualificada para administrar esse novo maquinário; 3) surgimento do (a) trabalhador (a) polivalente, ou seja, realizava suas atividades em diversos momentos da produção capitalista; 4) generalização do sistema *just-in-time* (serviços

por demanda com mais trabalho realizado no menor tempo) no sentido da redução de custos; e 5) descentralização e horizontalização dos processos de trabalho.

Nesse sentido, o ideário “pós-moderno” articulado ao regime flexível de produção, fortaleceu estratégias de manutenção da ordem social, cujo fio condutor era a “sociedade do conhecimento”/“sociedade da informação” gestada nos marcos dos anos 2000. Perspectiva essa, que buscou enxergar, intencionalmente, o cotidiano não a partir da centralidade da categoria trabalho e suas lutas sociais, mas, baseado na romantização da informação, no conhecimento científico em todos os seus níveis.

No desvelamento da pesquisa, a difusão da “sociedade do conhecimento” foi uma mediação utilizada pelo capital para a manutenção da ordem social sobre o discurso de que ela proporcionaria o “bem-estar coletivo” e contribuiria na superação das desigualdades. Também conhecida na literatura especializada como *knowledge society*, esta trouxe consigo a flexibilidade informacional, a substituição do trabalho vivo, a suposta ideia de que existem atividades que o ser humano jamais conseguiria realizar, como se a tecnologia fizesse aparecer “novas oportunidades” para a subjetividade do homem, trazendo novas possibilidades educacionais. Mas, não se questionou como o acesso tecnológico é cotidianamente classista, racista, e, portanto, desigual.

A “sociedade da informação” fazia um apelo às condições “semi-automatizadas” da vida social, ou seja, apresentou mudanças na economia, na cultura e na política. Isso, implicou na forma com que a burguesia buscou deslegitimar o espaço de ensino presencial, público, gratuito, de qualidade e socialmente reconhecido pela sociedade civil e o Estado abrindo portas para o ensino digital que não se limita na modalidade à distância privatista. Esses preceitos de falsa autonomia do ser humano, com tempo livre foi fundamental para construir no imaginário da sociedade a perspectiva de que as TICs chegaram para aprofundar essa disponibilidade de tempo e facilitar a dinâmica da vida societária.

Para alcançar esse “novo” tipo de sociedade, os saberes seriam adquiridos, indispensavelmente, pela mediação e uso massivo das novas TICs, tais, como aplicativos e plataformas digitais. Destacou-se que os aplicativos e plataformas digitais não apresentam autonomia própria, e, tampouco, o conhecimento adquirido a partir dessas. Na dialética da realidade, a tecnologia e todos os processos dela oriundos advém, universalmente, da relação entre o homem com a natureza, ou seja, é fruto do alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, cuja centralidade é o

trabalho socialmente produzido. A questão central que teve destaque na pesquisa foi de como as TICs são utilizadas e apropriadas pelo capital financeiro e os grandes oligopólios tecnológicos para gerar valor e manter a reprodução das históricas desigualdades estruturais na vida da classe trabalhadora, principalmente, no seu processo formativo.

Podemos refletir a partir desse contexto, por exemplo, o termo “inovação disruptiva”, entendido enquanto um processo de pequena mudança ocorrido em determinada mercadoria ou serviço a ser comercializado no mercado. No âmbito da educação, esse tipo de inovação com a mediação e uso das TICs seria responsável pela abolição da educação tradicional, presencial, é vista como “obsoleta”, “atrasada” por se fundar na troca e diálogo constantes entre professores e estudantes. Além disso, proporcionaria práticas eficazes de apreensão dos conteúdos, a troca de mensagens *on-line*, divulgação dos resultados das pesquisas e conhecimentos em tempo real, redução de custos com o espaço físico tendo uma relação direta com os preceitos da reestruturação produtiva neoliberal.

Nesse processo, identificamos ter havido uma reestruturação da universidade, sendo-lhe atribuída um caráter de universidade “operacional”, isto, é, funcional aos interesses privados. O trabalho do professor sob essa ótica, a transmissão do saber funda-se no aligeiramento, não questionamento da realidade social e suas contradições.

Nessa articulação entre intensificação do trabalho e a atividade docente do *home office*, o nosso caminho de volta ficou mais evidenciado, uma vez que já tínhamos as bases teóricas que permitiram iluminar o real. Assim, o nosso ponto de partida tinha como pressuposto, contribuir com o debate sobre o *home office* de docentes que estavam realizando as suas atividades presencialmente, mas, que no contexto de crise sanitária ocorrida a partir de março de 2020, passaram a reorganizar os seus processos de trabalho através da mediação das TICs, especificamente, no espaço do lar.

Nessa empreitada, identificamos a necessidade de uma definição precisa sobre o conceito do trabalho *home office.* Percebemos que, desde a sua gênese nos anos 1970 até a contemporaneidade, ele é um conceito difuso, desde o ponto de vista de diversas áreas de conhecimento, tais como: administração, Tecnologia da Informação e Comunicação, Engenharia, dentre outras.

Tentamos nos aproximar teoricamente sobre o tema e, daí, trazer contribuições sobre o tema numa perspectiva histórico-crítica. Historicamente, com base nas pesquisas de Marx (2014), o trabalho realizado no espaço da casa do trabalhador teve uma relação direta com a incontrolabilidade do capital, quando ele, ainda nos séculos XVI e XVII, apropriou-se do espaço da casa e das relações privadas do trabalho, na qual todos os parentescos trabalhavam através de produção rudimentar, rendas, tecidos, algodão e ferro. No contexto neoliberal, o *home office* apareceu enquanto estratégia moderna do capital para manter as suas velhas formas de exploração e valorização.

Consideramos que o *home office* é uma modalidade laboral que está ligada ao teletrabalho. É realizado, especificamente, nas dependências da casa do trabalhador que vende a sua força de trabalho assalariada podendo ter ou não jornadas fixas de trabalho e vínculo formal. Por sua vez, esse tipo de trabalho é realizado sob mediação e uso das TICs tais como, celular móvel, internet, tabletes no atual contexto da indústria 4.0. Com a proliferação da pandemia da Covid-19 e o isolamento social, diversos setores da sociedade, profissionais, sobretudo, com nível de educação superior e servidores públicos, tiveram que realizar os seus processos de trabalho nessa modalidade, particularmente, os professores universitários.

Enquanto síntese da pesquisa, destacaram se: o surgimento do Ensino Remoto Emergencial (ERE), específico da crise sanitária que reorganizou os processos de trabalho docente através das TICs. A mediação das TICs modificou o cotidiano da vida dos docentes do Ensino Superior tanto na esfera pública quanto na privada. Segundo alguns relatos apontados na pesquisa, o contexto pandêmico exigiu uma nova cultura do trabalho não apenas do ponto de vista do processo ensino aprendizagem, mas, também no manuseio, habilidades e estudos sobre as novas tecnologias informacionais.

Se por um lado, tivemos uma continuidade do calendário acadêmico, por outro, houve uma intensificação da rotina de trabalho docente no descompasso entre atividade profissional e doméstica. De forma mais perversa tivemos a responsabilização dos custos do trabalho para os professores, tais como: compra de notebooks, gastos com conta de energia, água, internet, *wi-fi*, celular móvel, alimentação.

Em relação à intensificação do tempo e jornada de trabalho, evidenciamos: um maior gasto com o tempo de trabalho para além das aulas síncronas (em tempo real)

na plataforma Google Meet (Classroom), maior esforço com a voz, postura e movimentos frente às telas, invasão do trabalho assalariado nos tempos que deveriam em tese ser tempo de descanso, prolongamento das atividades de ensino, pesquisa, além de trabalho em cargos de gestão administrativa, planejamento, reuniões de colegiado. É importante ressaltar que essas evidências abrem possibilidades de pesquisa para investigar também sobre os problemas de saúde decorrentes das cargas de trabalho, da sua intensificação e pressão institucional sobre os docentes.

Além disso, as históricas atribuições dos docentes universitários, tais como: cursos de extensão no formato remoto, produção de artigos para submissão em revistas e congressos, grupos de trabalho, participação em fóruns e mesas de debate, coordenação de núcleos de pesquisas, atividades na pós-graduação, avaliação de estágio probatório, supervisão de estágio (em alguns casos), produção de relatórios, participação de bancas de TCC, dissertação de mestrado e tese de doutorado, dentre outras, somaram-se ao contexto de adaptação ao Ensino Remoto Emergencial.

Foi um período também de muitas orientações e troca de mensagens com estudantes, através do uso de WhatsApp (aplicativo digital de mensagens que veio numa crescente exponencial desde o ano de 2019 com 58% a mais de acesso, e se intensificou no período de ERE em 2020 fazendo parte de 97% dos usuários realizando seus processos de trabalho e a vida privada) (Panorama Mobile, 2021), sem contar os constantes recebimentos e envios de *e-mails* fora do horário comercial em que exigia um maior desgaste de energia física, emocional e intelectual no espaço doméstico.

Tal realidade, reforçou um *continuum* de jornada de trabalho, do tempo de trabalho e de estudos para as docentes mulheres na pandemia em que houve um aprofundamento das históricas desigualdades entre os sexos, do lugar que a mulher ocupa nas tarefas de cuidados e fora do lar, cujos aspectos estão atravessados pela estrutura capitalista- racista-patriarcal e estruturante das relações sociais. Pensamos que essa questão é fundamental para o desenvolvimento e aprofundamento crítico de futuras pesquisas no campo das lutas feministas na atualidade.

No desvelamento do objeto, apreendemos a capacidade do capital através das TICs, exercitar um maior controle sobre o trabalho por parte das universidades fazendo parecer que os professores estivessem disponíveis o tempo todo, 24 horas por dia, tanto pelos sistemas acadêmicos *on-line*, quanto nas redes sociais, ligações

telefônicas, chamadas de vídeo, a exigência de cumprimento de prazos e metas pela instituição educacional.

Além disso, o caminho de volta da pesquisa demonstrou que a intensidade do trabalho se expressou também na saúde mental dos docentes: questões relacionadas à ansiedade como a síndrome de *Burnout*, estresse, depressão, dores no corpo, coluna, a exaustão da visão e audição devido ao intenso contato com as telas e fones de ouvido.

Diante de tal contexto, não se pode negar que a avalanche de exigências para que os docentes se adaptassem e respondessem às tecnologias, tenham sido absorvidas sem resistência. Também foram explicitadas resistências coletivas, ainda que se utilizando dos mesmos meios digitais. Contraditoriamente, as Universidades brasileiras promoveram grandes debates (em termos quantitativos e qualitativos), em formato de *lives* nas redes sociais e no canal do YouTube na tentativa, ainda que de forma desigual, de fortalecer a luta dos trabalhadores docentes no Ensino Superior brasileiro, em torno de questões sobre condições de trabalho, de vida, das sociabilidades construídas naquele momento.

É significativo colocar em questão, o pensamento que foi forjado no período pandêmico sobre os benefícios do ERE, sem a ampla discussão com as entidades representativas da categoria, da verticalização das decisões tomadas pela gestão universitária sem o debate com os docentes, discentes e a sociedade.

Penso que a pesquisa apresentou alguns desafios em seu processo de formulação e desenvolvimento: a excepcionalidade da pandemia da Covid-19 refletiu tanto nas condições objetivas, do ponto de vista da formação acadêmica, como na necessidade de reconstrução dos estudos, na busca do objeto, objetivos e procedimentos metodológicos compatíveis com o momento histórico. Outro desafio encontrado foi a necessidade de encontrar estratégias que não se afastassem da trajetória acadêmica e dos estudos.

Uma questão não menos importante, aqui destacada não para justificar as lacunas desse trabalho, mas para expressar as reais condições objetivas para realizá-lo no contexto da crise sanitária, no âmbito da universidade. Os discentes ingressantes no Mestrado, cujo ingresso se deu no ano 2020, passou praticamente um ano sem aulas presenciais. Nesse sentido, perdeu-se totalmente a vivência da universidade, o contato e diálogo direto com os demais colegas de turma e professoras, as possibilidades das orientações face a face.

Longe de se esgotar, a pesquisa ora realizada buscou contribuir para estudiosos do mundo do trabalho, com a luta dos docentes universitários e a classe trabalhadora em sua totalidade. Em síntese, abre um campo de possibilidades para a realização de novas estudos e pesquisas para produzir conhecimento crítico no âmbito das ciências humanas, sociais e no Serviço Social brasileiro.

Para a nossa profissão, enfrentar à ofensiva do capital frente a precarização e intensificação do trabalho *home office* de docentes no Ensino Superior público (discussão, ora realizada), significa lutar cotidianamente por melhores condições de trabalho e reprodução da vida social, apropriando-se da cultura profissional, cujos princípios amparam-se nas mediações e dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa, investigativa e político-pedagógica no chão do cotidiano.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Revista Psicoperspectivas*, [*S. l.*], v. 18, n. 3, p. 1-11, 2019. Disponível em: https://www.scielo.cl/pdf/psicop/v18n3/0718-6924-psicop-18-03-41.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

ABÍLIO, L. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Revista Estudos Avançados*, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv/. Acesso em: 20 jan. 2024.

AMARAL, A. S. do. Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas. *Argumentum*, Vitória, v. 10, n. 3, p. 244-256, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/19549. Acesso em: 20 jan. 2024.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão*: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. Proletariado digital, serviços e valor. *In*: ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV*: trabalho digital autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 130-142.

ANTUNES, R. *Uberização, trabalho e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022.

ARAÚJO, T. M de; LUA, I. O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 46, n. 27, p. 1-11, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbso/a/LQnfJLrjgrSDKkTNyVfgnQy/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 jan. 2024.

BALAN, C. R.; ZAMBON, R. E.; SANCHES, W. *A sociedade da informação e do conhecimento*. São Paulo: Editora e Distribuidora Educacional, 2015.

BANCO MUNDIAL. *Construir sociedades de conocimiento*: nuevos desafios para la educación terciária. [*S. l.*]: Banco Mundial, 2003.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial*: a natureza mutável do trabalho. [*S. l*.]: Banco Mundial, 2019.

BARUCH, Y. The status of research on teleworking and agenda for future research. *International Journal of Management Reviews*, [*S. l*.], v. 6, n. 2, p. 113-129, 2001. DOI: https://doi.org/10.1111/1468-2370.00058. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-2370.00058. Acesso em: 20 jan. 2024.

BEHAR, P. A. O ensino remoto emergencial e a educação a distância. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 6 jul. 2020. Disponível em: https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/. Acesso em: 20 jan. 2024.

BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma*: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BELL. D. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.

BENFATTI, X. D.; DANTAS, L. M. R. A intensificação e precarização do trabalho: um estudo bibliográfico sobre seu sentido na contemporaneidade. *Revista de Humanidades*, Fortaleza, v. 32, n. 1, p. 82-93, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Vin%C3%ADcius%20Paulino/Downloads/Dialnet-AIntensificacaoEPrecarizacaoDoTrabalho-6168772.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

BLANCH, J. M. O processo de Bolonha e a intensificação do trabalho na universidade: entrevista concedida a Lucídio Bianchetti. *Educação Social*, Campinas, v. 31, n. 110, p. 263-285, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/bPCLBnFcS7LxF6d5mvZZDXy/abstract/?lang=pt. Acesso em: 20 jan. 2024.

BORTOLAN, G. M. *et al*. Análise da experiência do trabalho remoto em home office de professores do Ensino Superior. *Ergodesign & HCI*, [*S. l*.], v. 9, n. 2, p. 141-157, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.22570/ergodesignhci.v9i2.1612. Disponível em: https://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaergodesign-hci/article/view/1612#:~:text=A%20pesquisa%20tem%20como%20objetivo%20compreender%20a%20experi%C3%AAncia,de%20inquiri%C3%A7%C3%A3o%20por%20meio%20de%20um%20question%C3%A1rio%20eletr%C3%B4nico. Acesso em: 20 jan. 2024.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 637-651, 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/0101-6628.043. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/xv3Lm3vQmxLmWNTmbpmBzNt/?lang=pt. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. *Lei nº 12.551, de 12 de dezembro de 2011*. Altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos. Brasília:

Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12551.htm. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. *Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. *Medida Provisória (MP) nº 927, de 22 de março de 2020*. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2020a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv927.htm. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. *Portaria nº 343, de 17 de março de 2020*. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus -COVID-19. Brasília: Presidência da República, 2020b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. *Portaria nº 345, de 19 de março de 2020*. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. Brasília: Presidência da República, 2020c. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-345-2020-03-19.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRID, M. A.; BOHLER, R. F.; ZANONI, A. P. *Relatório técnico da pesquisa*: o trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia Covid-19. Parte I. Curitiba: UFPR, 2020. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/remir/images/Artigos_2020/RELATRIO_DE_DIVULGAO_DA_PESQUISA_SOBRE_O_TRABALHO_REMOTO.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARDOSO, A. C. M. Organização e intensificação do tempo de trabalho. *Revista Sociedade e Estado*, [*S. l.*], v. 28, n. 2, p. 351-374, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000200009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/4Gfs5qPqFWbFn7Q7h85zFsp/?lang=pt. Acesso em: 20 jan. 2024.

CASILI. A. O trabalho digital além da uberização. *In*: GROHMANN, R. (org.). *Os laboratórios do trabalho digital*: entrevistas. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 33-39.

CISNE, M. A.; SANTOS, S. M. M dos. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

CHAUÍ. M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, [*S. l.*], n . 24, p. 5-15. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHRISTENSEN, C. M. *Ensino híbrido*: uma inovação disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos. [*S. l.*]: Clayton Christensen Institute, 2013.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe, 2009-2010*. Santiago: Cepal, 2010. Disponível em: https://www.cepal.org/es/publicaciones/1174-panorama-la-insercion-internacional-america-latina-caribe-2009-2010-crisis. Acesso em: 20 jan. 2024.

DAL ROSSO, S. Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde. *Trabalho Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 65-92, mar. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/Rxgz6YjbMvTVm8C5sPDrMyN/?lang=pt. Acesso em: 20 jan. 2024.

DAL ROSSO, S. *Mais trabalho*! A intensidade do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAL ROSSO, S. Ondas de intensificação do labor e crises. *Perspectivas*, São Paulo, v. 39, p. 133-154, 2011. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4755. Acesso em: 20 jan. 2024.

DAL ROSSO, S.; CARDOSO. A. C. M. Intensidade do trabalho: questões conceituais e metodológicas. *Revista Sociedade e Estado*, [*S. l.*], v. 30, n. 3. p. 631-650, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/RNpccFSrCBTFhVcpZWhqTLF/. Acesso em: 20 jan. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (Dieese). Ocupados em home office: Brasil e unidades da federação. Brasília: Dieese, 2020. Disponível em: https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2020/homeOfficeBrasilRegioes.html. Acesso em: 20 jan. 2024.

DI MARTINO, V.; WIRTH, L. Telework: a new way of working and living. *International Labour Review*, [*S. l.*], v. 129, n. 5, p. 529-554, 1990.

DUARTE, J. B. O trabalho no domicílio do empregado: controle da jornada e responsabilidade pelo custeio dos equipamentos envolvidos. Migalhas de Peso, [S. l.], 16 maio 2005. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/12333/o-

trabalho-no-domicilio-do-empregado--controle-da-jornada-e-responsabilidade. Acesso em: 20 jan. 2024.

DUARTE. N. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões*? Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2008.

EBERT, P. O teletrabalho na reforma trabalhista: impactos na saúde dos trabalhadores e no meio ambiente do trabalho adequado. *Revista Dos Estudantes De Direito Da Universidade De Brasília*, Brasília, v. 15, p. 163-172, 2019.

EKBIA, H. heteronomação do trabalho e as novas lógicas de extração de valor. *In*: GROHMANN, R. (org.). *Os laboratórios do trabalho digital*: entrevistas. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 48-53.

ELLISON, N. B. Social impacts: new perspectives on telework. *Social Science Computer Review*, v. 17, n. 3, p. 338-356, 1999.

EMILIANO, L. L. *Nas bordas da eficácia*: a intensificação do trabalho docente em tempos de pandemia. 2022. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Públicas) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2022.

FERNAndes. F. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaios de uma interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNEX, A. *Intensité du travail, définition, mensure, évolutions*. Paris: [*s. n*.], 2000.

FERREIRA, V. M. *Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social*: uma análise de suas tendências. 2017. 202 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5: o ressurgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GREEN, F. It's been a hard day's night: the concentration and intensification of work in late twentieth-century Britain. *British Journal of Industrial Relations*, [*S. l*.], v. 39, n. 1, p. 53-80, 2001.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, D. *O enigma do capital*: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

HAUBRICH, D. B.; FROEHLICH, C. Benefícios e desafios do 'home office' em empresas de tecnologia da informação. *Gestão & Conexões*, [*S. l.*], v. 9, n. 1, p. 167-184, 2020. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8108636. Acesso em: 20 jan. 2024.

HAYEK, F. A. V. *O caminho da servidão*. Tradução de José Ítallo Stelle e Ana Maria Capovilla. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

HIRATA, H. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 1, p. 15-22, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/M4ycWQHC74JXtmXcfqNxTyy/abstract/?lang=pt. Acesso em: 20 jan. 2024.

HUWS, U. *A formação do cibertariado*: trabalho virtual em um mundo real. Campinas: Unicamp, 2017.

HUWS, U.; KORTE, W. B.; ROBINSON, S. *Telework*: towards the elusive office. Chichester: Wiley, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*: primeiro trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Nota Técnica - 2020 - Agosto - Número 74 – Diset*. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/129-coronavirus/publicacoes/8350-nota-tecnica-2020-agosto-numero-74-diset Acessado em: 22. Ago. 2021.

JAAKSON, K.; KALLASTE, E. Beyond flexibility: reallocation of responsibilities in the case of telework. *New Technology, Work and Employment*, [*S. l.*], v. 25, n. 1, p. 196-209, 2010.

JOHNS HOPKINS UNIVERSTY. Coronavirus Resource Center, 2020. *Johns Hopkins University*, [*S. l.*], 2020. Disponível em: https://coronavirus.jhu.edu/map.html. Acesso em: 20 jan. 2024.

KONRADT, U.; SCHMOOK, R.; MALECKE, M. Impacts of telework on individuals, organizations and families: a critical review. *In*: COOPER, C. L.; ROBERTSON, I. T. (ed.). *Organizational psychology and development*: a reader for students and practitioner. Chichester: Wiley, 2000. p. 339-375.

LESSA, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIM, V. K. G.; TEO, T. S. H. To work or not to work at home – An empirical investigation of factors affecting attitudes toward teleworking. *Journal of Managerial Psychology*, [*S. l.*], v. 15, n. 6, p. 560-586, 2000.

MANDEL, E. *Tratado de economia marxista*. México: Ediciones ERA, 1982.

MARX, K. *Miséria da filosofia*: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. Livro segundo. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 2014.

MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. São Paulo: Outras Expressões, 1977.

MASUDA, Y. *A sociedade da informação como sociedade pós-industrial*. Tradução de Kival Charles Weber e Angela Melin. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1982.

MENDONÇA, M. A inclusão dos “home-officers” no setor residencial no município de São Paulo. 2010. 303 f. Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-25112010-145910/publico/MARCELO_MENDONCA.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletins epidemiológicos. *Ministério da Saúde*, Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOREIRA, J. A. M.; HENRIQUES, S.; BARROS, D. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. *Dialogia*, São Paulo, n. 34, p. 351-364, 2020.

MOROZOV, E. *Big tech*: a ascensão dos dados e a morte da política. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. *Cenários contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016.

NAPOLEONI, C. *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1981.

NASCIMENTO, C. M. *et al*. O romance Vidas Secas e a crítica da economia política. *In*: ENCONTRO DE GRUPOS DE ESTUDOS E PESQUISAS MARXISTAS, 8., 2016, João Pessoa. *Anais* [...]. João Pessoa: EPMarx, 2016.

NEGREIROS, T. C. G. C. *Tempo de aprendizagem flexível*: as novas tendências de aprendizagem mediadas pelo uso das tecnologias da informação e comunicação

para a classe trabalhadora. 2019. 233 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. *Introdução aos estudos do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NG, C. F. Teleworker's home office: An extension of corporate office? *Facilities*, [*S. l.*], v. 28, n. 3, 4, p. 137-155, 2010. Disponível em: https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/02632771011023113/full/html. Acesso em: 20 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Guia da Organização Internacional do Trabalho. [*S. l.*]: OIT, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/global/lang--en/index.htm. Acesso em: 14 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). OIT defende melhor proteção para trabalhadores em domicílio. *OIT*, [*S. l.*], 13 jan. 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_766231/lang--pt/index.htm. Acesso em: 20 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Measuring productivity, OCD manual*. Paris: OCDE, 2002.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE (Opas). *Folha informativa Covid-19*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2020. Disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19. Acesso em: 20 jan. 2024.

PACINI, S.; TOBLER, R.; BITTENCOURT, V. S. Tendências do home office no Brasil. *Fundação Getúlio Vargas*, Rio de Janeiro, 16 mar. 2023. Disponível em: https://portal.fgv.br/artigos/tendencias-home-office-brasil. Acesso em: 20 jan. 2024.

PANORAMA MOBILE. Lista de apps utilizados no Brasil. *Mobile Time*, [*S. l.*], 2021. Disponível em: https://www.mobiletime.com.br/pesquisas/. Acesso em: 20 jan. 2024.

PERRENOUD, P. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PINA, J. A.; STOTZ, E. N. Participação nos lucros ou resultados e o banco de horas: intensidade do trabalho e desgaste operário. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, [*S. l.*], v. 36, n. 123, p. 162-176, 2014.

PINTO, Á. V. *O conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PRATT, J. H. Home teleworking: a study of its pioneers. *Technological Forecasting and Social Change*, [*S. l.*], v. 25, n. 1, p. 1-14, 1984.

PYÖRIÄ, P. Managing telework: risks, fears and rules. *Management Research Review*, [*S. l.*], v. 34, n. 4, p. 386-399, 2011.

RAFALSKY, J. C.; ANDRADE, A. L. Home office: aspectos exploratórios do trabalho a partir de casa. *Temas em Psicologia*, [*S. l.*], v. 23, n. 2, p. 431-441, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000200013. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, G. *Vidas secas*. 120. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

RASMUSSEN, E.; CORBETT, G. 'Why isn't teleworking working?' *New Zealand Journal of Employment Relations*, [*S. l.*], v. 33, n. 2, p. 20-32, . Disponível em: https://www.nzjournal.org/33(2)Rasmussen.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

REANEY, P. About 20 percent of global workers telecommute: Poll. *Huffpost*, [*S. l.*], 24 jan. 2012. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/workers-telecommute_n_1228004. Acesso em: 20 jan. 2024.

SALAMA, P. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 139-180.

SANTOS, J. S. *Particularidades da "questão social" no capitalismo brasileiro*. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS NETO, A. B. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo nas "teorias da mais-valia" de Karl Marx. *Em Debate*, Florianópolis, n. 8, p. 5-22, 2012.

SANTOS NETO, A. B. *Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxiana*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 30 ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

SCHAFF, A. *A sociedade informática*: as consequências sociais da segunda revolução industrial. Tradução de Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SCHWAB, K. *A quarta revolução industrial*. [*S. l.*]: Edipro, 2018.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR (Andes). *Cartilha*: projeto do capital para a educação. O ensino remoto do trabalho docente. Brasília: Andes, 2020. Disponível em: https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/setembro/cartilha%20ensino%20remoto.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE TELETRABALHO E TELEATIVIDADES (SOBRATT). *Pesquisa home-office Brasil*: teletrabalho e home office, uma tendência nas empresas brasileiras. São Paulo: Sobratt, 2016. Disponível em: https://www.sobratt.org.br/11-e-12052016-estudo-home-office-brasil-apresenta-o-cenario-atual-da-pratica-no-pais-sap-consultoria/. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE TELETRABALHO E TELEATIVIDADES (SOBRATT). *Cartilha*: orientação para implantação da prática do teletrabalho e home office: o trabalho do futuro chegou para ficar. São Paulo: Sobratt, 2020.

TEIXEIRA, F. J. S. *Análise crítica do mercado de trabalho de Fortaleza à luz das categorias de trabalho produtivo e improdutivo*. Fortaleza: Sine/CE, 1988.

TONELO, I. *A crise do capital e seus efeitos*: a nova dinâmica internacional do capitalismo pós-2008. 2019. 351 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1096198. Acesso em: 20 jan. 2024.

TONELO, I. *No entanto ela se move*: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

UNDURRAGA, R.; SIMBURGÜRGER, E.; MORA, C. Desborde y desazón versus flexibilidad y concentración: teletrabajo académico y género en tiempos de pandemia. *Polís*: Revista Latinoamericana, [*S. l*.], v. 20. n. 59, p. 12-38, 2021.

WALLACE, R. *A pandemia e o agronegócio*: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Elefante & Igrá Kniga, 2020.

WARD, N.; SHABBA, G. Teleworking: an assessement of socio-psychological factors. *Facilities*, [*S. l*.], v. 19, n. 1, 2, p. 61-70, 2001.

WOLFF, S. O “trabalho informacional” e a reificação da informação sob os novos paradigmas informacionais. *In*: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (org.). *Infoproletários*: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 85-102.

WOOD, E. M. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.